



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 70

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 20 de setembro de 2018

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Bruno Belo*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 11 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados vários Votos:

- [Voto de Congratulação pela passagem do 25.º Aniversário do Grupo Folclórico da Casa do Povo de São João.](#)

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Mário Tomé (*PS*) e após ter usado da palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação pela conquista da medalha de bronze na 29.ª edição das Olimpíadas Internacionais de Biologia, pelo aluno do Colégio do Castanheiro, João Fonseca e Sousa.](#)

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pela Sra. Deputada Sabrina Furtado (*PSD*) e de ter usado da palavra para uma intervenção a Sra. Deputada Susana Costa (*PS*);

- [Voto de Congratulação a Dário Furtado Moitoso e ao Clube Independente de Atletismo Ilha Azul pelo título de vice-campeão nacional de trail, alcançado no](#)

Campeonato Nacional da modalidade, que se realizou em Sintra, no passado dia 8 de julho, assim como pela prestação do atleta no Ultra Trail do Mont Blanc.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Tiago Branco (*PS*) e após ter usado da palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Congratulação à Confederação Operária Terceirense pela comemoração do seu centenário.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado César Toste (*PSD*), usou da palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha (*PS*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;

- Voto de Congratulação a Alexandre Ferreira pelo 1.º lugar nacional na categoria de Men's Physique.

O referido voto foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado João Paulo Ávila (*PS*) e de ter usado da palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado (*PSD*).

- Voto de Congratulação pela excelência da realização do Campeonato da Europa de Patinagem Artística 2018.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade, não sem antes ter usado da palavra a Sra. Deputada Susana Costa (*PS*);

- Voto de Congratulação à Mesa das Lajes do Pico – Finalista das “7 Maravilhas à Mesa”.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Mário Tomé (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Congratulação à Mesa das Lajes do Pico pela eleição para uma das “Sete Maravilhas à Mesa”.

O referido voto foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Jorge Jorge (*PSD*) e de ter usado da palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Miguel Costa (*PS*);

- [Voto de Protesto contra a ausência de uma 2.ª tripulação disponível na Região Autónoma dos Açores preparada para efetuar missões de busca e salvamento, evacuações médicas ou transporte de doentes.](#)

Apresentado pela Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*), o voto supracitado foi aprovado por unanimidade, não sem antes ter usado da palavra o Sr. Deputado José San-Bento (*PS*).

- [Voto de Protesto pela decisão do Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória de processar o académico Professor Doutor Félix Rodrigues por, livremente, exercer o seu direito à liberdade de expressão.](#)

O voto supracitado foi rejeitado por maioria após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*) e de terem usado da palavra o Sr. Deputado César Toste (*PSD*) e as Sras. Deputadas Maria Isabel Quinto (*PS*) e Zuraída Soares (*BE*).

No decorrer do debate usou da palavra para um protesto o Sr. Deputado André Bradford (*PS*) e para um contraprotesto o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*).

- [Voto de Protesto pelas declarações do Dr. Celso Manata, Diretor Regional dos Serviços Prisionais.](#)

Após a apresentação do voto pela Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*), usaram da palavra os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*) e Luís Maurício (*PSD*), tendo de seguida o mesmo sido aprovado por unanimidade;

- [Voto de Protesto pelo atraso no arranque das obras no Centro de Saúde das Lajes do Pico.](#)

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Jorge Jorge (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado Mário Tomé (*PS*), tendo de seguida sido rejeitado por maioria;

- [Voto de Protesto contra o encerramento das Escolas de pré-escolar e 1.º ciclo na Ilha de São Jorge.](#)

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Jorge Paiva (*CDS-PP*), usaram da palavra os Srs. Deputados António Pedroso (*PSD*) e André Rodrigues (*PS*).

Submetido à votação, o voto em apreço foi rejeitado por maioria.

De seguida, passou-se para a Agenda da Reunião com o [Projeto de Resolução n.º 106/XI – “Recomenda ao Governo Regional que intervenha para impedir o despejo dos moradores do Bairro de Santa Rita, no concelho da Praia da Vitória”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Depois da apresentação pelo Sr. Deputado Paulo Mendes, intervieram no debate os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), Francisco Coelho (*PS*), César Toste (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*), bem como a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Mendes (*BE*), Francisco Coelho (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Alonso Miguel (*CDS-PP*) e César Toste (*PSD*).

De seguida, passou-se para o [Projeto de Resolução n.º 79/XI – “Estudo sobre a violência doméstica e de género na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Carlos Ferreira, participaram no debate as Sras. Deputadas Rute Gregório (*CDS-PP*), Zuraida Soares (*BE*), Graça Silva (*PS*), os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e João Corvelo (*PCP*), bem como a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*).

Após a aprovação por unanimidade, usou da palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Carlos Ferreira (*PSD*).

Antes de encerrada a sessão, foram dirigidas breves palavras à Sra. Deputada Zuraida Soares pelo término do seu trabalho parlamentar pelos Srs. Deputados

André Bradford (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), João Corvelo (*PCP*), Paulo Mendes (*BE*) e pela Sra. Presidente da ALRAA.

Por fim, foi rejeitado por maioria o [Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XI – “Décima segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após justificada a urgência pelo Sr. Deputado Paulo Mendes, usou da palavra a Sra. Deputada Graça Silva (*PS*).

Os trabalhos terminaram com a aprovação por unanimidade da **Proposta de Deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de setembro.**

Os trabalhos terminaram às 18 horas e 15 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos começar pela chamada como é habitual.

(Eram 10 horas e 11 minutos)

Secretário: Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Dionísio Medeiros Faria e **Maia**

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Iasalde Fraga **Nunes**

João Paulo **Ávila**

João Vasco Pereira da **Costa**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Maria de **Fátima** Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Mário José Diniz **Tomé**

Miguel António Moniz **Costa**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Susana Goulart **Costa**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Jorge Azevedo **Paiva**

Rute Isabel Rodrigues Dias **Gregório**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio Sousa **Mendes**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados.

Significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 10 horas e 30 minutos.

(Eram 10 horas e 16 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 10 horas e 36 minutos)

Como tive oportunidade de referir a nossa manhã de hoje está reservada ao PTAP e vamos então iniciar com a apresentação de votos conforme é habitual.

O primeiro voto é de congratulação pelos 25 anos de Grupo Folclórico da Casa do Povo de São João. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

Deputado Mário Tomé (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Voto de Congratulação

25 anos do Grupo Folclórico da Casa de Povo de São João

Fundado em 7 de agosto de 1993, por Germano Bettencourt que também foi seu ensaiador, o Grupo Folclórico da Casa de Povo de São João, comemorou há poucos dias 25 anos. Vinte e cinco anos de intensa e qualificada atividade cultural de uma das mais dinâmicas instituições da vida associativa do Pico e da Região, nascida, como sucede com a generalidade dos grupos folclóricos, da necessidade de transmitir as tradições, a vida e a história dos povos.

Composto atualmente por 32 elementos, 6 tocadores, 20 bailarinos e 6 vozes, o Grupo Folclórico da Casa do Povo de São João tem bailado, tocado e cantado a Cultura do nosso povo por toda a Região, bem como na Madeira, no Continente Português, em Espanha e no Brasil, oferecendo magníficas execuções das danças tradicionais (bailinhos de roda, rodas e modas).

Este Grupo assume nitidamente a valorização da componente etnográfica, com referência na sua indumentária para o vestuário típico da Freguesia de São João, designadamente albarcas em sola, meias de lã de ovelha e chapéus de palha. O traje do Grupo é uma referência alusiva ao pastor de São João e usa também o traje Domingueiro.

Em 2007, o Grupo Folclórico da casa de Povo de São João editou um CD por ocasião do 24.º Aniversário.

Este Grupo, graças à dedicação e empenho dos seus elementos e da sua direção, em especial de um trabalho notável levado a efeito há mais de duas décadas pelo seu presidente, José Armindo Alves Gonçalves, ganhou prestígio, dando assim nome à sua terra, representando a sua Freguesia, o Concelho, a Ilha e os Açores.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove o Voto de Congratulação pela passagem do 25.º Aniversário do Grupo Folclórico da Casa do Povo de São

João, pelo que esse tempo significa para a cultura da Ilha e da Região, extensivo a todos os quantos, ao longo deste quarto de século, contribuíram com o seu empenho e abnegação para a qualidade e sucesso deste projeto cultural.

O presente voto deve ser dado conhecimento à Casa do Povo de São João, à junta de Freguesia de São João, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal das Lajes do Pico.

Disse.

Horta, Sala de Sessões 20 de setembro de 2018.

Os Deputados, André Bradford, Mário Tomé e Miguel Costa

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Jorge Jorge tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O PSD é com grande satisfação que se associa a este voto deste Grupo Folclórico pertencente a uma Casa do Povo com várias dezenas de executantes, com trabalho já gravado, com várias atuações no território nacional e no estrangeiro, um Grupo Folclórico que vive muito de toda a dinâmica que as pessoas da freguesia e principalmente aqueles que fazem parte do grupo o demonstram, em especial o seu presidente já há largos anos, José Armindo Alves Gonçalves.

É então desta forma que o PSD se associa a este voto.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação congratula João Fonseca e Sousa pela medalha de bronze alcançada nas Olimpíadas Internacionais de Biologia. É apresentado pelo PSD e tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Voto de Congratulação

João Fonseca e Sousa – Medalha de Bronze nas Olimpíadas Internacionais de Biologia

As Olimpíadas Internacionais de Biologia, organizadas desde 1990, altura em que ocorreu a sua primeira edição na República Checa, com seis países participantes, é uma olimpíada que ocorre anualmente, em local itinerante, orientada para alunos do ensino secundário de Biologia, de entre os melhores qualificados nas Olimpíadas de Biologia a nível de cada país.

As Olimpíadas Internacionais de Biologia têm como objetivos confrontar os estudantes com as questões da biologia, testar a capacidade para lidar com experiências biológicas e incentivar a carreira de cientista.

De 17 a 22 de julho último realizou-se a 29ª edição das Olimpíadas Internacionais de Biologia, reunindo em Teerão, Irão, 269 alunos de setenta e um países.

João Fonseca e Sousa, aluno do 12.º ano do Colégio do Castanheiro, em Ponta Delgada, integrou a delegação portuguesa a esta 29ª edição das Olimpíadas Internacionais de Biologia e conquistou a medalha de bronze para o nosso país.

A distinção obtida pelo aluno João Fonseca e Sousa a nível internacional, prestigia os Açores, é um incentivo aos jovens açorianos para vingarem no seu percurso educativo e, daí, contribuírem para uns Açores mais cultos, mais desenvolvidos, a caminho do progresso.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação pela conquista da medalha de bronze na 29ª edição das Olimpíadas Internacionais de Biologia, pelo aluno do Colégio do Castanheiro, João Fonseca e Sousa, do qual deve ser dado conhecimento ao aluno e àquele estabelecimento de ensino.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 19 de setembro de 2018

Os Deputados, Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece, António Vasco Viveiros e Sabrina Furtado

Deputados Duarte Freitas e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Susana Goulart Costa tem a palavra.

(*) **Deputada Susana Costa (PS):** Sra. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Membro do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista naturalmente associa-se a este voto de congratulação. É de facto uma referência que um dos nossos alunos, aliás, a par de muitos outros, cada vez tem tido maior protagonismo em exames, em projetos, concursos nacionais e internacionais e, portanto, é de facto uma grande alegria para educação insular este reconhecimento internacional e que aqui também a Assembleia Legislativa faz.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação pelo título de vice-campeão nacional de trail alcançado por Dário Moitoso. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Voto de Congratulação

pelo título de vice-campeão de nacional de trail alcançado por Dário

Moitoso

O faialense Dário Moitoso sagrou-se, no passado dia 8 de julho, vice-campeão nacional de trail, no âmbito do Campeonato Nacional daquela modalidade desportiva que decorreu na cidade de Sintra.

Atleta do Clube Independente de Atletismo Ilha Azul (CIAIA), Dário Moitoso integrou a comitiva faialense a par dos atletas Ricardo Ávila, que se classificou no 14.º lugar da classificação geral e no 3.º do pódio no escalão M SUB23, Francisco Salgueiro, que assegurou o 3.º lugar do pódio para o clube faialense no escalão M 50 e o 92.º lugar da geral, e Marcelo Salgueiro que garantiu o 8.º lugar para o CIAIA no mesmo escalão.

Dário Moitoso cortou a meta a 2 segundos do 1.º classificado contribuindo de forma particular para o sucesso deste clube de atletismo da ilha do Faial naquela prova nacional.

O atleta de 25 anos continua assim a dar sequência à época de sucessos que tem vindo a realizar, após ter vencido a maratona do Azores Trail Run, na ilha do Faial, assim como o Louzan Trail, realizado em junho, na Lousã.

Moitoso é mesmo um dos atletas portugueses com melhor rendimento no trail running, marcando lugar no top 6 de atletas nacionais do ITRA (International Trail Running Association), na categoria S, correspondente à distância de 42kms, e integrou a restrita lista de 192 portugueses sorteados, de entre um total de 450 candidaturas, que participaram no Ultra Trail du Mont Blanc 2018, a prova de *trail* que assegura maior mediatismo a nível mundial, que se realizou em Chamonix, França.

Neste certame, o atleta classificou-se em 9.º lugar na prova de 56,5km, tendo sido mesmo o primeiro português a cortar a meta e foi ainda o 6.º do seu escalão.

Nascido na freguesia da Praia do Norte, Dário Furtado Moitoso é assim um dos elementos que têm contribuído para a crescente projeção do Trail Run na ilha do Faial e nos Açores enquanto atleta do Clube Independente de Atletismo Ilha Azul, instituição responsável pela organização do Azores Trail Run que, no passado mês de maio, contou com a participação de mais de 800 atletas de 30 nacionalidades diferentes, e pela inclusão da prova “Grande Rota dos Baleeiros” no calendário do Circuito Mundial de Ultra-Trail na categoria de “Discovery Race”.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo sucesso alcançado por Dário Moitoso, no Campeonato Nacional de Trail 2018 bem como no Ultra Trail do Mont Blanc.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de setembro, que aprove um Voto de Congratulação a Dário Furtado Moitoso e ao Clube Independente de Atletismo Ilha Azul pelo título de vice-campeão nacional de trail, alcançado no Campeonato Nacional da modalidade, que se realizou em Sintra, no passado dia 8 de julho, assim como pela prestação do atleta no Ultra Trail do Mont Blanc.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao próprio, aos órgãos sociais do Clube Independente de Atletismo Ilha Azul, à Câmara Municipal da Horta, à Assembleia Municipal da Horta, ao Governo Regional dos Açores e à Associação de Trail Running de Portugal.

Horta, Sala das Sessões, 20 de setembro de 2018.

Os Deputados, Tiago Branco, Francisco César, Maria Isabel Quinto e José Ávila

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Carlos Ferreira tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se com gosto ao voto apresentado, reconhecendo o trabalho, o percurso ascendente e os resultados alcançados pelo jovem atleta Dário Moitoso, designadamente o título de vice-campeão nacional alcançado a 8 de julho e também a melhor classificação de sempre alcançada por um português na prova em que participou no ultra trail de Mont Blanc.

Esperamos também que o voto aqui apresentado constitua mais um incentivo para a continuação do trabalho do jovem faialense Dário Moitoso na carreira curta, mas consolidada e sempre em ascendente que tem preconizado ao longo dos últimos anos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação uma vez que não há mais inscrições.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação pelo centésimo aniversário da Confederação Operária Terceirense - Associação de Socorros Mútuos. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, haja saúde:

Voto de Congratulação

100.º aniversário

Confederação Operária Terceirense - Associação de Socorros Mútuos

No passado dia 3 de agosto de 2018, a Confederação Operária Terceirense (COT) comemorou 100 anos de dedicação às causas da sociedade na área social e do ensino.

Foi criada em 1918 pelas classes operárias, com o objetivo de lhes prestar assistência na doença e no funeral. Com a evolução dos anos esta instituição foi aumentando as suas áreas de intervenção e prevenção dando assim, um maior apoio à população da Ilha Terceira.

Com cerca de 70 funcionários, a Confederação Operária Terceirense dispõe de onze valências de apoio à infância, centros de acolhimento para sem-abrigo, vítimas de violência doméstica, repatriados e imigrantes e apoio especializado em diversas áreas sociais.

É constituída pela Creche e Jardim de Infância "O Golfinho", Centro de Atividades e Tempos Livres, Abrigo Amigo, Casa de Emergência, Rumo Certo, Equipa de Apoio a Grupo de Risco, SOS Vítima, Casa de Abrigo "Renascer" e Rendimento Social de Inserção.

Sob a direção de Nelson Lourenço, Manuela Pereira, Luís Dias, Susana Alves e Susana Lima esta instituição tem continuado o trabalho de referência na comunidade terceirense tendo sido distinguida no corrente ano com a Insígnia Autónómica de Mérito Cívico pela Assembleia Regional da Região Autónoma dos Açores e com o Galardão de Mérito Municipal Filantrópico pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

O seu hino construído por ocasião do centenário da autoria do Pe. Doutor Duarte Gonçalves Rosa sintetiza de forma harmónica os valores e princípios que fazem mover as rodas dentadas da engrenagem desta confederação.

Educar e promover,

Da pessoa, a dignidade;

A justiça e o trabalho

Constroem a liberdade.

Ser pessoas solidárias,

Partilhando felicidade,

Socorrendo mutuamente,

Em fraterna honestidade.

Celebrai, com grande júbilo,

A centenária Instituição,

Dos operários terceirenses:

É a Confederação.

Celebrai, com grande júbilo,

*A centenária Instituição,
Dos operários terceirenses:
É a Confederação.
Dos operários terceirenses:
É a Confederação.
Dos operários terceirenses:
É a Confederação.*

2.

*Educar e promover,
Desde cedo, despertar
O respeito e gratidão,
E as trevas iluminar.
A verdade e a cultura
São valores a estimar;
Tolerância e bondade,
Como amigos, festejar.*

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação à Confederação Operária Terceirense pela comemoração do seu centenário.

Que do presente voto se dê conhecimento à Direção, Assembleia e Junta de Freguesia da Sé e Assembleia e Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Horta, 20 de setembro de 2018

Os Deputados, Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece, António Vasco Viveiros, César Toste e Luís Rendeiro

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Rocha tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Rocha** (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com muito gosto que o Partido Socialista se associa a este voto, em particular pela minha pessoa, porque desde que comecei a minha vida profissional trabalhei com todas estas valências da Confederação e muito em especial porque os meus dois filhos ... a Confederação dá-me o prazer e dá-me o grande apoio de ter os meus dois filhos desde tenra idade lá e eles são efetivamente, todos eles, quer a direção, quer todo o corpo técnico de todas estas valências refletem efetivamente um verdadeiro sentido de missão, refletem efetivamente o que é que é o serviço ao outro, refletem também um carinho muito especial por todas as pessoas que abraçam e eu sou prova viva disso mesmo. É com especial gosto que tenho oportunidade de aqui poder demonstrar e fazer a minha homenagem.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação a Alexandre Ferreira pelo primeiro lugar nacional na categoria de Men's Physique. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação**Alexandre Ferreira – Pelo 1.º lugar nacional na categoria de Men’s
Physique**

Alexandre Ferreira, jovem atleta povoacense, a caminho de um quarto de vida, com dezassete participações em competições regionais e nacionais desde 2015 conseguindo conquistar, para além de outros honrosos lugares, nove pódios com cinco terceiros lugares, um segundo lugar e três primeiros lugares. O último deles a 28 de abril último, em Odivelas, onde participou na prova de Men’s Physique + 1.82, onde obteve o lugar mais alto do pódio a nível nacional, numa prova a contar para o Ranking Nacional da Federação Internacional de Bodybuilding e Fitness.

Alexandre Ferreira, um jovem atleta povoacense que sustenta em si próprio a definição de tantas palavras como foco, inspiração, força, confiança, objetivo, atitude, dedicação, coragem, evolução e persistência. Mais um jovem açoriano que pode e deve servir de exemplo a tantos outros pelo seu trabalho, por acreditar no seu potencial e por acreditar que é sempre possível fazer mais e melhor.

Formado na Escola Profissional Monsenhor João Maurício de Amaral Ferreira, da Povoação, é colaborador no único ginásio em funcionamento no Concelho que o viu nascer, o *Alke Fitness*, onde o Alexandre tem mostrado a todos que o sucesso é sempre possível desde que haja esforço e trabalho.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao abrigo das disposições regimentais em vigor, propõe a esta Assembleia reunida em sessão plenária no mês de setembro, a aprovação deste voto de congratulação e que dele seja dado conhecimento ao atleta, ao ginásio *Alke Fitness* e aos seus patrocinadores.

Obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 20 de setembro de 2018.

Os Deputados, João Paulo Ávila, André Bradford, Tiago Branco, Maria Isabel Quinto, José Ávila e Francisco César

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Sabrina Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Membro do Governo:

O PSD associa-se com gosto a este voto de congratulação pelo atleta Alexandre Ferreira, dizendo que é muito bom vermos jovens a empenharem-se nas suas atividades desta forma e ainda mais no caso da Povoação (e eu própria que venho de Vila Franca do Campo, que estamos em concelhos um bocadinho mais afastados dos centros maiores e dos centros urbanos) ver estes jovens com este reconhecimento, que dedicam assim a sua vida em esforço e em todas as palavras que o Deputado João Paulo Ávila usou e bem no seu voto de congratulação que devem servir de exemplo para jovens à sua volta e esperamos que sejam mesmo inspiração para os seus pares.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação pelo Campeonato da Europa de Patinagem Artística 2018 que decorreu na ilha de São Miguel. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Voto de Congratulação

Campeonato da Europa de Patinagem Artística - 2018

Decorreu, na cidade de Lagoa, em São Miguel, entre 31 de agosto e 8 de setembro, o Campeonato da Europa de Patinagem Artística de 2018, tendo como organizador a Associação de Patinagem de São Miguel.

Neste evento de nível europeu, que envolveu todos os escalões de patinagem artística, desde cadetes, passando pelos escalões de juvenis e juniores até aos seniores, e com provas nas diversas disciplinas, desde as figuras obrigatórias, solo dance, dança e patinagem livre, competiram 223 atletas, de 13 países.

Este foi um momento histórico para a Patinagem Artística Açoriana, ao organizar a maior prova europeia de patinagem, em sequência dos bons resultados dos patinadores açorianos, e ao trabalho desenvolvido pelo Clube de Patinagem de Santa Cruz, ao longo dos quase 25 anos da sua existência.

A cidade da Lagoa acolheu, neste Campeonato Europeu de Patinagem, os melhores atletas europeus que se dedicam à patinagem, oriundos da Alemanha, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, França, Holanda, Israel, Itália, Reino Unido, Roménia, Rússia, Suíça, e, certamente de Portugal.

De realçar que participou neste Campeonato Europeu de Patinagem Artística, integrando a seleção de Portugal, o atleta do Clube de Patinagem de Santa Cruz da Lagoa, e atual Campeão dos Açores do escalão júnior, Daniel Moniz.

Para a World Skate Europe e para a Federação de Patinagem de Portugal este Campeonato Europeu foi considerado um dos melhores de sempre, graças à performance dos atletas presentes e à excelente organização deste evento, a

cargo da Associação de Patinagem de São Miguel, que mereceu o apoio da Câmara Municipal de Lagoa e do Governo Regional.

A realização deste Campeonato da Europa de Patinagem Artística foi, sem dúvida, uma excelente oportunidade de promoção dos Açores e do desporto açoriano.

A realização deste evento desportivo de nível europeu foi também a demonstração do quanto as associações desportivas podem fazer em prol da formação desportiva, cultural e humana dos jovens açorianos.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação pela excelência da realização do Campeonato da Europa de Patinagem Artística, 2018, sob a organização da Associação de Patinagem de São Miguel, do qual deve ser dado conhecimento à referida Associação, à Federação de Patinagem de Portugal, à Woold Skate Europe e à Câmara Municipal de Lagoa.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 20 de setembro de 2018.

Os Deputados, Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece e António Vasco Viveiros

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Susana Goulart Costa tem a palavra.

(*) **Deputada Susana Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Membros do Governo:

É também neste voto de congratulação que a bancada do Partido Socialista se associa aos méritos deste festival de arte/desporto – desporto/arte, porque de facto a patinagem é uma mistura destas duas áreas e, portanto, vi com muita

satisfação a minha Lagoa, a nossa Lagoa ser anfitriã deste evento. Portanto, o Grupo Parlamentar associa-se com grande alegria a este voto de congratulação. Queria pedir à Sra. Presidente se me deixava dizer mais algumas palavras ...

Presidente: Pode continuar, Sra. Deputada.

A Oradora: Muito obrigada.

Como será certamente do conhecimento geral em breve irei solicitar a suspensão do meu mandato.

Apesar da minha passagem na Assembleia Legislativa dos Açores não ter sido tão duradoura como de outros que também em breve irão deixar este cargo, este encargo e este privilégio, nomeadamente como o Sr. Deputado Miguel Costa e também a título diferente, mas também muito especial, a Sra. Deputada Zuraida Soares, a quem dirijo palavras de muito reconhecimento e admiração, não queria também deixar de agradecer a todos o apoio, o respeito e a amizade que recebi não só do meu Grupo Parlamentar, mas também de todos os grupos parlamentares, de todas as representações parlamentares ao longo destes dois últimos anos que trabalhei aqui.

Queria também fazer uma menção especial à Mesa pelo agradecimento, pelo apoio destes anos e por fim não posso deixar de agradecer a todos os funcionários da Assembleia, não só os funcionários do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mas a todos eles que trabalham nesta Casa, mais nos bastidores, ou mais visíveis que estão aqui entre os Diários de Sessões e que estão aqui pupulando pelos nossos corredores, porque o trabalho também deles é extremamente importante para que a gente consiga de facto fazer este funcionamento.

Para mim durante estes dois anos foi um privilégio representar a minha Lagoa, a minha ilha de São Miguel e acima de tudo os nossos Açores.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da câmara)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Desejo-lhe as maiores felicidades nas novas funções que irá desempenhar e agradeço também a forma digna e respeitosa com que desempenhou as funções de Deputada Regional.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se à Mesa Gastronómica das Lajes do Pico que foi finalista das “7 Maravilhas à Mesa”. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

Deputado Mário Tomé (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Mesa das Lajes do Pico – Finalista das “7 Maravilhas à Mesa”

No passado dia 16 de setembro, a Mesa das Lajes do Pico foi eleita uma das 7 Maravilhas à Mesa, evento que decorreu na Praça da Praia dos Pescadores em Albufeira no Algarve, com o objetivo de promover as regiões e o mundo rural, através da gastronomia e dos vinhos, fomentando o turismo e as experiências no território fazendo parte de um roteiro gastronómico único de expressão nacional.

Após quase dois meses de votação pública, as 7 eleitas pelos portugueses foram: Albufeira, Bairrada, Lajes do Pico, Mirandela, Monção, Terras da Chanfana e Vila Real.

Sendo esta a sua sétima edição, as 7 Maravilhas em Portugal, mostra –se como um projeto que liga gastronomia, vinhos e roteiros turísticos num conceito integrado de mesa que privilegia o prazer de estar à mesa com o prazer de descobrir o país e as suas gentes.

O projeto arrancou em novembro do ano passado com a fase de candidaturas. De uma lista longa de cerca de 200 mesas candidatas foram selecionadas 49 pré-finalistas por um painel de 77 especialistas de todas as regiões do país.

A votação pública começou a 20 de julho e as finalistas foram apuradas em 7 Galas eliminatórias, emitidas aos domingos em *prime time* na RTP1 e RTP Internacional.

Este título “7 Maravilhas à Mesa”, conseguido pela Mesa das Lajes do Pico, com o apoio de milhares de pessoas, residentes nos Açores e em Portugal Continental e a obtenção desta distinção, corresponde a um notável certificado de promoção do Município das Lajes do Pico, da ilha do Pico e dos Açores no seu todo. Projetando assim o riquíssimo património gastronómico cultural e ambiental presente em todas as nossas Ilhas.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período legislativo de setembro que aprove um voto de congratulação pela conquista desta distinção honrosa da Câmara Municipal das Lajes do Pico.

O presente voto deve ser dado conhecimento à Câmara Municipal e Assembleia Municipal das Lajes do Pico.

Disse.

Horta, Sala das Sessões 20 de setembro de 2018

Os Deputados, André Bradford, Francisco César, Maria Isabel Quinto, Mário Tomé, Miguel Costa e José Ávila

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também referente a esta vitória da mesa das Lajes do Pico no concurso “7 Maravilhas à Mesa” o próximo voto de congratulação é do PSD e é apresentado pelo Sr. Deputado Jorge Jorge.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

**Voto de congratulação pela vitória da mesa das Lajes do Pico no concurso
Sete Maravilhas à Mesa.**

A Região Autónoma dos Açores, a ilha do Pico e, particularmente, o concelho das Lajes do Pico, foram distinguidos pela sua gastronomia no concurso da RTP - Sete Maravilhas à Mesa. “Vamos sentar Portugal à mesa”, foi assim que Luís Segadães, o mentor dos concursos das Sete Maravilhas, apresentou o tema do concurso que proporcionou à gastronomia das Lajes do Pico um lugar entre as sete maravilhas de Portugal.

Este concurso pretende promover as regiões e o mundo rural, estimulando o turismo e apostando nos produtos autóctones e nas tradições de cada região.

Cada candidatura deveria representar um complexo composto por sete elementos da gastronomia (pão, sopas, peixe e marisco, carne e caça, queijos e produtos endógenos), alguns vinhos e azeites, e ainda um tipo de roteiro turístico que poderia ser território vinhateiro, património natural ou cultural, museus, adegas/lagares/queijeiras, evento de afirmação territorial, experiências únicas e alojamento turístico. Da associação destes elementos sairiam as melhores mesas.

Este reconhecimento num concurso televisivo de grande audiência, foi um ótimo momento de divulgação da nossa ilha e da nossa região. Foi um reconhecimento da mais valia dos nossos produtos do mar, conferindo também maior notoriedade à nossa gastronomia e aos extraordinários vinhos que têm sido produzidos na ilha do Pico. Este é também um acréscimo da responsabilidade para a preservação das nossas especificidades naturais e para a preservação da nossa identidade cultural.

Mais do que um prémio de um concelho ou de uma ilha, o sucesso desta candidatura residiu também no seu carácter de promoção dos Açores. Esta conquista chama-nos a recordações históricas que nos trazem à memória a nossa cultura e a importância da valorização dos nossos produtos autóctones.

Este é também, passado o período de festejos, um acréscimo de responsabilidade para os nossos restaurantes e para a nossa oferta culinária, para os nossos alojamentos, para os nossos museus, para o nosso parque natural, enfim para todos os agentes da área do turismo, responsabilidade que deverão utilizar como um desafio para prestar um cada vez melhor serviço.

É também uma oportunidade de mostrarmos, de forma séria e verdadeira, a preservação e divulgação da nossa cultura, a cultura dos baleeiros, homens da terra e do mar, que corpo a corpo travavam lutas de morte com monstros marinhos, para o seu ganha pão. Esta é uma parte importante da nossa cultura e património histórico que tem de ser preservada, valorizada e divulgada, sem ser

desvirtuada ao sabor dos tempos modernos, e programas ou concursos televisivos como o das sete maravilhas podem ser um relevante contributo para essa importante missão.

É justo que se faça aqui, nesta Casa, também através desta iniciativa, a homenagem a esses valentes caçadores de baleias – os Baleeiros do Pico, vertente cultural importante para a vitória neste concurso.

São importantes quaisquer oportunidades, como esta, de divulgação do nosso modo de vida. Um modo de vida ligado concomitantemente à terra e ao mar, muito marcado pela emigração, algo que contribuiu para moldar a nossa maneira de ser, que marcou a nossa essência, uma essência por natureza acolhedora e receptiva a influências vindas do exterior, principalmente das Américas. Somos um povo fortemente aberto, um povo que olha para a linha do horizonte como uma oportunidade e não como uma barreira, e que não discrimina, nem receia, a novidade, o incerto ou o desafio.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais, o grupo parlamentar do PSD propõe um voto de congratulação à mesa das Lajes do Pico, pela eleição para uma das sete maravilhas à mesa, bem como a todas as entidades públicas e privadas que contribuíram para esta eleição. Deste voto deve ser dado conhecimento à Câmara Municipal das Lajes do Pico, à Assembleia Municipal das Lajes do Pico, ao Museu do Pico, à Associação de Municípios da Ilha do Pico e à Associação Comercial e Industrial da Ilha do Pico.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 20 de setembro de 2018

Os Deputados, Luís Maurício, Paulo Parece, Mónica Seidi, Marco Costa e Jorge Jorge

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Miguel Costa tem a palavra.

(*) **Deputado Miguel Costa** (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Apesar de ter sido já apresentado pelo Grupo Parlamentar e pelo meu colega Mário Tomé um voto semelhante é sempre um gosto me associar a um voto como este, que é o espelho de uma grande vitória e mais um excelente exemplo de promoção do concelho das Lajes do Pico, da ilha do Pico e dos Açores e à semelhança da minha colega Susana, permita-me Sra. Presidente umas últimas palavras, porque provavelmente esta será a minha última intervenção nesta Casa, sinalizando o gosto, mas especialmente a honra em representar e servir os picarotos, os açorianos e os Açores como Deputado Regional da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Um cumprimento especial, não está agora aqui, à Deputada Zuraida Soares que também termina aqui a sua missão de Deputada, à minha colega Susana.

Um agradecimento ao meu Grupo Parlamentar, à Mesa da Assembleia e a todos os funcionários desta Casa.

Um cumprimento necessariamente a todas as bancadas, à comunicação social que nos acompanha mensalmente e com os votos de continuação de um bom trabalho, sempre pelos Açores.

Um agradecimento em nome da Comissão de Economia, a qual tive a honra de presidir nos últimos dois anos, especialmente aos deputados que me acompanharam mais de perto nessa missão de todas as bancadas parlamentares e também aqui uma palavra especial ao apoio parlamentar que com os seus funcionários foi inexcedível.

Agora, são momentos de novos desafios, com a garantia de que não há nenhum porto que me encoste nesta luta incessante pelos Açores e pelos açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da câmara)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Permita-me também que lhe deseje as maiores felicidades nas novas funções que irá exercer e também que lhe agradeça a forma digna também e respeitosa com que exerceu as suas funções nesta Assembleia, neste Parlamento, e desejar-lhe um bom trabalho.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para os votos de protesto.

O primeiro é o do PSD referente à ausência de uma segunda tripulação disponível nos Açores preparada para efetuar missões de busca e salvamento, evacuações médicas ou transporte de doentes. É apresentado pelo PSD como disse. Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Voto de Protesto

A 30 de abril de 2016, por ocasião da visita oficial do senhor Primeiro-Ministro à Região Autónoma dos Açores, foi assinado um documento com vários compromissos da responsabilidade do Governo da República, intitulado DECLARAÇÃO CONJUNTA.

No presente documento, consta a seguinte medida:

“...até ao final do segundo semestre de 2016, será assegurada a permanência nos Açores de uma tripulação adicional para o helicóptero de busca e salvamento EH101, garantindo, assim, a operacionalidade das duas aeronaves estacionadas na Base Aérea n.º 4.”

Em agosto do mesmo ano, o senhor Presidente do Governo Regional manifestou a sua satisfação com a colocação de uma segunda tripulação completa em permanência para os helicópteros Merlin na Base das Lajes, salientando que ficaria assim cumprido mais um ponto da Declaração Conjunta assinada entre os Governos dos Açores e da República.

O senhor Presidente do Governo Regional acrescentou que “é uma matéria que fica resolvida e fica bem resolvida no sentido de garantir que, também nesta componente, a Força Aérea Portuguesa tem toda a capacidade para cumprir a sua missão”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não tem, não!

A Oradora: De forma inesperada, ao fim de seis meses de permanência na ilha Terceira, a segunda tripulação foi retirada, quebrando-se assim o compromisso previamente assumido pelo Governo da República.

No passado dia 12 de setembro, o senhor Secretário de Estado da Defesa, ouvido na comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República, afirmou e passo a citar: “...a avaliação operacional que a Força Aérea faz é de que não é estritamente necessário ter uma segunda tripulação nos Açores”.

De seguida, e quando ia explicar o fundamento da sua afirmação, o senhor Ministro da Defesa interrompeu a audição para mostrar uma mensagem no telemóvel ao Secretário de Estado.

O que se seguiu não foi digno de uma audição parlamentar, mas sim de uma rábula humorística.

O Secretário de Estado da Defesa, que segundos antes tinha garantido que a Força Aérea não precisava de uma segunda tripulação nos Açores, afirmava agora que para a semana estava tudo resolvido.

Depois, o Secretário de Estado da Defesa voltou a desdizer-se, passando a garantir que tudo seria resolvido quando estivesse concluída a formação de 12 novas tripulações.

No meio desta insólita cena, o Secretário de Estado da Defesa, complementado pelo Ministro da Defesa, afirmou ainda que a ausência de uma segunda tripulação de forma permanente na Base das Lajes não se traduz num prejuízo, nem num risco, para a primeira tripulação que já permanece na ilha Terceira.

Comportamentos como este não são inéditos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: Esta é a ligeireza com que este Governo da República trata as questões dos Açores.

A ausência da segunda tripulação na ilha Terceira perpetua-se no tempo e não há dúvidas de que cabe ao Governo da República resolvê-lo. Os constrangimentos são os mesmos de 2014 e 2017, quando esta Assembleia aprovou, por unanimidade, dois votos de protesto que responsabilizavam o Governo da República pela sua incapacidade em resolver o assunto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado! Muito bem!

A Oradora: Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove e emita um voto de protesto contra:

- A ausência de uma 2ª tripulação disponível na Região Autónoma dos Açores preparada para efetuar missões de busca e salvamento, evacuações médicas ou transporte de doentes.

Obrigada.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Horta, Sala das Sessões, 20 de setembro de 2018

Os Deputados, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece e António Vasco Viveiros

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Permita-me, Sra. Presidente, que me associe a este clima de saudações e de despedidas que tem havido aqui para abrir uma exceção e para dirigir um abraço solidário e de amizade ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

O Sr. Deputado Duarte Freitas recentemente anunciou e abandonou a liderança do maior partido da oposição e para uma pessoa como eu, que acredita na importância dos partidos políticos, que acredita na cidadania que é feita na atividade política, eu acho que nós devemos reconhecer (e faço com a maior sinceridade Srs. Deputados), nós devemos respeitar e reconhecer as pessoas que procuraram fazer o melhor que podiam e sabiam para defesa dos Açores.

O Sr. Deputado Duarte Freitas apresentou várias propostas, tomou várias medidas e disse várias coisas que nós discordamos e que discordamos completamente, mas eu reconheço que ele procurou fazer o melhor que podia e sabia em nome dos Açores e acho que isso merece o respeito dos seus colegas.

(Aplausos da câmara)

E espero que o senhor ande por aí.

Quanto ao voto, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este problema da segunda tripulação do helicóptero Merlin nos Açores é um problema que carece de uma solução definitiva.

Já houve soluções intermitentes e nós achamos que temos de procurar e todos contribuir para uma solução definitiva.

É bom que se diga, todavia, apesar deste tom do voto de protesto do PSD, que o PS/Açores tem procurado sempre desenvolver várias diligências junto do Governo da República, algumas deram frutos, como o próprio voto do PSD reconhece no sentido de se resolver definitivamente este problema, isso significa que o ponto de situação atual, como também de certa forma o voto refere, é que estão neste momento em fase de conclusão a formação ... ou está em fase de conclusão a formação de mais 12 tripulações, o que permitirá resolver os problemas que a Força Aérea tem em vários pontos do país, porque como sabem a Força Aérea tem missões muito importantes. Nos Açores tem e nós damos muito destaque às evacuações aeromédicas, mas também há missões de busca e salvamento, de patrulhamento da Zona Económica Exclusiva, de deteção e interceção de interdição aérea, enfim, muitas missões que a Força Aérea procura desenvolver com vários constrangimentos, com algumas faltas de meios e nós também devemos manifestar o nosso reconhecimento aos militares da Força Aérea e das forças armadas em geral.

É também bom que se diga que o Governo da República do PS tem procurado e tem feito um esforço (e o PS aqui também reconhece e manifesta esse apreço) para reforçar os meios militares e a presença militar do Governo da República nos Açores, nomeadamente através de meios navais, também de uma melhoria dos meios do exército e também da Força Aérea. Portanto, há esse esforço, há esse reconhecimento que o PS aqui manifesta, mas de facto nesse caso particular nós estamos, como eu referi no início, ainda aquém da solução definitiva que procuramos e não nos agradou, como é óbvia, a solução que existiu, uma solução intermitente.

Eu faço essas referências todas para rejeitar aquilo que a Sra. Deputada Mónica referiu, a ligeireza com que o Governo da República trata os Açores.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não, não!

O Orador: Isso não é verdade. Acabei de provar precisamente o contrário. O Governo da República está a fazer um esforço muito grande e no limite da sua capacidade financeira para resolver os problemas que existem em vários pontos do nosso território, particularmente no caso dos Açores e particularmente resultado da pressão e da reivindicação política que o Governo Regional e o PS/Açores têm feito no sentido de resolver esses problemas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sim, sim!

O Orador: Mas como quando está em causa aspetos que se prendem com a defesa dos interesses dos Açores e atendendo ao simbolismo e à importância da parte resolutiva deste voto, não tanto do seu enquadramento, o Partido Socialista votará a favor deste voto.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por um lado, fico agradada pelo facto do Partido Socialista se associar ao voto,
...

Deputado André Bradford (PS): Não parece muito!

A Oradora: ... mas tenho que recordar o Sr. Deputado José San-Bento que já em julho de 2017 tivemos esta discussão, mas o que é certo, e recuperando os Diários das Sessões, recordo algumas das citações que disse na altura. O que é certo é que, entretanto, passou mais de um ano e as coisas continuam. Disse, inclusivamente, “o PS não foge das suas responsabilidades”.

Deputado José San-Bento (PS): Não foge, não!

A Oradora: “Nós consideramos que esta solução está a ser desenvolvida.”

Deputado José San-Bento (PS): E está! Está a ser concluída a formação!

A Oradora: “Muita coisa foi feita.”

“Este problema está a ser desenvolvido.”

O que é certo é que ao fim destes meses todos continuamos sem a segunda tripulação e há mais! A ligeireza do Governo é de tal forma que o Sr. Ministro infelizmente o que consegue dizer é que a solução está para breve.

Pelo amor de Deus! Há quantos anos esperamos uma segunda tripulação e até agora não temos essa solução?

Deputado José San-Bento (PS): E todos os outros aspetos! Não há ligeireza o Governo! Não apoiado!

A Oradora: Portanto, a ligeireza do Governo da República é de tal forma que o Ministro não se compromete com uma data para resolver o compromisso assumido em abril de 2016 e mais de dois anos já passaram.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de protesto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de protesto é do CDS e refere-se à Câmara da Praia da Vitória por ter condicionado a liberdade de expressão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado José San-Bento (PS): Isto não é a Assembleia Municipal!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Voto de Protesto

Câmara da Praia da Vitória condiciona liberdade de expressão

No exercício da liberdade de expressão, em nome de um ideal de justiça, esta Assembleia reconheceu a contaminação dos solos e aquíferos da ilha Terceira, e resolveu, por decisão deste plenário, por unanimidade, exigir o cumprimento integral da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, no que diz respeito à reposição da situação anterior à prática de danos ambientais causados.

No exercício da liberdade de expressão, em nome de um ideal de justiça, o CDS, o PSD, o PS, o BE, o PCP e os Verdes, reconheceram, na Assembleia da República, a contaminação dos solos e aquíferos da ilha Terceira e apresentaram iniciativas em defesa da descontaminação, entre as quais a do PS que exigia critérios de **transparência e de publicidade** no processo.

No exercício da liberdade de expressão, o antigo deputado desta Assembleia Legislativa, Professor Doutor Félix Rodrigues, por princípios e por valores, em nome do seu ideal de justiça, tornou público o seu pensamento sobre a contaminação e sobre o processo de descontaminação dos solos e aquíferos da ilha Terceira.

No exercício da liberdade de expressão, esta Assembleia, em deliberação efetuada por este plenário, reconheceu e requereu contributo académico e trabalho científico, em sede de comissão parlamentar, do doutorado em ciências do ambiente, ramo poluição, Professor Doutor Félix Rodrigues.

Foi contra o exercício da liberdade de expressão que o Presidente da Câmara da Praia anunciou que vai processar o Professor Doutor Félix Rodrigues e exigir-

lhe um pedido de indemnização no valor de 250.000€, por fazer, em consciência, diferente análise na interpretação académica de dados científicos.

Esta decisão do Presidente da Câmara Municipal representa uma vontade de impedir, de forma persecutória, uma diferente compreensão dos factos. A sua negação do interesse público do maior problema ambiental da Região e do consequente direito de informar e ser informado, constitui um perigoso retrocesso para a autonomia democrática da Região.

Temos hoje, no exercício do poder autárquico do concelho da Praia da Vitória um político que desconhece as semelhanças da sua autocracia com o tempo em que o povo era oprimido, o tempo em que o povo não podia falar, o tempo em que o povo não podia escrever, o tempo em que o povo não se podia manifestar, o tempo em que o povo não podia discordar.

Ao tomar a decisão de proceder judicialmente contra o Professor Doutor Félix Rodrigues, o presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória tentou, de forma antidemocrática, restringir o exercício de um direito fundamental essencial para a dignidade da cidadania em democracia.

A liberdade de expressão constitui um dos pilares fundamentais das democracias e é condição fundamental para o exercício da cidadania plena.

A liberdade de expressão concretiza-se no direito de todos exprimirem e divulgarem livremente o seu pensamento pela palavra ou por qualquer outro meio, sem impedimentos nem discriminações.

Em nome da liberdade de expressão deve-se e pode-se tolerar a crítica. Em nome da liberdade de expressão deve-se e pode-se tolerar a diferença. Contudo, para a liberdade ser liberdade, não se deve nem se pode aceitar a ameaça ao seu exercício.

É por isso dever democrático denunciar que, 44 anos depois da instauração do poder político democrático, para o Presidente da Câmara Municipal da Praia da

Vitória, Tibério Dinis, o Professor Doutor Félix Rodrigues cometeu um crime de delito de opinião.

Cabe a esta Assembleia, no quadro da nossa autonomia e da nossa Constituição, ser garante da proteção e da afirmação da liberdade e da democracia.

É nesse sentido que, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS propõe a aprovação do seguinte Voto de Protesto:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifesta o seu protesto pela decisão do Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória de processar o académico Professor Doutor Félix Rodrigues por, livremente, exercer o seu direito à liberdade de expressão.

Muito obrigado.

Os Deputados, Artur Lima e Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Quinto.

(*) **Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O Professor Doutor Félix Rodrigues enquanto cidadão e professor universitário proferiu um conjunto de declarações que todos conhecemos. Tem todo o direito de o fazer. Declarações estas que foram contrariadas por professores universitários especialistas.

Dirá o Sr. Deputado: o Professor Doutor Félix Rodrigues fez estas declarações ao abrigo do direito da sua liberdade de expressão?

Dirá o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória que estas declarações ultrapassaram claramente esse direito e foram lesivas ao concelho? Pois bem, em democracia essas divergências são resolvidas nos tribunais. É assim que funciona a democracia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Em democracia é assim?!

A Oradora: Nunca a utilização legítima de um órgão de justiça poderá ser contrário à palavra democracia.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado César Toste tem a palavra.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD/Açores associa-se a este voto.

O artigo publicado pelo Sr. Félix Rodrigues, se tiverem o cuidado de ler, até em certas partes elogia os resultados que estão a ser publicados, portanto, é uma análise de um cidadão, como é feito por muitos cidadãos que se calhar em outras circunstâncias até fizeram críticas bem piores. Portanto, é uma afronta à liberdade de expressão de quem está a dar a sua opinião e de quem tão bem já contribuiu para este processo da descontaminação da Praia da Vitória.

Não se pode simplesmente por uma situação de analisar do ponto de vista científico que seja uma opinião que vá para o tribunal.

Para nós, para o PSD, é uma atitude antidemocrática, absurda e ridícula que abre um precedente na Praia da Vitória.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Vasco Costa (PS): Vou registar a sua opinião!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

O Bloco de Esquerda associa-se a este protesto e sobre esta matéria quer apenas dizer o seguinte: era só o que mais faltava que um cidadão no exercício da sua liberdade de expressão e das suas competências académicas tivesse que pagar 250 mil euros para expressar uma opinião.

Portanto, isso é de uma bizzarria que está acima de qualquer tipo de censura. Isto não tem explicação.

Muito obrigada.

Deputado André Bradford (PS): Não é isso que a gente está a falar!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

Julgo não haver mais inscrições.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Democratas ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Esperava ouvir tudo nesta Casa, menos que a divergência de opinião em democracia se resolve nos tribunais.

Deputado Francisco César (PS): Não foi isso que foi dito!

O Orador: Foi isso que foi aqui dito. Em democracia o Partido Socialista resolve nos tribunais, usa dinheiros públicos para processar um cientista e um cidadão que discorda de um relatório do LNEC, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde isto chegou!

O Orador: ... que emite a sua opinião sobre o LNEC e os senhores não querem que se fale. Mas devo dizer que desde a idade média (desde a idade média!) que não se julga a ciência nos tribunais.

Deputado André Bradford (PS): Vou ter de fazer um protesto!

O Orador: Voltámos aos tempos da idade média de julgar a ciência nos tribunais. É a judicialização da ciência e isso não se pode aceitar. Mas ainda há mais!

O Sr. Presidente da Câmara da Praia para ser coerente tinha que processar o Sr. Presidente do Governo, porque foi para a Comissão Bilateral Permanente exigir a descontaminação da ilha Terceira. Tinha que processar todos os deputados desta Casa, porque fizeram aprovar aqui uma resolução para descontaminar, todos nós. Tinha que processar particularmente o Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia da República que até exige publicitar, que se dê publicitação e que se publique com tal transparência o processo de descontaminação. Tínhamos que todos ir para tribunal. Tinha que processar o *Diário Insular*, tinha que processar a TVI, tinha que processar o *Expresso*, mas a cobardia não lhe permite fazer isso.

A cobardia política de Tibério Dinis fica bem demonstrada na perseguição que faz a um cidadão honrado na sua terra, um cientista reconhecido regionalmente, nacionalmente e internacionalmente. É a perseguição pidesca de Tibério Dinis ...

Presidente: Sr. Deputado, vamos ter atenção aos termos utilizados!

O Orador: ... a um cidadão que apenas exerce o seu dever de cientista como sabe, como lhe ensinaram, embora divergente dos relatórios do LNEC, LNEC esse que temos também de analisar, mas que ficará para outra oportunidade.

É a perseguição, é a atitude persecutória com dinheiros públicos que a Câmara da Praia da Vitória está a fazer a um cidadão, porque não tem coragem para

fazer o resto. Se fosse coerente fazia um processo a todos os outros intervenientes nesse processo, mormente à CAPAT que convidou o Sr. Professor para ser especialista nesta matéria e ser ouvido. Portanto, isto é uma democracia. A autonomia que o PS apregoa é uma autonomia de boca, de papel, não consciente e isso é condenável num grupo que se diz democratas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford pede a palavra para?

Deputado André Bradford (PS): Para um protesto.

Presidente: Um protesto a?

Deputado André Bradford (PS): Porque o Deputado Artur Lima caracterizou o Partido Socialista chamando-nos pidescos e antimocratas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não foi a si!

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Há aqui, com certeza, um equívoco grande da parte de alguns dos deputados que antes de mim falaram sobre esta questão.

O que nós dissemos é sustentado na lei. A lei da República Democrática Portuguesa prevê um conjunto de crimes que resultam do abuso da liberdade de expressão, da calúnia, da difamação ... todos eles estão previstos na lei. Não são antidemocráticos, não são manifestações da ditadura.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas qual foi a calúnia?

O Orador: São crimes previstos na lei aprovada em democracia e estes crimes existem porque alguém (uma instituição, uma pessoa) se pode sentir difamada, caluniada, prejudicada pelo uso abusivo da liberdade de expressão. Esse alguém quando assim se sente, a lei reconhece-lhe o direito de ir aos tribunais dizer que determinada afirmação, determinada pessoa, determinado discurso, determinado artigo o caluniou, ou ao seu povo, ou ao seu concelho, difamou, prejudicou a imagem, etc., etc., etc. É disto que nós estamos a falar aqui.

Isso não configura nenhuma atitude persecutória ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ai, não!

O Orador: ... e antidemocrática. Isso configura a utilização de uma prerrogativa legal.

Pode-se questionar, é legítimo e deve-se fazê-lo que a Câmara Municipal da Praia e o Presidente da Câmara tenha decidido acionar essa sua prerrogativa. Isso é política. Podemos todos nós discutir isso.

Agora, não podemos considerar que fazê-lo é um ato antidemocrático. Não! É o exercício de uma prerrogativa legal e é nisto que o PS se revê: percebe que lhe assista à Câmara Municipal da Praia da Vitória o direito de exercer essa sua prerrogativa e de perguntar ao tribunal se não concorda com ela no sentido de que acha que as opiniões manifestadas não têm a sustentação científica suficiente e prejudicam a imagem do concelho da Praia, prejudicam os praienses, prejudicam o futuro do concelho. É só isso que se passa.

Não há aqui nada de pidesco, de difamatório, de antidemocrático.

Há o exercício de uma prerrogativa legal.

Muito obrigado pela possibilidade de falar.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para um contraprotesto tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima. Dispõe de dois minutos.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Bradford:

Toda a gente pode dizer que há contaminação, toda a gente pode dizer que os solos estão contaminados, toda a gente pode dizer menos o Prof. Félix Rodrigues.

Não há nenhum crime de difamação, não há nenhum crime de calúnia, porque senão quem estava a caluniar, quem estava a mentir era o Presidente do Governo, que foi para os Estado Unidos exigir (e está publicado nas atas da Comissão Bilateral Permanente) descontamine-se; senão quem estava a mentir era o próprio Presidente da Câmara Municipal da Praia que diz: “Eu quero descontaminar a todo o custo, porque eu sou civil responsável e criminalmente responsável.”

Deputado Vasco Costa (PS): Quem decide isso é o tribunal!

O Orador: É isso que ele é. Ele é o primeiro responsável. A lei diz isso e é disso que ele tem medo e usa dinheiros públicos para silenciar.

Quem diz para publicitar, Sr. Deputado André Bradford, é a resolução assinada por Carlos César na Assembleia da República. Publicite-se! Total transparência! Não se esconda!

Deputado André Bradford (PS): Mas isso é feito!

O Orador: Isso é calúnia?

É calúnia dizer que os solos estão contaminados?

É calúnia dizer-se que os aquíferos estão contaminados?

Não é calúnia, porque está escrito no relatório do LNEC, esta Casa provou, esta Casa disse-o, a Assembleia da República disse-o, o Ministro da Defesa disse:

“Estou contente por a descontaminação ter diminuído”, é porque existia. Quem a negou no início foi V. Exa aqui, em 2011, que dizia que não estava e ...

Deputado André Bradford (PS): Eu?

O Orador: ... fez um contrato de 180 mil euros com os americanos para abafar a descontaminação.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade! Vou ter de fazer mais um protesto!

O Orador: Isso é que é calúnia.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima!

O Orador: Isso é que é vergonhoso. Percebe, Sr. Deputado?

Portanto, toda a gente pode dizer.

E se é calúnia processe a TVI, processe o *Diário Insular*, processe o Dr. Armando Mendes, processe toda essa gente.

Deputado André Bradford (PS): O senhor não me desafie!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: O senhor que me explique porque é que só é o Professor Félix Rodrigues o único a caluniar e a difamar.

O *Expresso*, a TVI, a RTP/Açores, o *Diário Insular*, o Armando Mendes, o Orlando Lima.

Deputado André Bradford (PS): Os russos!

O Orador: É só esse que os senhores perseguem, porque querem silenciar, porque querem perseguir, ...

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: ... tal como fizeram na Santa Inquisição.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação deste voto de protesto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Secretária da Mesa vai anunciar a votação.

Secretária: O voto de protesto anunciado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que vergonha! Sejam dignos!

Presidente: Vamos fazer um intervalo.

Regressamos ao meio dia e um quarto.

(Eram 11 horas e 45 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 22 minutos)

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade à apresentação dos votos. O próximo é de protesto. É apresentado pelo Bloco de Esquerda e é um voto de protesto às declarações do Dr. Celso Manata, Diretor Regional dos Serviços Prisionais.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Secretário:

Voto de Protesto

O Diretor-geral dos Serviços Prisionais, Dr. Celso Manata, em recente visita aos Açores, declarou que o atraso do processo conducente à construção do novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada se devia ao atraso registado no processo de cedência do terreno para o efeito, por parte do Governo Regional dos Açores.

Em nota publicada no passado dia 14, o Governo Regional dos Açores rejeitou, liminarmente, qualquer responsabilidade neste atraso, esclarecendo que, no dia 14 de outubro de 2017, foi publicada uma Resolução do Conselho de Governo a ceder o terreno da Mata das Feiticeiras para o Estado.

O Governo Regional esclareceu, ainda, que passados seis meses, recebeu do Governo da República um pedido de alteração do beneficiário do referido terreno, passando este a ser o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, pedido que foi aceite e que levou à publicação de nova Resolução, no dia 20 de junho de 2018.

Na mesma nota, pode ser lido que desde maio de 2018, os serviços do Estado, responsáveis pela condução deste projeto, têm na sua posse as peças do projeto de execução e todo o caderno de encargos relativos ao lançamento da empreitada, documentos estes cedidos, de forma gratuita, pelo Governo dos Açores.

O novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada configura, do ponto de vista humano - para a população prisional e para quem lá trabalha -, um problema de direitos humanos, tal é a degradação inconcebível a que o Ministério da Justiça deixou chegar este estabelecimento prisional.

Sendo certo que, durante esta legislatura, não se inverteu, de forma clara, a falta de investimento dos sucessivos Governos da República, nos serviços dependentes do Estado, é particularmente grave a falta de atenção a uma situação, como a que se vive neste estabelecimento prisional.

A falta de compromisso para a resolução deste problema, por parte do Governo da República, é patente, quando a Ministra da Justiça afirma que a conclusão desta obra só será possível, num quadro temporal de 4 a 5 anos. Isso quer dizer que só no fim da próxima legislatura, na República (e se tudo correr bem, note-se) este projeto verá a luz do dia.

É ainda mais patente a falta de compromisso do Governo da República, quando o Senhor Diretor dos Serviços Prisionais, na passada semana, não conseguiu, sequer, calendarizar as sucessivas fases das obras de requalificação em curso, no atual estabelecimento prisional.

É bom lembrar que o Governo da República está obrigado - pelo artigo 156º-B da Lei do Orçamento do Estado para 2018 - a avançar com o novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, tal como, claramente, está explicitado neste artigo: "O Governo dará início, no ano de 2018, aos trabalhos relacionados com a construção do novo estabelecimento prisional de Ponta Delgada".

A três meses do fim do ano e afigurando-se o mais que provável incumprimento desta norma do Orçamento do Estado, por parte do Governo da República, é completamente indecoroso que um alto responsável do Estado venha aos Açores procurar encobrir a falta de cumprimento dos compromissos a que o Governo da República está obrigado, por lei, atribuindo aos Órgãos de Governo Próprio da Região a responsabilidade por esta inaceitável negligência.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um Voto de Protesto pelas declarações do Dr. Celso Manata, Diretor Regional dos Serviços prisionais, aquando da sua recente visita aos Açores, repudiando, simultaneamente, seja a falta de atenção e de solidariedade para um grave problema que a todos deveria envergonhar, seja a ausência de lisura que deve presidir às relações entre a República e a Região Autónoma dos Açores.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Senhor Primeiro Ministro, à Senhora Ministra da Justiça, à Assembleia da República e a todos os grupos e representações parlamentares nela representados.

Horta, Sala das Sessões, 20 de setembro de 2018

Disse.

O Grupo Parlamentar do BE/Açores, Zuraída Soares e Paulo Mendes

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Já agora Celso Manata!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

As declarações do Sr. Diretor-geral dos Serviços Prisionais são muito infelizes e inadmissíveis e só revelam desconhecimento da parte deste responsável.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Será mesmo desconhecimento?

O Orador: O PS rejeita qualquer responsabilidade da parte do Governo no atraso da construção do novo estabelecimento prisional de Ponta Delgada, antes pelo contrário quer este Governo Regional, quer outros Governos Regionais, quer o Partido Socialista há muitos anos sempre nos batemos para que esta obra avance e que se possa iniciar este processo e nós tudo temos feito para que esta questão se concretize e é bom que se saliente que o Governo Regional tem sido um parceiro, na nossa opinião, incansável, procurando estar do lado das soluções, permanentemente disponível, sempre atento aos desenvolvimentos e prova disso, como também é referido no próprio voto, é que o Governo Regional desde a primeira hora, neste caso particular e nos desenvolvimentos mais recentes, esteve sempre disponível e disponibilizou mesmo um terreno para se poder construir o novo estabelecimento prisional de Ponta Delgada.

Isso é bom que fique bem claro, porque nós achamos que isso é muito importante, porque isto significa que independentemente dos desenvolvimentos que têm ocorrido na República o Governo Regional e o Partido Socialista têm sido intransigentes na defesa dos nossos interesses e no objetivo de construir um novo estabelecimento prisional em Ponta Delgada.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Nós achamos também, Sra. Deputada Zuraida Soares, que não é correto no enquadramento que faz na parte preambular do voto quando refere que não há compromisso.

Nós achamos que há um compromisso. Há um compromisso da parte do Governo da República. Há um compromisso da parte do Sr. Primeiro Ministro, há um compromisso da parte da Sra. Ministra Defesa e este processo está em andamento e está a ter desenvolvimentos.

Isto é absolutamente claro para nós. Não ao ritmo que desejaríamos, não nos prazos que nós esperávamos, mas também não é correto dizer que não há um compromisso, porque ele existe, e por isso é que o Partido Socialista não confunde as declarações inadmissíveis e muito infelizes de um diretor-geral do Governo da República, com aquilo que é um compromisso formal do Governo da República Portuguesa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Substitui-se o diretor geral!

O Orador: São duas coisas diferentes. Uma coisa é um diretor-geral, eventualmente centralista e que desconhece a realidade e que proferiu declarações muito infelizes; outra coisa são os compromissos do Governo da República, do Sr. Primeiro Ministro e da Sra. Ministra da Defesa e o Partido Socialista, apoiando este voto, não deixa também de registar que há um compromisso e que há motivos para nós termos confiança e esperança que este processo vai ser resolvido e que no seu devido tempo estas coisas não se fazem ... Eu já tive oportunidade de referir que a construção do estabelecimento

prisional não é uma construção assim tão simples quanto isso, tem as suas especificidades e tem uma complexidade até do ponto de vista técnico muito grande, leva algum tempo até na sua própria construção, mas repito nós estamos confiantes e temos esperança que este processo chegará a bom porto e que nós vamos ter em breve novas informações sobre esse estabelecimento prisional.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

A história da construção do novo estabelecimento prisional de Ponta Delgada é uma história triste, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma mentira!

O Orador: ... é uma história que reconhecemos que atravessou vários Governos da República com compromissos não cumpridos, mas nós estamos neste momento perante este Governo da República que se tendo comprometido com o início da construção do estabelecimento prisional até ao final desta legislatura os passos que têm vindo a ser cumpridos por esse mesmo Governo da República não adivinham nada de bom, isto é, mais uma vez se corre o risco de chegado o fim de mais uma legislatura na República um compromisso assumido seja um compromisso não cumprido.

O Sr. Diretor-geral dos Serviços Prisionais que tem sido o grande protagonista deste folhetim tem sido infeliz, muito infeliz, ao longo deste processo e não só nestas suas últimas declarações.

Deputado José San-Bento (PS): Devia ter começado por aí!

O Orador: O Sr. Diretor-geral dos Serviços Prisionais não é um cidadão qualquer. É certo que não é professor universitário, mas é alguém a quem a Sra.

Ministra da Justiça depositou confiança para exercer estas funções. Portanto, nem eu, nem o PSD queremos acreditar que a declaração genérica do Sr. Presidente Honorário do Partido Socialista no recente congresso de que há por aí na administração intermédia um diretor-geral, ou um secretário de estado, ou um ou outro ministro centralista (não aceitamos, dizia) que essa expressão venha branquear aquilo que tem sido o incumprimento de uma determinação, de um compromisso assumido pela República e inscrito neste último orçamento de estado.

Portanto, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, o PSD naturalmente subescreve este voto de protesto, mais uma vez na luta pela construção de um estabelecimento prisional em que não se percebe pelas declarações do Diretor-geral dos Serviços Prisionais se o terreno foi cedido, se não foi cedido e aquilo que mais ainda nos incomoda e que foi objeto de debate aquando de um Projeto de Resolução apresentado pelo PSD nesta Casa é como é que se cede um terreno sem que se conheça o plano funcional de um estabelecimento prisional, ...

Deputado José San-Bento (PS): É a área de implantação!

O Orador: ... sem que se conheça a capacidade definida para esse estabelecimento prisional, porque naturalmente construir um estabelecimento prisional não é construir uma casa, não são quatro paredes de betão. Naturalmente que a sua estrutura implica um conjunto de estruturas que lhe são conexas e que terão como objetivo a reinserção social dos presos nesse estabelecimento prisional.

Portanto, Sra. Deputada Zuraida Soares, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, aqui está mais uma vez a nossa solidariedade, subescrevendo este voto de protesto, esperando que os compromissos públicos não passem por parte do Governo da República de “falinhas mansas” para mais uma vez, repito, um compromisso assumido não seja um compromisso não cumprido.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Secretário, Sra. Secretária:

Apenas duas observações.

A primeira é que do meu ponto de vista e do ponto de vista do Bloco de Esquerda um compromisso assumido que reiteradamente não é cumprido não é um compromisso, é uma mentira. Primeiro ponto.

Segundo ponto. Registrar que durante esta manhã foram apresentados dois votos, ...

Deputado José San-Bento (PS): Uma moção de censura foi a geringonça!

A Oradora: ... um relativamente ao 'incompromisso' quanto à construção do novo estabelecimento prisional de Ponta Delgada e o outro relativamente à ausência de uma segunda tripulação nos Açores para evacuações médicas e transporte de doentes e tudo isto tem a ver com desatenção do Governo da República.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Apoiado!

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

A Oradora: Espero que os votos que são endereçados ao Sr. Primeiro Ministro, à Assembleia da República, a alguns e diferentes ministros não caiam em saco roto e comecem a perceber que nem tudo está bem num relacionamento de boa fé e que continuamos à espera de demasiados compromissos nesta Região.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de protesto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para o próximo voto de protesto referente ao atraso nas obras do Centro de Saúde das Lajes do Pico. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Voto de protesto

Atraso nas obras do Centro de Saúde das Lajes do Pico

Já passou mais de um ano desde que o Governo Regional dos Açores se deslocou às imediações do Centro de Saúde das Lajes do Pico, montou tenda, para mais uma vez, e repetidamente, lançar falsas expectativas à população, neste caso sobre a adjudicação da empreitada de remodelação do Centro de Saúde das Lajes do Pico. Um ano passou e obras no Centro de saúde das Lajes nem vê-las.

O ex-Secretário Regional da Saúde Luís Cabral, apresentou o projeto de intervenção e beneficiação do Centro de Saúde das Lajes do Pico, num investimento de 900 mil euros, no dia 2 de agosto de 2016. Segundo afirmou o senhor Secretário na altura, a realização das obras permitiria melhorias significativas no edifício, de forma a “garantir uma melhoria na qualidade do atendimento aos utentes”, salientando a criação de condições físicas para a implementação dos Núcleos de Saúde Familiar.

O concurso público que autorizou a contratação e adjudicação da empreitada de remodelação do Centro de Saúde das Lajes do Pico foi publicado em Jornal

Oficial no dia 29 de agosto de 2016, com um preço base de 759 mil euros e um prazo de execução de 12 meses. A 25 de julho de 2017, Rui Luís, atual Secretário da Saúde, assinava nas Lajes do Pico o contrato para as obras de requalificação do centro de saúde das Lajes do Pico, aquando da visita estatutária que o Governo dos Açores efetuou à ilha do Pico.

Dois anos passados desde a apresentação do projeto de intervenção e beneficiação do Centro de Saúde das Lajes do Pico e um ano após a assinatura do contrato de adjudicação da obra, a única evolução visível no Centro de Saúde das Lajes foi o encerramento de serviços, como o internamento, e a existência de várias estruturas que deixaram de funcionar ou estão degradadas e que não se arranjam com a desculpa do início das obras.

Neste particular a avaria do elevador é um ultraje às pessoas idosas e a todos os utentes com dificuldades de locomoção (e são vários). Sabendo que os pagamentos dos vários serviços e a recolha de sangue se efetuam no piso superior, manter o elevador fora de funcionamento, há larguíssimos meses, é inadmissível, quando se sabe, ou pelo menos se devia saber, que uma grande parte dos utentes têm dificuldades ou mesmo não consegue ter, de forma autónoma, o acesso ao piso superior.

Passado um ano, as obras não se iniciaram no Centro de Saúde das Lajes do Pico, utentes e funcionários continuam a circular num edifício insalubre, propício à contaminação do ar interior por microrganismos, nomeadamente fungos e bactérias. Em partes do edifício o cheiro é nauseabundo. Os próprios trabalhadores tomaram uma posição devido às péssimas condições de trabalho pelo abandono progressivo de manutenção no edifício, por parte da tutela em dezembro de 2017, tendo obtido como resposta que as obras de remodelação se iriam iniciar em meados de janeiro de 2018, uma vez que o visto do Tribunal de Contas ao processo de empreitada havia sido concedido no dia 30 de novembro

passado. Até hoje, nove meses passados, não há maneira de se dar à luz esta obra, há muito esperada e prometida. É um caso para se dizer – Haja Saúde.

Hoje na região, somos governados articulando o miserabilismo das obras lançadas, ou melhor dizendo, apenas anunciadas, com o interesse eleitoral, subjugando o interesse da população aos interesses eleitoralistas do Partido Socialista, mormente neste caso afetando aqueles que mais sofrem.

Não restam dúvidas que tudo está a ser feito para que as obras de requalificação fiquem prontas, o mais próximo possível das eleições regionais de 2020.

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado!

Deputado Marco Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Assim, ao abrigo das disposições regimentais, o grupo parlamentar do PSD propõe um voto de protesto pelo atraso no arranque das obras no Centro de Saúde das Lajes do Pico, que está a provocar constrangimentos vários aos utentes e aos trabalhadores do Centro de Saúde das Lajes do Pico.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 20 de setembro de 2018

Os Deputados, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece, Jorge Jorge e António Vasco Viveiros

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS não vai subscrever o voto, porque nomeadamente no que diz respeito ao preâmbulo do parágrafo sete este Governo trabalha para os açorianos e não com fins eleitorais e há provas disso.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Segundo: eu recomendava ao colega e amigo Jorge Jorge que devia, antes de ter feito este voto, ter conversado com o colega Marco Costa e porquê? Porque eu também fui autarca e eu creio que (fui e sou autarca, sou presidente de uma junta) tal e qual como acontece no Governo existem contratempos em relação às obras. Isto não é desculpa, mas é um facto, como acontece nas autarquias. Por exemplo, eu não acredito que o Presidente da Câmara da Madalena tenha levado sete anos para fazer a obra do auditório municipal com fins eleitorais. Certo?

Portanto, não é este o caso.

Deputado Paulo Parece (PSD): O senhor não quer comparar o centro de saúde, uma necessidade ...!

O Orador: E de facto neste caso concreto existiram mesmo constrangimentos. Existiram constrangimentos porquê?

Porque encontrou-se uma alternativa (e muito bem) quando de facto e foi anunciado na altura pelo Sr. Secretário que havia essa possibilidade de fazer a obra do centro de saúde com os funcionários, a obra a decorrer e os funcionários permanecerem no edifício.

Entretanto, e devido às condições atmosféricas, que tivemos mesmo um inverno muito mau com chuvas, houve gravíssimas infiltrações no edifício.

Procurou-se uma solução. O Sr. Secretário, o atual Secretário Rui Luís, teve uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara das Lajes e procurou-se uma alternativa que envolvia os funcionários de uma forma provisória, até se iniciarem as obras, e o corpo médico passarem para a nova escola.

Entretanto, e muito bem, por razões de condições de segurança desses funcionários e dos utentes solicitou-se uma verificação do LREC ao edifício. Obviamente que isto levou o seu tempo. Obviamente que é um constrangimento, mas a obra vai se iniciar e vai ser concluída.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Quando?

O Orador: Em pouco tempo, com certeza.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que é que é pouco tempo?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Jorge Jorge tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado e amigo Mário Tomé, eu tenho pena que não se tenha associado e o Partido Socialista a este voto e que esteja mais preocupado em cobrir a inação do Governo em relação a este ou a outros assuntos.

Primeiro que tudo começa mal, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Vai ser convidado para a inauguração! Não se preocupe!

O Orador: ... porque nunca se deveria ter pensado que os funcionários poderiam permanecer naquele edifício, como os funcionários o demonstraram. É impensável que um edifício daquela dimensão, a sofrer as obras de remodelação, que os funcionários pudessem ficar acantonados num canto para passar para o outro lado e continuar os utentes a frequentar aquele espaço. É completamente impensável.

Foi uma obra planeada em cima do joelho, porque só por manifestação dos funcionários em dezembro é que o Governo pôs a hipótese de mudarem para outro edifício.

Ora, em dezembro o Governo dizia “as obras vão iniciar-se em janeiro”, disse ao público e disse aos funcionários. Existe essa reportagem na televisão.

Depois aos trabalhadores internamente, em abril, disse que era em maio; em junho disse que era em julho; em julho no início de setembro; em meados de agosto em meados de setembro e agora estamos quase no fim de setembro e as obras ainda não começaram.

O problema é que eu não sei o que é que está subjacente a todo este atraso para além do problema eleitoral, se é também criar de alguma forma a normalidade de que os serviços já estão noutra parte da ilha, os internamentos já estão noutra parte da ilha. Daqui a um ano já estão noutra parte da ilha, agora ficam.

O serviço de atendimento permanente que nas Lajes já não se faz os casos de nível Alfa e Bravo continuarão também daqui a um ano e tal, já estão normalizados, já poderão ir para outro lado.

A nossa luta é para que as obras se façam no Centro de Saúde das Lajes como um remedeio, porque as Lajes necessitam de um centro de saúde novo e para que o Centro de Saúde das Lajes mantenha todas as valências que tem atualmente de um centro de saúde avançado.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional pede a palavra para?

Para uma interpelação, tem a palavra Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Cara Colega:

Uma interpelação, Sra. Presidente, tendo em conta que o Governo foi visado nalguns casos até de forma infundada pelo Sr. Deputado Jorge Jorge, portanto, aquilo que eu gostaria de lhe perguntar Sra. Presidente é se mantém o entendimento de que o Governo não pode falar nos votos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sim, a Mesa mantém esse entendimento e, portanto, apesar de ter sido visado infelizmente não lhe posso dar a palavra para intervir nesta fase do debate.

Não havendo mais inscrições, Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O voto de protesto apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Deputado Marco Costa (PSD): Contra a saúde na ilha do Pico!

Presidente: O último voto de protesto desta manhã é do CDS e refere-se ao encerramento das escolas do pré-escolar e do 1.º ciclo na ilha de São Jorge. Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paiva.

Deputado Jorge Paiva (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

Contra o encerramento das Escolas de pré-escolar e 1.º ciclo na Ilha de São Jorge

As diversas instituições, entidades e serviços são certamente a força motriz das diversas freguesias, e na Ilha de S. Jorge não é exceção, são essas instituições, entidades e serviços que geram dinâmicas nas freguesias, tornando-as vitais, combatendo a desertificação das mesmas, um mal cada vez mais frequente, onde a realidade se depara com uma população cada vez mais envelhecida.

É certo, que os serviços de proximidade existentes nas freguesias, para além de contribuírem para a atividade dessas freguesias, desempenham um importante papel na fixação das pessoas. Como tal, é fundamental que esses serviços se

adaptem à realidade, criando condições que colmatem as necessidades dos seus cidadãos.

Na Ilha de São Jorge as freguesias têm enfrentado fortes golpes com as políticas instituídas por este Governo socialista ao longo dos anos, que tem levado a uma morte anunciada das mesmas, tal começou com o encerramento das cooperativas passando pelo fecho das designadas Escolas Primárias.

E assim, lentamente as freguesias vão morrendo, perdendo toda a sua identidade, fazendo com que tudo se centre nas duas sedes de Concelho...

No que se refere às escolas, o resultado da reestruturação da rede escolar, onde a Secretária da tutela de então mencionava que tais medidas não eram implementadas por uma questão economicista, tem levado ao encerramento consecutivo das escolas, sem que sejam criadas condições apelativas para que os pais prefiram inscrever os seus filhos nas escolas das respetivas freguesias, são construídas escolas sobredimensionadas nas sedes de concelho, fazendo com que depois ande tudo aflito à “cata” de alunos...se então foram questões economicistas, perante este cenário, surge a pergunta, foram que questões?!?

Aquando da implementação o Governo Regional, afirmava que cabia às freguesias criarem meios de fixação da população, e ao Governo o que cabe?? Contribuir com medidas desta natureza??

E como é natural esta morte lenta tem continuado ao longo dos anos e este ano letivo foram encerradas mais duas escolas, a de Santo Amaro e Ribeira Seca, prevalecendo o sentimento de tristeza por parte da população que vê as crianças a sair da freguesia cada vez mais cedo, sendo este o resultado da tal reestruturação da rede escolar, ao invés, de tal reestruturação ter passado pela implementação de medidas que criassem condições para os pais preferirem as escolas da sua área de residência.

No Concelho das Velas ainda sobrevivem duas escolas, enquanto na Calheta já nenhuma ficou para rezar a história ... qual será o próximo passo? O encerramento da escola do Topo? Centralizar tudo nas duas novas escolas?

O Grupo Parlamentar do CDS sempre alertou para o resultado destas medidas implementadas que tem levado ao encerramento de serviços de proximidade, e consequentemente à desertificação das freguesias.

Assim, e ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS propõe a aprovação do seguinte Voto de Protesto:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores protesta pelo facto da política implementada pelo Governo Regional que tem levado ao encerramento consecutivo das Escolas de pré-primário e 1.º ciclo nas freguesias da Ilha de São Jorge.

Os Deputados, Jorge Paiva e Artur Lima

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado António Pedroso tem a palavra.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente o PDS irá se associar a este voto de protesto.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Claro!

Deputado André Bradford (PS): Não sabia!

O Orador: Em S. Jorge o centro de cada freguesia rural era marcado por uma igreja, uma Cooperativa e uma escola.

Estas três instituições geravam uma dinâmica, social, económica e cultural, além de contribuírem para a fixação de pessoas.

Nas manhãs nas freguesias era normal ouvir-se os agricultores com as suas carrinhas a trazer o leite para a cooperativa, as crianças a correr para a escola entre risos e brincadeiras próprias da idade, a vida mudou, agora há um silêncio

fúnebre, que impera na maioria das freguesias interrompido ocasionalmente pelo chilrear dos pássaros.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Havia sempre uma preocupação em melhoramento destes edifícios, inclusive construíram-se novas escolas, ampliaram-se outras, e foram criadas condições para que em todas as freguesias oferecessem a todas as crianças as condições para uma aprendizagem eficiente, com o conforto necessário.

A política socialista começou por encerrar as cooperativas, depois foram as escolas, e só falta fecharem as igrejas, apearem os sinos e derreterem para fazer moeda.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Com as medidas economicistas que por aí se vê não me surpreenda que isso aconteça.

São Jorge foi batizado pelo governo socialista de ilha de coesão. Este estatuto devia conferir à ilha alguma diferenciação, ...

Deputado Carlos Silva (PS): E confere!

O Orador: ... não podem usar a mesma bitola para todas as ilhas.

As freguesias estão moribundas, tudo se está centrando nas duas sedes de concelho. Em breve S. Jorge irá se transformar numa ilha de freguesias fantasma com ruínas abandonadas.

Deputado André Bradford (PS): Que exagero!

O Orador: E que tem feito o Governo para dinamizar estas freguesias? Muito pouco ou nada, antes pelo contrário tem contribuído com as suas decisões políticas para acelerar este despovoamento.

Agora encerrou mais duas escolas, Santo Amaro e Ribeira Seca, deixando os pais sem alternativas, e obrigando as crianças de tenra idade a deslocarem-se para longe, de forma desconfortável, correndo riscos desnecessários em

transportes e roubando tempo precioso à infância destas crianças que terão de sair cedo do seu lar e regressar tarde.

Deputado Manuel Pereira (PS): Haja paciência!

O Orador: Estas crianças jorgenses que tinham tudo para ter uma infância com menos stress de uma criança de cidade, mas até isso lhes foi roubado.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

O Orador: A qualidade de vida escolar para as crianças do 1.º ciclo nunca mais será a mesma.

Qual é o incentivo de um jovem casal com filhos, ou com objetivo de constituir família tem para se instalar numa freguesia rural da ilha de S. Jorge? Agora nem uma escola para colocar os seus filhos tem.

Deputado Carlos Silva (PS): A gente é que devia fazer um voto de protesto ao que está a dizer!

O Orador: E não é por falta de infraestruturas. Estão lá os edifícios e são bons, com todas as condições, também não é por falta de professores, que também lá estão.

Falta sim uma política de incentivo ao povoamento. O governo está falhando redondamente nesta área.

Por este caminho, não nos irá surpreender que a próxima a fechar seja a escola básica do Topo. Esta não é a política de educação que os jorgenses merecem e esta não é a política de educação que lhes foi prometida por este governo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado André Rodrigues tem agora a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

De facto, o Partido Socialista não poderá concordar nem votar favoravelmente este voto de protesto, apesar de concordar com a importância das instituições das nossas freguesias e da importância dos serviços de proximidade em cada uma delas ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nota-se!

O Orador: ... e a Região Autónoma dos Açores tem sido um exemplo também através do Governo, dos municípios e também das juntas de freguesia em tentar encontrar dinâmicas que garantam o futuro e a viabilidade de cada uma dessas freguesias, ao contrário de outros que no país aquilo que fizeram foi extinguir freguesias.

Deputado Jorge Paiva (CDS-PP): E as escolas?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Concordamos com a importância das freguesias, mas também não concordamos com muito daquilo que foi dito neste voto de protesto, ...

Deputado António Parreira (PS): Muito bem lembrado!

O Orador: ... nomeadamente também sobre as cooperativas e de realçar aqui que os aautos da desgraça que disseram que o encerramento das cooperativas e a necessária reestruturação do setor cooperativo iria levar ao fim do queijo de São Jorge e da sua qualidade ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E levou, e levou! Já tem queijo para três anos!

O Orador: ... neste momento e ao longo deste ano já nesta Casa já votaram votos a favor que comprovam exatamente o trabalho contrário que foi feito e garante aos agricultores de São Jorge rendimento ao final do mês.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Depois dizer ao Sr. Deputado Jorge Paiva que realmente não merecia que o seu grupo parlamentar lhe tivesse feito, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): E a escola da Ribeira Seca?

O Orador: ... ir apresentar um voto de protesto com este teor e com esta quantidade de perguntas ao Governo Regional sabendo de antemão que não iria ter nenhuma resposta do Governo Regional, porque nesta figura regimental não há direito a resposta nem a contraditório e o mínimo que nós gostaríamos de poder ter, para o debate ser minimamente sério, era que todos pudessem falar nesta Casa e não o senhor primeiro, eu depois e o senhor depois. Percebeu?

Deputado José San-Bento (PS): Enganaram o rapaz!

O Orador: Depois dizer também que estranhámos este voto de protesto ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda ontem falaram pelo Sr. Presidente!

O Orador: Sra. Presidente, permita-me.

Posso, Sr. Deputado Artur Lima?

Estranhámos também este voto de protesto numa semana em que estava previsto um debate de urgência sobre educação, em que estas perguntas poderiam ter sido feitas, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não se meta por aí! Isso é muito mau!

O Orador: ... mas por algum motivo foi cancelado e devidamente poderão estas perguntas ser feitas ao Sr. Secretário Regional.

Depois, o Partido Socialista também não pode concordar com este voto, nem votar a favor de um voto contra a autonomia das escolas, num voto contra a comunidade escolar, um voto contra um conselho executivo que até foi altamente patrocinado e com quase um trabalho de campanha porta a porta ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Não se entusiasme!

O Orador: ... para que este conselho executivo fosse eleito e depois agora vem o CDS, ele próprio (não sei aqui e nem porquê) apresentar um voto contra uma decisão que o conselho executivo da Escola Básica das Velas tomou, tomou após ter reunido com os pais, ter reunido com a comunidade escolar e ter decidido que não havia condições para que a escola de Santo Amaro estivesse aberta.

Sr. Deputado, não foram razões economicistas. Não foi, não senhor!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não!...

O Orador: Não foram estas razões economicistas que o conselho executivo da EBS de Velas apresentou aos pais de Santo Amaro, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... que eles apresentaram numa reunião em que a maioria dos pais votou a favor dessa decisão e só um votou contra e foi o candidato do Partido Socialista à Junta de Freguesia de Santo Amaro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é vergonhoso! Está a distorcer as coisas!

O Orador: Portanto, a história tem de ser toda ela dita com a verdade.

As razões economicistas vêm-se de outras formas e na educação, nos Açores, isso não aconteceu.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso fica-lhe mal!

O Orador: Temos mais professores por aluno, temos menos alunos por sala de aula e este ano temos mais cem professores mesmo havendo uma redução de mil alunos. Aqui se prova as razões economicistas que não existem na educação.

Depois digo também que estas questões não são exclusivas da ilha de São Jorge.

Deputado Paulo Parece (PSD): Isso é um devaneio!

O Orador: Srs. Deputados, se pensam que o problema é da ilha de São Jorge, não é da ilha de São Jorge. Isto acontece em São Miguel, na Terceira e noutras ilhas ...

Deputado Paulo Parece (PSD): É ainda mais grave!

Deputado António Marinho (PSD): Fala menos para não te enterrares tanto!

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Não, não, Sr. Deputado Soares Marinho!

... e as razões que estão por detrás disso têm a ver com questões da demografia, do número de alunos, com as alterações de hábitos, com as alterações da estrutura familiar, com as alterações laborais, com a alteração até da ocupação do próprio território, das questões do trabalho, do lazer, do habitar e tudo isto é escondido por debaixo de um tapete pelo CDS para ficar só a responsabilidade do Governo Regional nesta matéria.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Parece (PSD): Está entusiasmado!

O Orador: O encerramento advém da demografia e do número de alunos, não advém do problema que o Sr. Deputado indica.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Advém da democracia!

O Orador: Demografia!

O CDS quer obrigar os alunos e os pais a matricular os alunos na sua freguesia? É essa a proposta que quer fazer neste Parlamento?

Tragam um DLR em que diga: os alunos a partir de agora tem que se matricular na sua freguesia de residência, sem ter em conta onde os pais trabalham, se os pais têm ou não estrutura familiar para os receber e outro conjunto de medidas.

Deputado Jorge Paiva (CDS-PP): Isso cada vez vai acontecer mais!

O Orador: Sra. Presidente, termino já, peço imensa desculpa.

Deputado Jorge Paiva (CDS-PP): As crianças saem, os pais saem!

O Orador: Isto tudo acontece, por exemplo, numa freguesia que é do CDS, num município que é do CDS e onde se diz que as relações com o Governo Regional são ótimas.

Então porque é que não se criaram as medidas necessárias para a fixação de pessoas na freguesia de Santo Amaro?

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O voto de protesto apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, encerramos agora então os nossos trabalhos. Regressamos às 15 horas com a Agenda.

(Eram 13 horas e 05 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, entramos agora na nossa Agenda, nomeadamente no ponto oito: **Projeto de Resolução n.º 106/XI – “Recomenda ao Governo Regional que intervenha para impedir o despejo**

dos moradores do Bairro de Santa Rita, no concelho da Praia da Vitória”, projeto de resolução este apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, mas que entretanto deu entrada na Mesa e já foi distribuído por todos uma proposta de substituição integral subscrita por todos os grupos e representações parlamentares.

(Eram 15 horas e 20 minutos)

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sr. Secretário, Sra. Secretária:

Em junho o nosso grupo parlamentar apresentou nesta Assembleia um projeto de resolução. Apresentámo-lo com caráter de urgência sem contudo dispensar o exame em comissão, porque entendemos que apesar de estarmos perante uma situação de verdadeira urgência, pois estão em causa famílias que a qualquer altura podem ficar sem teto, deveriam ser ouvidos todos os envolvidos e os responsáveis por aquele que se não for resolvido atempadamente será o maior e mais imediato problema social do concelho da Praia da Vitória e da ilha Terceira: o despejo de uma centena de famílias.

Deputado José San-Bento (PS): E dos Açores! Não é um problema da Terceira, é dos Açores!

O Orador: As famílias que constituem o bairro de Santa Rita têm poucos rendimentos, sendo que a maior parte dos seus moradores têm rendimentos inferiores ao salário mínimo.

Todavia, não é só pelos rendimentos reduzidos que estamos perante um problema social. É também porque o próprio mercado de arrendamento não dispõe de oferta para aquela que seria uma subida exponencial da procura, além

de que tal alteração brusca no mercado contribuiria para um ainda maior inflacionamento dos preços praticados.

Quanto à capacidade do parque habitacional com fins sociais quer da Região, quer da autarquia da Praia da Vitória, em conjunto com o apoio ao arrendamento no âmbito do programa “Famílias com futuro” não dariam resposta por falta de capacidade instalada.

De qualquer forma, o mercado de arrendamento e as soluções de habitação social não são soluções satisfatórias para os moradores do bairro de Santa Rita que pretendem manter o bairro.

As audições em Comissão de Política Geral foram exigentes, rigorosas e mereceram a dedicação e empenho de todos os Srs. Deputados e Deputadas envolvidos. Todos desejamos evitar despejos e conservar o sentimento de pertença de um coletivo que deseja permanecer naquelas que entendem ser as suas casas, mesmo que judicialmente o entendimento tenha sido outro e sem contrariar qualquer decisão judicial nós, Bloco de Esquerda, partilhamos do sentimento e pretensões dos moradores.

O grande imbróglio encontra-se na propriedade dos terrenos onde se encontram implantadas estas casas.

Deputado Francisco César (PS): Encontrava-se!

O Orador: São terrenos rústicos que por autorização das autoridades militares serviram para construção de casas para militares norte americanos aquando da sua chegada e instalação na Base das Lajes, os quais se obrigaram contratualmente a pagar uma renda aos proprietários destes terrenos.

Por responsabilidade das autoridades militares, com a conivência dos sucessivos governos regionais e executivos camarários a transmissão do usufruto destas moradias passou gradualmente a ser feita para civis portugueses. Se inicialmente as rendas aos proprietários destes terrenos foram sendo pagas, rendas cobradas por um terreno rústico e não declaradas ao fisco, a partir de

2003 os moradores deixaram de pagar renda, suportados no aconselhamento de alguém da autarquia da Praia da Vitória. Esse é o facto que originou queixas judiciais que resultaram nas ações de despejo já realizadas e outras que poderão ainda vir a ter lugar.

Um dos grandes méritos do projeto de resolução apresentado em junho, senão mesmo o mais importante, foi ter colocado durante estes meses o Governo Regional a falar coma Câmara Municipal da Praia da Vitória, uma articulação que se impunha, dado os valores monetários envolvidos e a dimensão do problema caso se verificasse um despejo coletivo.

Aliás, essa articulação e essa comunicação não foi não só inédita, ...

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

O Orador: ... como também foi tão intensificada ao ponto de esta manhã, por exceção e por aquilo que compreendemos como uma situação completamente incompreensível dada a instituição em que estamos, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, ter o Presidente da autarquia da Praia da Vitória em conjunto com a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social feito uma conferencia de imprensa nesta mesma Casa a anunciar a resolução deste problema.

Ainda bem que o problema está em grande parte resolvido. Agora dispensava certamente este esforço de ganhar protagonismo, porque nunca foi o protagonismo que moveu o Bloco de Esquerda nesta causa.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

(Aplausos da Deputada Zuraida Soares e do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: Entendemos que o Governo Regional não pode adotar uma postura passiva e limitar-se a assistir ou a limitar-se a assistir ou a acompanhar o desenrolar os despejos com medidas de alcance limitado.

Essa é a razão para termos procurado envolver o Governo Regional em conjunto com a Autarquia da Praia da Vitória para se desenvolverem esforços para impedir a continuação de despejos no bairro de Santa Rita.

Estes são objetivos concretos partilhados com os moradores que esperam um compromisso do Governo Regional no sentido de os manter no seu bairro e nas suas casas.

Tudo indica que o primeiro problema, entendimento entre proprietários e autarquia, foi alcançado. Aliás, já é mais do que uma indicação, é uma certeza. Um entendimento cujos desenvolvimentos foram ocultados não só aos deputados desta Casa, como também aos moradores, tudo em prol do desenvolvimento das negociações com os proprietários, mas que intensificou a ansiedade dos moradores que durante meses viveram no sobressalto de virem a ser despejados.

Outros desafios se colocarão, desde já quanto ao processo de venda dos solos aos respetivos moradores por forma a garantir a sua permanência nas respetivas casas. Assim, e com o compromisso assumido por todos os grupos e representações parlamentares solicitámos a substituição do nosso projeto de resolução mantendo a condição de evitar despejos ao manter os moradores nas suas casas e a solução encontrada foi unânime, foi uma solução que não procurou a obtenção de falsos protagonismos, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Subscrita por todos!

O Orador: ... todos abdicaram nesta Casa, todos os grupos parlamentares, de qualquer protagonismo, subscreveram um projeto de resolução conjunto. O mesmo não se pode dizer do Governo Regional e da Câmara Municipal da Praia da Vitória que não adotaram a mesma postura e fizeram tudo por tudo para ficar com esta bandeirinha e vamos mais além ...

Deputado José San-Bento (PS): Oh, Sr. Deputado, mas isso o que é!?

O Orador: ... pois procuramos garantir a infraestruturização do bairro, possibilitar o regresso das famílias despejadas, facilitar-se a prestação de apoio técnico e financeiro a todos os moradores na legalização das respetivas habitações e porque os moradores devem ter uma palavra a dizer durante o desenrolar desta nova etapa entendemos que devem participar em todas as fases de resolução deste processo.

Finalmente, continuamos a incluir esta Assembleia que deverá ser informada de todas as diligências efetuadas no âmbito desta resolução em prol do dever de fiscalização da ação governativa que a todos nos compromete.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem várias inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário, Sra. Secretária:

Queria começar por saudar todos os partidos aqui da Assembleia que acabam por subscrever a substituição integral do texto original e queria começar por referir que é bom que fique muito claro que as circunstâncias dos desenvolvimentos das últimas horas não retiram de forma alguma a pertinência desta resolução, nem quanto ao seu mérito, ...

Deputado André Bradford (PS): Ora aí está!

O Orador: ... nem quanto à sua forma, nem quanto ao seu juízo de oportunidade. Portanto, o que nós estamos aqui a assistir do ponto de vista dos últimos desenvolvimentos públicos é ao princípio do fim de um processo que ainda vai ser longo e, portanto, não há razão, Sr. Deputado, se me permite, para um ataque de ciúmes como o senhor fez agora ali da tribuna sobre os protagonismos e faço-lhe essa justiça.

O senhor na Comissão de Política Geral manifestou sempre uma grande intransigência do Bloco de Esquerda em tratarmos a urgência deste assunto, tratarmos todas as audições na comissão por forma a rapidamente habilitarmos o plenário da Assembleia a ter condições para se pronunciar e debater sobre este problema com o intuito de chegarmos a uma solução e o PS, como sabe, acompanhou esse esforço desde o início mantendo reservas em relação a algum do teor da proposta original que entretanto foi substituída e que ficou agora resolvido, na nossa opinião, com esta substituição integral. Portanto, nós não podemos enfatizar a urgência num determinado momento e depois lamentar que afinal o Governo chegou a uma solução.

Aliás, este problema, Sr. Deputado, há aqui alguns equívocos naquilo que o senhor disse que se me permite ainda antes de fazer um pequeno resumo histórico desse processo lembrar duas coisas: em primeiro lugar, não é verdade que a Câmara Municipal da Praia da Vitória e o Governo Regional não tenham ao longo de muitos anos dialogado, não tenham procurado colaborar por forma a resolver esse problema. Isso é absolutamente claro. Também não é verdade que este assunto tenha caído no esquecimento e que tenha sido graças à iniciativa do Bloco de Esquerda que se começou a trabalhar e que se despelotou a preocupação sobre esse assunto. Isso não é verdade.

Se me permite há também uma terceira questão que se calhar é bom clarificar: este assunto é um problema particularmente acutilante no concelho da Praia da Vitória, é também um problema da ilha Terceira, mas o PS considera que este é um problema que tem a ver com a Região Autónoma dos Açores e que tem a ver mesmo com o Estado Português e o senhor sabe bem disso.

Eu queria começar, agora pronunciando-me propriamente já mais sobre a resolução, por destacar algumas questões.

Em primeiro lugar, eu queria também saudar todos os colegas, em particular o Presidente da Comissão de Política Geral e o relator da Comissão de Política

Geral. Acho que fizemos um trabalho muito válido, um trabalho muito bom, não fizemos mais do que a nossa obrigação é certo, mas a verdade é que tivemos a possibilidade através do consenso que começámos por gerar nas diversas diligências que tínhamos que fazer até ao próprio desenvolvimento dessas diligências através de muitas audições de personalidades, de organismos, até da própria Força Aérea Portuguesa, responsável da Força Aérea Portuguesa, foi possível de facto reunir um conjunto muito vasto de informação que contribuiu para encontrar-se uma solução para este problema, porque nós estamos a falar de 94 moradias mais três sobre as quais não há informação e mais uma que está em ruínas, um problema que afeta 236 pessoas. Portanto, este assunto surge porque o primeiro acordo de defesa entre os Estados Unidos e a República Portuguesa é de 1951 e outro de 1955 e é a partir dessa altura que se nota a necessidade de construir habitação para oficiais e para altas patentes das forças armadas norte americanas e isso foi feito através da construção das habitações daquilo que vulgarmente se designa como o bairro de Santa Rita.

Esses contratos começaram por ser válidos por 20 anos, sendo renováveis ao fim de 20 anos e é bom que se perceba que essas circunstâncias iniciais são determinantes para a criação de todos esses problemas que nós fomos tomando conhecimento.

Nós estamos a falar de uma altura de pleno endurecimento da Guerra Fria, da Doutrina Truman, numa altura em que a República Portuguesa ou o Estado Português tinha uma configuração muito diferente e o país vivia num regime ditatorial e, portanto, tudo isso levou a que as múltiplas transmissões, como é dito no texto da resolução, que se verificaram em fases posteriores representaram grande complexidade do ponto de vista técnico jurídico.

As pessoas nunca tiveram uma escritura da habitação. Tiveram sim uma caderneta predial, mas é uma coisa diferente, portanto, o sentido de titularidade do imóvel era mais sentido por uns eventualmente do que por outros, mas a

verdade é que os contratos de arrendamento eram feitos, mas o título de propriedade do ponto de vista formal em termos absolutamente rigorosos de legalidade através de uma escritura nunca foram feitos e, portanto, nós assistimos, como eu dizia, ao longo dos anos a um conjunto de transmissões que começaram por ser de oficiais americanos de alta patente para outro que quando acabavam as suas comissões de serviço para outros oficiais de alta patente, depois de oficiais de alta patente para de média patente, de média patente para baixa patente, tudo norte americanos. Depois, desses oficiais de baixa patente para civis norte americanos e depois ainda, mais posteriormente, de civis norte americanos para civis portugueses.

Portanto, é este desencadear de sucessivos contratos e de vendas (aqui “vendas” entre aspas, porque no fundo o que se estava era a ceder o direito de usufruto das habitações) que criaram esses problemas, que se densificaram com (A resolução também explica isso) as circunstâncias que foram criadas, um conjunto de situações em que por uma razão ou por outra as pessoas deixaram de pagar a renda e os proprietários dos terrenos onde as casas foram sediadas, estão sediadas, interpuseram ações que levaram aos despejos que também são conhecidos e que aliás na versão original o próprio Bloco de Esquerda justificou como os factos centrais para apresentar esta resolução.

Por isso, nós queríamos aqui também destacar que a Câmara da Praia da Vitória merece aqui uma referência elogiosa. Com certeza que sim e digo totalmente convicto, desde logo porque a Câmara ...

Oh, Sr. Deputado Artur Lima, se me deixar concluir. Eu estou falando na instituição, nem estava a particularizar no presidente, mas vou particularizar.

... particularmente o Presidente, Tibério Dinis, porque a Câmara da Praia da Vitória desde o primeiro momento, ...

Oh, Sr. Deputado, eu não acredito que alguém seja insensível a isso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A isso sou, sou! Já vai ouvir daqui a bocadinho!

O Orador: ... desde a primeira hora, quando existiram as primeiras ações de despejos a Câmara da Praia da Vitória imediatamente aprovou um regulamento de apoio às pessoas desalojadas (isso é verdade, o senhor sabe que é verdade) e há essas duas dimensões em que eu acho que a Câmara da Praia da Vitória, sempre em diálogo com o Governo Regional e com outras entidades e também com o Estado Português, procurou desenvolver medidas imediatas e urgentes de apoio às famílias que eram desalojadas e todos nós temos que ser sensíveis a isso e reconhecer esse mérito à Câmara da Praia e em segundo lugar continuar a trabalhar numa solução definitiva para o problema do bairro de Santa Rita, uma solução que (como creio que agora todos sabem após lerem o relatório da comissão) passa pela legalização, dizia eu, do bairro tem que ser feita ... o que implica a realização de uma operação de loteamento para poder legalizar o bairro com as consequências que as operações de loteamento têm ao nível urbanístico, ao nível dos próprios serviços que são prestados pela Câmara Municipal e pelo município em geral aos habitantes desse bairro e, por isso, desta forma iremos assistir à integração plena destas habitações no domínio público municipal e também no próprio ordenamento jurídico do país, porque todas essas situações serão regularizadas, serão retificadas e corrigidas. Portanto, nós estamos perante uma solução rápida, equitativa e justa para esse problema, uma solução que também terá em atenção as questões socioeconómicas e o contexto, a circunstância socioeconómica de cada família. Este também era um pressuposto inicial que o Bloco de Esquerda apresentou e que o Partido Socialista também considerou sempre como uma abordagem muito válida e aliás correta para a solução que se viesse a encontrar e essa solução está em marcha. Isso é que nos interessa e como disse o Partido Socialista não vai entrar aqui num campeonato de protagonismo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não...!

Deputada Zuraída Soares (BE): Protagonismo é uma coisa, respeito é outra!

O Orador: Nós reconhecemos que a resolução inicial foi da autoria do Bloco de Esquerda. O Partido Socialista procurou com os seus sete deputados na Comissão de Política Geral e com reforços importantes através de colegas da ilha Terceira que também assistiram à reunião, substituíram alguns colegas e participaram também ativamente nas inquirições ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É isso! A língua foge para a verdade! Isso mesmo!

O Orador: ... nas audições ...

Não é uma comissão de inquérito, Sr. Deputado.

... às diversas personalidades e entidades que nós fizemos e, portanto, isso é que nos interessa.

O que nos interessa foi num momento difícil, perante um grande desafio, o Partido Socialista esteve à altura das suas responsabilidades, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... envolvendo-se profundamente na procura de uma solução, envolvendo-se profundamente em encontrar sinergias e parcerias que facilitassem resolver um problema que nos preocupava muito. Isso para o Partido Socialista é que é importante.

Reconhecer os méritos da Câmara da Praia da Vitória para nós é de elementar justiça, ...

Deputado André Bradford (PS): Não custa nada!

O Orador: ... reconhecer o mérito e também a ação do Governo Regional, particularmente da Sra. Secretária, Andreia Cardoso, também nos parece de elementar justiça, mas como disse, Srs. Deputados, nós não vamos entrar aqui num campeonato de protagonismo até porque como eu também já referi o que

nós estamos aqui não é perante o fim do princípio, porque o processo já tem um historial longo, mas achamos que é o princípio do fim deste processo, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É o princípio do fim!

O Orador: ... mas é bom que se perceba que há aqui um tempo que vai decorrer, que vai demorar alguns meses certamente para poder de uma vez por todas firmarmos definitivamente a solução final do ponto de vista jurídico, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A Câmara da Praia não tem dinheiro para comprar um par de sapatos!

O Orador: ... legal, financeiro, urbanístico, etc. Portanto, isso é que nos interessa e é nessa solução que o Partido Socialista continuará envolvido e é imbuído desse espírito que o Partido Socialista contribuiu e associa-se a esta nova versão da resolução, porque (e com isso termino) os pontos da parte resolutiva desta proposta de resolução são muito válidos, têm toda a pertinência e faz todo o sentido nós discutirmos essa proposta, independentemente dos felizes desenvolvimentos e que nos devem alegrar a todos que foram tidos ontem e anunciados publicamente hoje.

Aliás, e mesmo para concluir, eu terminaria com sinceras felicitações à Câmara Municipal da Praia da Vitória, particularmente ao seu Presidente ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esse é um ditador!

O Orador: ... e ao Governo Regional dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Como se felicita um ditador, um inquisidor!

Deputado José San-Bento (PS): O senhor faz política com o fígado, faça com o cérebro! É muito azedo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Como sempre foi preciso que a oposição e a opinião pública se manifestassem perante mais um caso em que foram preteridas legítimas aspirações dos açorianos para que esta situação ficasse resolvida.

Depois de um verdadeiro jogo do empurra em que a Câmara Municipal da Praia da Vitória procurou sempre apenas a contenção de danos políticos sem nunca conseguir resolver o problema, os moradores do bairro de Santa Rita têm finalmente esperança no futuro depois de anos de um agonizante desespero.

O Sr. Deputado José San-Bento já fez uma resenha histórica, eu vou saltar esta parte, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mal feita!

O Orador: ... mas quanto a verdadeiros responsáveis por esta situação permitam-me dizer o seguinte.

Se é verdade que os moradores do bairro de Santa Rita não tiveram das autoridades militares o procedimento adequado, é também verdade que este processo foi sempre muito mal conduzido pelos sucessivos executivos camarários da Praia da Vitória.

O que é certo é que a Câmara Municipal da Praia da Vitória negligenciou este problema e durante anos pouco ou nada fez.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: No entendimento do representante dos proprietários os senhorios estavam decididos a ceder os seus direitos, mas o arrastar das negociações com

a Câmara Municipal da Praia da Vitória acabou por determinar o insucesso de qualquer acordo.

A autarquia foi sempre empurrando o problema para a frente, até porque perceberam que não o conseguiam resolver depois de terem prometido que o fariam.

Há até quem afirme que tomou a decisão de comprar a sua casa em 2014 com base na mensagem de confiança transmitida pelo Sr. Presidente da Câmara de então, Roberto Monteiro, de que tudo se resolveria.

Outros tantos afirmam mesmo que foi Roberto Monteiro que aconselhou ao não pagamento das rendas. Foi neste contexto que Roberto Monteiro, em 29 de setembro de 2015, afirmou à RTP/Açores que caso não houvesse um entendimento entre as partes avançaria para um processo de expropriação garantindo que ninguém seria despejado do bairro de Santa Rita.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mentiu!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

A verdade é que foram, entretanto, despejadas 14 famílias, a verdade é que perante este cenário difícil para as famílias do bairro de Santa Rita muitos foram aqueles que falharam.

Em primeiro lugar, Roberto Monteiro que não se mostrou disponível para vir à comissão parlamentar e eu cito “quer por se encontrar ausente no estrangeiro, quer por ter terminado o desempenho de funções políticas sem exceções.”

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mentira!

Deputado Marco Costa (PSD): É verdade!

O Orador: A recusa de Roberto Monteiro constitui, na opinião do CDS, uma atitude verdadeiramente lamentável e incompreensível.

Em nosso entender todos os intervenientes que desempenham ou que tenham desempenhado funções políticas deveriam estar sempre disponíveis para responder pela sua atuação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É isso que conforma a responsabilidade política, é isso que se espera de um representante eleito pelo nosso povo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Para o CDS com esta atitude Roberto Monteiro perde toda e qualquer credibilidade, muito mais quando exerce ainda atualmente um cargo de nomeação política no conselho de administração de uma empresa pública ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Estamos aqui com este problema e os senhores vêm aqui com quezílias com o Roberto Monteiro!

O Orador: ... e quando ainda é detentor de um mandato de deputado neste Parlamento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Pergunto, por isso, como é que se pode alegar que se terminou sem exceções as suas funções políticas?

É lamentável.

Portanto, esta recusa constitui um desrespeito para o Parlamento regional, um desrespeito para a Câmara Municipal que representou durante três mandatos e sobretudo um desrespeito para com os açorianos, os praienses que representou ao longo dos anos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, além de não ter resolvido o problema, Roberto Monteiro, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Custa a ouvir a verdade!

O Orador: ... com a conivência do atual Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, Tibério Dinis, enganou deliberadamente os moradores do bairro de Santa Rita e é bom que isto fique bem claro.

Foi hoje anunciada a resolução deste problema. Esperamos sinceramente que assim o seja para bem dos moradores do bairro de Santa Rita. Esperamos sinceramente que assim seja e esperamos que não seja mais uma ação igual a tantas outras em que se anuncia com pompa e circunstância e depois não se cumpre. Os moradores do bairro de Santa Rita merecem mais respeito.

Mas, Sra. Secretária da Solidariedade Social, aparentemente este negócio até foi feito nos corredores desta Assembleia e por isso eu pergunto quem é que financia a aquisição destes terrenos e qual é que é o papel do Governo Regional neste processo?

Pergunto também se considera que este foi um bom negócio no valor de 4 milhões de euros, até porque segundo o representante dos proprietários (e segundo o que disse em sede de comissão) os proprietários estiveram em certa altura disponíveis para vender os terrenos por 3,5 milhões de euros. São 500 mil euros, pode não ser muito para o erário público e para a Câmara Municipal da Praia da Vitória, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É para o processo judicial!

O Orador: ... mas eu julgo que para o cidadão e para o contribuinte é um valor considerável.

Pergunto ainda se em seu entender o *timing* deste anúncio se, no seu entender, é ou não um desprestígio e um desrespeito para este Parlamento, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... quando todos os partidos aqui representados tinham acabado de assinar um projeto de resolução para a resolução deste problema.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem agora a palavra.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caro Colega:

Eu queria começar por felicitar os Srs. Deputados pelo trabalho de consensualização promovido pelas várias bancadas e, portanto, pelos vários partidos políticos e que culminou com a apresentação desta resolução que penso que nos orgulha a todos enquanto açorianos e açorianas.

Na resolução, no contributo que dão todos os partidos políticos para a resolução de um problema que todos sentimos de alguma forma.

Este projeto de resolução é para mim um exemplo de bom, ou melhor, de excelente trabalho parlamentar e, portanto, ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora faz melhor do que isso! É uma vergonha!

A Oradora: ... felicito os líderes das bancadas parlamentares e naturalmente todos aqueles que intervieram diretamente neste trabalho de consensualização.

Depois queria dizer-vos que no que toca ao projeto de resolução em concreto. Este projeto de resolução em nada fica beliscado pelo trabalho que vinha sendo desenvolvido pela Câmara Municipal da Praia da Vitória e que de alguma forma hoje dá um passo importante na sua concretização.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: Aliás, como eu tive ainda agora há pouco a reler aqui, ouvindo as vossas intervenções, de alguma forma toca aqui o ponto quatro no que diz respeito à justa indemnização dos proprietários pela propriedade dos solos, naturalmente.

Eu queria ainda dizer-vos que naturalmente que é com satisfação que vejo a Câmara Municipal da Praia da Vitória chegar a acordo com os proprietários dos terrenos, porque é um passo importante para a estabilidade daqueles quase 100 agregados familiares que residem e que há muitos anos se sentem de alguma forma vulneráveis pela situação habitacional que vivem.

Reforçar este acordo ou o que foi possível fazer até agora que é de facto chegar a acordo é importante, mas em nada desmerece, nem desvaloriza o trabalho desenvolvido pelos Srs. Deputados, aliás, porque como disse toca de alguma forma apenas o ponto quatro do projeto de resolução, sendo que os demais são aspetos ainda naturalmente todos eles por concretizar.

Queria dizer-vos que há uma questão que me parece muito importante. A Câmara Municipal da Praia da Vitória de facto liderou este processo como não podia deixar de ser, trata-se de um problema de ordenamento de território, de uma situação ilegal assumida pela Câmara Municipal da Praia da Vitória por diversas vezes, inclusivamente do relatório que consta da própria comissão.

Queria dizer-vos que de facto o Governo esteve sempre atento, acompanhou e colaborou no processo que foi conduzido até agora pela Câmara Municipal da Praia da Vitória e que tive a oportunidade de transmitir às Sras. e Srs. Deputados na comissão.

Queria ainda dizer-vos que de facto o Governo Regional nunca assumiu qualquer tipo de protagonismo, nem mesmo agora. Esta é uma conferência de imprensa promovida pela Câmara Municipal da Praia da Vitória à qual naturalmente fui convidada a participar e fi-lo com muito gosto e gostava de esclarecer apenas uma questão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A câmara fez uma conferência aqui!?

A Oradora: Amiga, Sr. Deputado Artur Lima, porque sempre acreditei, ao contrário de muitos, que era de facto possível viabilizar este acordo e tive hipótese de transmitir isso mesmo em comissão.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: E amiga, Sr. Deputado, porque nos processos difíceis penso que é importante que todos nós sintamos o conforto de alguém que nos acompanha, que nos motiva e que nos ajuda de facto a encontrar as soluções.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora não trabalha para os amigos. A senhora trabalha para os açorianos!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Eu queria ainda dizer que este não é processo nem que começa agora, como já aqui foi dito, nem que acaba agora, Sr. Deputado.

Quais foram os esforços que o Governo Regional (sempre, não assumindo qualquer protagonismo no processo, mas que eu tive oportunidade de detalhadamente referir em comissão) foi desenvolvendo ao longo dos últimos anos em favor de uma solução?

Porque aqui o que se trata é de facto de encontrar uma solução.

Que esforços foram esses?

Esses esforços foram na consagração no PREIT em 2015, na sua página 17, de um programa de financiamento para a legalização da área ilegal, foi consagrando na declaração conjunta de abril de 2016 entre o Governo da República e o Governo Regional, assumindo-se o PREIT como um documento orientador e estratégico na resolução deste problema; foi na consagração no artigo 72.º do Orçamento de Estado, um artigo que diz respeito à revitalização económica e o auxílio à ilha Terceira; foi ainda recentemente e este ano, no mês de junho, na aprovação de uma resolução que define os critérios de transferência das verbas do fundo ambiental, designadamente potenciando a desativação dos dois furos do Juncal e a substituição da rede de águas americana por municipal; e foi acautelando e assegurando que os moradores de algumas daquelas habitações com fracos recursos económicos disponíveis e com problemas habitacionais poderiam ver as suas habitações, a salubridade e a segurança das suas habitações garantidas e para tal foi celebrado um contrato aral com a Câmara Municipal da Praia da Vitória no valor de 75 mil euros ainda a 26/09/2017.

Mas não se esgota se facto aqui esta parceria entre o Governo Regional e as câmaras municipais e também naturalmente com a Câmara Municipal da Praia da Vitória e no que ao município da Praia da Vitória diz respeito e à resolução de questões habitacionais também tive hipótese de transmitir aos Srs. Deputados que já foram mais de 120 habitações financiadas pelo Governo Regional e sob a gestão da Câmara Municipal da Praia da Vitória que foram garantidas a 120 agregados familiares da Praia da Vitória e que correspondem a um financiamento superior a cinco milhões de euros.

Portanto, de facto este acordo a que a Câmara Municipal da Praia da Vitória chegou ontem não é um começo e não é em si um fim.

Aliás, foi das poucas coisas que tive oportunidade de transmitir nessa conferência de imprensa foi que isto é o início também de um processo administrativo complexo e que importa que todos nós, na medida das nossas competências, seja a nível regional, nacional, ou mesmo local, estejamos disponíveis para colaborar e os partidos políticos que aqui têm assento, têm-no aos mais diversos níveis, e, portanto, o que eu gostaria de facto (e foi com esta esperança que vi aqui, aliás, com um projeto de resolução conjunto) ... para mim transmite-me esta segurança e esta confiança de que estarão todos, todas as bancadas parlamentares dispostas a daqui em diante continuar tão empenhadas quanto estiveram até agora na resolução desta questão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai ser nossa amiga agora?

A Oradora: Isto é o que a nós penso que nos importa. Isto é o que a nós nos importa.

O Governo Regional continuará empenhado como esteve até agora, sem sede de protagonismo, sem assumir qualquer protagonismo neste processo, disponível para continuar a colaborar com o município da Praia da Vitória ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Um ditador!

A Oradora: ... e com a resolução daquele que era uma chaga e um problema habitacional, sobretudo um problema de ordenamento do território no concelho da Praia da Vitória.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, acabou de dizer aqui a Sra. Secretária Regional que o amigo Tibério Dinis, (amigo dela) Presidente da Câmara Municipal da Praia, ... que a Sra. Secretária Regional participou numa conferência de imprensa promovida pelo amigo Tibério Dinis aqui na sede do Parlamento.

Eu queria saber, Sra. Presidente, se as câmaras municipais vêm fazer conferências de imprensa ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Isso é a tradição! O Dr. Costa Neves fazia todos os meses!

O Orador: ... à sede do Parlamento e convidam o Governo para participar na sede do Parlamento?

Se V. Exa. tinha conhecimento disso sobre essa matéria.

Presidente: Sr. Deputado, naturalmente que a Presidente desta Assembleia não se vai envolver em questões políticas. O que lhe quero dizer é que ...

Sr. Deputado Artur Lima, fez uma interpelação à Mesa, quer que eu lhe responda ou não?

Posso responder?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São os nervos ali do Deputado Francisco Coelho!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, como sabe todos os partidos e o Governo têm locais próprios nesta Assembleia. Quando é necessária a utilização dos espaços comuns por qualquer partido ou pelo próprio Governo é solicitado à Assembleia no sentido de disponibilizar e se está disponível a sala em particular. Portanto, neste caso em concreto eu não tenho conhecimento, nem foi cedido nenhum espaço daqueles que são comuns à Assembleia ao Governo Regional, nem tão pouco, como nem poderia ser, à Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Vamos continuar o nosso debate.

Está inscrito o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, vou continuar. Eu quero continuar a ser seu amigo, quero que continue a ser meu amigo e tenho sobretudo a certeza que ontem, hoje e sempre seremos amigos dos açorianos e vamos terminar de acordo acerca disso. Vou-lhe explicar porquê.

Este processo começou, resumindo aquilo que muito bem disse o meu colega José Carlos San-Bento, por uma iniciativa meritória do Bloco de Esquerda que na sequência de uma questão aguda relacionada com este problema foi apresentada, foi aprovada na sua urgência, foi encaminhada para a comissão competente em razão da matéria, a Comissão de Política Geral, que tal como já foi dito pelo meu camarada José San-Bento, também tive oportunidade de constatar, porque participei nela, que fez um trabalho muito meritório nesta matéria e ficámos todos bem mais esclarecidos acerca da história longa deste processo, da sua complexidade jurídica, ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... das transformações que sofreu sobretudo na década de 90 e dos problemas que isto colocou, quer aos próprios proprietários, quer aos moradores a partir daí cidadãos portugueses, quer à própria autarquia da Praia da Vitória e na sequência disso e do trabalho que desenvolvemos foi possível também ontem e graças à abertura do Bloco de Esquerda (que mais uma vez também aqui saúdo) encetarmos um conjunto de negociações no sentido deste Parlamento apresentar uma proposta de resolução que tentasse ser, propor e recomendar de forma muito concreta, muito específica e muito completa às diversas autoridades envolvidas um conjunto de soluções que acautelassem de forma equitativa os diversos interesses em jogo.

Graças a essa abertura esse acordo foi possível, graças também a essa abertura e à abertura de V. Exas., Sras. e Srs. Deputados, de todos os grupos e representações parlamentares, foi possível ontem esta Casa por unanimidade subscrever uma proposta, que é esta que discutimos, que aponta efetivamente um conjunto de soluções.

Acho que podemos e devemos estar orgulhosos disso.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa) e Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Fizemos o nosso trabalho, fizemo-lo bem feito, fomos capazes de negociar com sucesso, de pôr os interesses em questão à frente dos interesses partidários e parlamentares e de encontrar uma solução consensual.

Também sabíamos informalmente que à semelhança do que já tinha acontecido a Câmara da Praia da Vitória tinha retomado e estava tentando retomar as negociações com os proprietários para conseguir resolver uma das partes talvez mais importantes que não a única deste problema que era a aquisição destes terrenos.

Nós fizemos o nosso trabalho.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Podemos dizer hoje, porque soubemos hoje, que felizmente também a Câmara Municipal da Praia da Vitória e o Governo Regional fizeram o seu trabalho. Ainda bem que assim aconteceu, cada um fez o seu trabalho e é isso que nos permite encarar agora ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... que este assunto tenha hipóteses de ser efetivamente resolvido. Eu não acredito obviamente, houve aqui alguns equívocos, que todos nós, Sras. e Srs. Deputados, que temos uma solução clara e consensual, estamos de algum modo incomodados ou tristes por talvez de uma forma reconheço um pouco inédita, mas verdadeiramente feliz a nossa resolução ter um começo de execução e de cumprimento verdadeiramente instantâneo e um pouco inédito. Isso com certeza não nos causa qualquer tipo de problema, só nos pode causar satisfação, até porque felizmente penso eu que não tenho, nem tinha nada que ter conhecimento concreto do acordo assinado, mas segundo a boa lógica o acordo assinado entre proprietários e a Câmara Municipal dirá respeito aos interesses e aos direitos de ambas as partes, ou seja, faltará na sequência disso executar aquela que também foi legitimamente uma das nossas principais preocupações: acautelar os direitos dos moradores.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Aí podemos todos, ontem como hoje, dizer que esperamos, recomendamos, continuamos a recomendar que aquilo que são as nossas ideias, as nossas preocupações relativamente aos moradores sejam efetivamente cumpridas. Fizemos o nosso papel, começaram felizmente a fazer outras entidades, designadamente o Governo Regional e a Câmara Municipal da Praia da Vitória, o seu. Esperemos que continuem de acordo com aquilo que é também a recomendação, a opinião unânime desta Assembleia.

Também para sermos todos justos, Sras. e Srs. Deputados, nós fizemos o nosso trabalho com dignidade e que nos podemos orgulhar dele, a Câmara Municipal da Praia da Vitória e o Governo Regional que encontraram a oportunidade, porque também não dependerá certamente só das respetivas instituições de começarem a executar aquilo que em termos competenciais lhes cumpre, seria, dizia eu, um pouco injusto que nós no fundo quando vai começar a ter verdadeira execução aquilo que nós queremos, começássemos por criticar aqueles que estão a cumprir e por exemplo eu não ouvi uma palavra, mas já agora também é justo. Há aqui um outro ator que tem responsabilidades, são os sucessivos Governos da República e, portanto, havemos também de convir que estas entidades começam efetivamente a cumprir. Os governos da república do Dr. Paulo Portas, da Dra. Berta Cabral e se calhar este ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É preciso ter uma lata!

O Orador: ... não se já fizeram o que lhes cabia e também deixo aqui uma palavra que espero que o Governo da República, ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... este Governo da República do Partido Socialista, colabore de forma técnica e de forma financeira com o Governo Regional e com a Câmara Municipal da Praia da Vitória, porque tem responsabilidades e porque também é importante que colabore. O que seria irónico era que o único que até agora não cumpriu, nem deu execução às suas responsabilidades fosse esquecido e fossemos criticar aqueles que estão a executar uma coisa extremamente importante e de justiça social para a Terceira, para os terceirenses, para aquilo que também é uma das consequências negativas necessariamente do acordo da Base das Lajes e da presença norte americana na ilha Terceira.

Nós, órgãos próprios de Governo e poder local nos Açores, estamos a cumprir. Ainda bem, é isso que interessa, é disso que nos devemos orgulhar, é isso que

devemos salientar e exigir ao Governo da República que também cumpra a sua quota parte.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário, Sra. Secretária:

É preciso ser ou ingénuo, ou querer parecer ingénuo para acreditar que dado o historial que foi aqui referido pelo Sr. Deputado Alonso e penso que também pelo Sr. Deputado José San-Bento de toda esta problemática pensar que a Câmara Municipal da Praia da Vitória e o Governo Regional sempre tiveram a mesma dedicação para a resolução deste problema.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Até deu a impressão, ou mais que a impressão, convicção, que o Governo Regional nunca articulou com qualquer autarquia da Praia da Vitória, independentemente do seu executivo para resolver de uma vez por todas este problema.

Deputada Zuraída Soares (BE) e Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, o mérito (a haver aqui mérito) e para reconhecemos mérito não é o mérito exclusivo do Bloco de Esquerda por ter apresentado um projeto de resolução nesta Casa em junho. É por todo o trabalho conduzido, por todos os deputados e deputadas desta Casa na Comissão de Política Geral que

sim, fizeram uma autêntica inquirição, mas essa inquirição teve um propósito que por acaso eu não estava espera que fosse tão exigente e que merecesse a dedicação de todos e de todas as deputadas desta Casa, porquê?

Porque graças a essa dedicação tivemos um instrumento de pressão política quer sobre o Governo Regional, quer sobre a Câmara Municipal da Praia da Vitória para agirem ...

Deputado André Bradford (PS): Assustaram-se!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vocês é que se assustaram com a resolução deles!

O Orador: ... e esse é mérito de todos. Pensar que quer o projeto de resolução, quer o esforço e dedicação de todos os deputados e deputadas desta Casa não serviram de nada ou foram um grãozinho, somente um grãozinho de toda a contribuição para que este problema se resolvesse ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas quem é que disse isso?

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Oh, Sr. Deputado, pelo amor de Deus!

O Orador: ... é ser ingénuo, ou querer ser ingénuo.

Deputado Francisco César (PS): Oh Zuraida!...

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem! Está a falar muito bem!

O Orador: Por isso, a indignação que eu demonstrei na minha intervenção inicial para a postura (e sublinho aqui) do Governo Regional e da Câmara Municipal da Praia da Vitória é uma indignação que é única e exclusivamente dirigida quer ao Governo Regional, quer à Câmara Municipal da Praia da Vitória e sublinho porquê.

Porque considero e o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda considera que a postura do Grupo Parlamentar do Partido Socialista foi irrepreensível. Já não podemos dizer o mesmo ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Do Governo Regional!

O Orador: ... quanto à postura principalmente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Um ditadorzinho!

O Orador: ... porque pelo que entendi arrastou a Sra. Secretária para uma conferência de imprensa e aqui há que fazer a distinção e se calhar por isso o Sr. Deputado José San-Bento ou não entendeu, ou então fui eu que não me fiz entender daquela tribuna, que é fazer a distinção entre o comportamento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e aquele que foi o comportamento quer do Governo Regional, quer da Câmara Municipal da Praia da Vitória, porque há *timings* para estas coisas.

Todos nós sabíamos ontem (e alguns até antes do dia de ontem) que este problema estava prestes a ser resolvido ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Algum dia tinhas que ser bonzinho!

O Orador: ... e por alguma razão é que nós chegámos a acordo quanto ao texto resolutivo. Foi porque nós sabíamos que este problema, pelo menos a primeira parte deste problema, estaria resolvida.

Deputada Zuraída Soares (BE): Esperava um bocadinho pela conferência de imprensa! Até às 16:30!

O Orador: Nunca se sabe.

Bastaria ao Governo Regional e à Câmara Municipal da Praia da Vitória e no caso da Câmara Municipal da Praia da Vitória se quisesse ter essa iniciativa poderia muito bem ter, mas fora desta Casa e fazer essa conferência de imprensa ou amanhã, ou seja, logo a seguir à aprovação desta resolução, que será certamente aprovada porque todos a subscreveram.

Quanto à dimensão do problema. Se é um problema do concelho da Praia, se é um problema da ilha Terceira ou se é um problema regional. Acredito que sim, é um problema regional. Mais do que isso! Nós, Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Falei de responsabilidade!

O Orador: A responsabilidade até chega a ser nacional.

Mas quanto à dimensão do problema nós não temos qualquer problema em assumir que se trata de algo que teria impactos caso não fosse resolvido não só no concelho da Praia da Vitória, mas também na ilha Terceira e claro também teria ramificações a toda a Região.

Agora, quero recordar que a postura de todos os deputados e deputadas desta Casa, pelo menos de alguns, não foi sempre esta.

Eu bem me lembro em sede de comissão, aquando da audição do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, que a primeira preocupação do Sr. Presidente da Câmara foi apresentar um levantamento estatístico e demográfico dos moradores do bairro de Santa Rita.

Também me recordo muito bem que a primeira reação do Deputado José San-Bento foi de alívio, porquê?

Deputado Francisco Coelho (PS): Isso já é o psicólogo, não é o deputado!

O Orador: Porque afinal já não era 400 ou 600 pessoas. Eram duzentas e poucas pessoas.

Deputado José San-Bento (PS): Oh Sr. Deputado!...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

Deputado José San-Bento (PS): O senhor nem estava lá!

O Orador: A nós, Bloco de Esquerda, nunca nos fez qualquer diferença quanto a serem 200, 300, 400, 500 ou 600 pessoas e nem nos interessa os valores envolvidos. Pode parecer estranho e é estranho, mas não é estranho para nós, Bloco de Esquerda, porquê?

Porque não há preço nenhum que pague o descanso que aquelas pessoas terão a partir de agora se este problema for definitivamente resolvido.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

O Orador: Obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Zuraída Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado César Toste.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Membro do Governo:

Haja saúde de novo.

Realmente, assistindo a estas intervenções dos meus colegas deputados, fico a pensar e a primeira pergunta que faço é: o que é que estas 236 pessoas, ou se calhar a maioria delas, está hoje a assistir a este debate, qual é a mensagem que elas querem que saia desta Casa?

Eu faço esta pergunta para mim. Faço esta pergunta para mim, César Toste.

Deputado José San-Bento (PS): Então responda para dentro! Para dentro!

O Orador: Porque falar do bairro de Santa Rita é falar de 236 a 300, é falar de 94 a 100 fogos localizados na Praia da Vitória.

O que se passou foi que 13 famílias nos últimos meses e o que se vai passar nas próximas não se desejaria a ninguém. A nossa casa é certamente uma das maiores seguranças da nossa vida que todos nós trabalhamos e lutamos.

Perder a nossa casa é certamente um dos maiores pesadelos que poderemos ter.

É de louvar o que se passou da consonância, da articulação entre todos os partidos para nós chegarmos a este projeto de resolução em conjunto. É verdade. Saúdo em nome do PSD/Açores este trabalho que foi feito e é com muita honra que nós nos associamos a este projeto de resolução, mas meus senhores e minhas senhoras não querendo fazer nenhum tipo (porque não era este o objetivo, nem eu acho que é o que as pessoas querem ouvir lá em casa), nenhuma questão de fazer julgamentos, atribuir culpas, a situação é que este processo tem uma história, é verdade, muito bem descrita até agora, mas se não fossem infelizmente os 13 despejos esta situação continuaria a se arrastar. Foram os 13 despejos que decorreram, foi este pesadelo ter ocorrido e ter

vindo-se para a praça pública, foram os moradores terem vindo a fazer pressão, foram os proprietários a terem continuado a sua pressão que este processo chegou aqui com a valorização do Bloco de Esquerda, é verdade, e de nos termos associado. Mas foi o facto da pressão dos moradores e dos proprietários baterem pé que precisam e que têm a sua justa resolução neste processo, que este processo arrancou desta forma, porque já se arrasta há muito tempo, com culpas, com culpados, é verdade, e falou-se aqui muito bem deles, mas é verdade que este processo ... e ainda bem que arrastou essa situação.

Tenho pena, Sra. Secretária, que o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória não tenha feito esta conferência na sua cidade, ao lado dos proprietários, ao lado dos moradores, porque eles é que são os intervenientes, eles é que são os intervenientes. Não tinha que ter vindo cá! Eles é que são os intervenientes, eles é que são os principais interessados, eles é que precisavam saber do acordo. Não era primeiramente a Sra. Secretária. Se a senhora já sabia, ele tinha feito isto lá, na Praia da Vitória, em Santa Rita, juntamente com os proprietários e juntamente com os moradores. Eram eles os principais interessados.

Deputado José Contente (PS): Iam dizer que era propaganda!

Deputado José San-Bento (PS): Ai a ciumeira, ai a ciumeira!

O Orador: Outra situação. São quatro milhões, é verdade! Quatro milhões que segundo o comunicado da Praia da Vitória vão ser pagos entre março de 2019 e março de 2022 e eu retomo a pergunta do Sr. Alonso Miguel, porque este projeto de resolução insta a nível local, regional e central: quais vão ser as diligências do Governo Regional para que o Governo da República entre dentro destes quatro milhões?

Porque se bem se lembram antes da comissão falava-se em três milhões. O Sr. Dr. Álvaro Monjardino a entrar na comissão falou em 3,5 e já estamos a falar

em quatro milhões de euros, pelo menos foi isso que os colegas que estiveram na audição ouviram.

Portanto, estes quatro milhões, a nível do Governo da República, que diligências é que vão ser tomadas?

Porque, Sra. Secretária, a situação do PREIT é insuficiente perante o que ao longo dos anos a Base das Lajes deu ao Estado Português. Perante essa situação o PREIT é insuficiente.

Deputado Francisco César (PS): Ainda vamos no PREIT? Aos anos!

O Orador: Portanto, este Governo Regional, juntamente com esta Assembleia, tem que exigir mais e aí concordo com o Deputado Francisco Coelho, tem de exigir as suas devidas responsabilidades que já devia ter feito há muitos anos, se calhar já tinha impedido esta situação toda, mas perante este pesadelo que aconteceu é altura de “pôr em pratos limpos.”

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de tudo o que está a acontecer nesta semana, ...

Deputado Francisco César (PS): O que é que aconteceu esta semana?

O Orador: ... os terceirenses devem estar a pensar que este ano o Natal chegou mais cedo. Tiveram a festa do congresso do Partido Socialista com a aprovação aliás da moção com 100% de aceitação, o que demonstra de facto uma grande convergência de posições.

Aliás, quero felicitar o Partido Socialista pelo seu congresso e também o novo líder parlamentar ... O novo não! A continuação do mandato do líder parlamentar do Partido Socialista.

Deputado André Bradford (PS): Gostaria de saber a percentagem dos seus votos!

O Orador: Devo dizer que também esta semana tivemos um Partido Socialista muito dialogante no cais dos cruzeiros, em que pela primeira vez o Partido Socialista esteve de facto empenhado em resolver o problema ...

Deputado André Bradford (PS): Não foi a primeira vez! Foi desde o princípio!

O Orador: ... e em unir-se à oposição e em preparar uma posição conjunta com a oposição, atrelando-se à oposição.

A mesma coisa agora no bairro de Santa Rita. Também uma posição extraordinária de adesão e de diálogo.

O que é que se passa em relação a esta nova forma de fazer política por parte do Partido Socialista?

O que se passa (para os mais desatentos) é que o Partido Socialista tem perspetivas eleitorais cada vez piores.

O que se passa é que o Partido Socialista tem perspetivas eleitorais cada vez piores também na Terceira e, portanto, instalou-se o pânico nas fileiras do Partido Socialista. É isto que explica a mudança de atitude do Partido Socialista.

E agora, meus senhores, para quem está diretamente interessado neste problema, para quem está a ver este problema e quem está a ver esta discussão pode verificar algo que é um pouco chocante, mas as pessoas percebem o que aconteceu. O que aconteceu foi uma encenação por parte do Partido Socialista.

Nós verificámos agora intervenções de políticos experientes, com muitos anos desta Casa, com uma grande autossatisfação, por terem conseguido enganar a

oposição, com uma autossatisfação enorme, com este entusiasmo de quem acha que ganhou este jogo florentino, que são uns especialistas nos jogos florentinos e que conseguiram enganar a oposição.

Deputado José Ávila (PS): E os moradores de Santa Rita?!

O Orador: Eu devo-vos dizer que ninguém acredita que os Srs. Deputados, os líderes deste processo por parte do Partido Socialista, não soubessem da conferência de imprensa que o Presidente da Câmara Municipal tinha preparado com o apoio do Governo. Já sabiam. Tinham essa surpresa preparada, tinham essa encenação preparada ...

Deputado André Bradford (PS): É isso que o senhor está a fazer!

O Orador: ... para promover o Governo e para promover a desgastada imagem do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Mas, meus senhores, eu quero-vos dizer o seguinte: da minha parte (e sou um dos subscritores do projeto) não me deixei enganar, também já estou aqui há muitos anos e também percebo as vossas intenções. Não me deixei enganar! Eu sabia que os senhores estavam a preparar uma encenação em relação a este assunto e, portanto, da minha parte o que aconteceu foi que (e estou convencido de que isso sucedeu também em relação aos outros partidos e em relação ao Bloco de Esquerda que despelotou este processo) o que nós fizemos foi ser generosos nesta questão.

Não me importo que os senhores tenham essa autossatisfação de parecerem tão espertos. Eu prefiro ser generoso do ponto vista político, de contribuir para a solução do problema, mesmo que os senhores se preparem para fazer esta encenação em que vos coloca no centro da resolução desta questão, mas nós sabemos bem, os açorianos sabem bem, os terceirenses sabem bem que foi apenas (e retiro daqui qualquer mérito para o Partido Popular Monárquico), por parte de outros partidos que insistiram muito nesta questão, foi só pela ação política persistente de vários partidos políticos nesta matéria que não o PPM

(devo dizer da minha parte, que não o PPM), mas por ação persistente de outros partidos políticos que esta questão se resolveu e que o Partido Socialista agora aparece com esta encenação e aparece com a resolução desta questão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É importante que os açorianos ... Eu tenho a certeza que os terceirenses sabem que esta questão só se resolveu pela persistência dos partidos da oposição nesta Casa e o Partido Socialista o que fez foi perante as circunstâncias cada vez piores em que se encontra, pura e simplesmente, encenou esta resolução.

Foi isto que aqui aconteceu e eu estou absolutamente convencido que os terceirenses sabem, sabem que foi assim.

Deputado André Bradford (PS): Está tão convencido que disse isso para aí umas cinco vezes!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem agora a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

Sr. Deputado Francisco Coelho, eu comecei a minha intervenção por apontar responsabilidades às entidades militares e obviamente ao Estado, seja ao Estado do Eng.º Sócrates, seja do Dr. Costa, seja de Passos Coelho, seja de Paulo Portas, independentemente de quem lá esteve. Portanto, há de reconhecer que em sede de comissão eu perguntei ao Sr. Comandante da Zona Aérea se não haveria responsabilidades por parte do comando, uma vez que foi a Força Aérea que autorizou a construção das casas e, portanto, quem autorizou, montando-se o contexto, devia também ter sido responsável pelo seguimento que era dado a essas casas.

Sra. Secretária, a senhora diz que o Governo não quer protagonismo. Bom, eu vejo uma conferência de imprensa com a senhora ao lado do Sr. Presidente da Câmara, Tibério Dinis, o seu amigo Tibério Dinis.

E, portanto, esta é uma conferência que a senhora que é dada pela Câmara Municipal a da Praia da Vitória, curiosamente no gabinete do Governo e curiosamente onde a senhora é apenas uma convidada, segundo diz. Não cola, Sra. Secretária!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É uma vergonha!

O Orador: Isso não pode ser entendido dessa forma. A senhora nunca será dentro de um gabinete do Governo uma mera convidada de uma conferência de imprensa de uma Câmara Municipal.

Eu tinha-lhe colocado três, mas vou facilitar a sua tarefa e vou prescindir de uma delas. Vou manter a questão de quem é que financia este negócio, quem é que paga este terreno e qual é que é o papel do Governo nesta operação e neste financiamento?

Quem paga?

De onde é que vem este dinheiro?

Mantenho também a pergunta se considera que este foi um bom negócio tendo em conta que o próprio representante dos proprietários disse que a determinada os proprietários vendiam os terrenos por 3,5 milhões de euros. O negócio é de quatro milhões de euros. Há aqui 500 mil euros que afinal foram pagos sem necessidade.

Deputado André Bradford (PS): Então o senhor sabe quanto é?

O Orador: Se isto não é importante para o erário da Câmara Municipal da Praia da Vitória é importante para o erário e para o bolso dos contribuintes. Mantêm-se as duas perguntas.

A terceira prescindo, porque lhe perguntei se achava que o *timing* deste anúncio era desprestigianete para este Parlamento, mas eu sei que é. Tenho a certeza que

foi uma falta de respeito para o primeiro órgão da autonomia ter anunciado isto quando todos os partidos representados neste Parlamento tinham assinado um projeto de resolução que levava à solução deste problema e à resolução do problema em concreto.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Uma breve intervenção porque creio que o fundamental está dito e que este assunto está esclarecido quer com a resolução unânime que trazemos a esta Casa, quer também com as notícias que temos e sinceramente penso e gostaríamos muito no Partido Socialista que a imagem que ficasse deste processo que eventualmente podemos achar todos ao nível do desejo e do ideal que levou demasiado tempo e até demasiados anos a ser resolvido ou até no efetivo início de resolução tivesse sido outro, mas o que me parece essencial ficar justamente registado é que os órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores, quer este Parlamento, quer o Governo Regional, quer também na circunstância a Câmara Municipal da Praia da Vitória fizeram bem o seu papel. Esperemos que esse papel naturalmente vá continuar depois deste passo decisivo e que continue de acordo com aquilo que foram as resoluções, os comandos, as recomendações deste Parlamento.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista tudo fez ontem de forma séria, leal e de boa fé, tal como também de forma séria, leal e de boa fé acabou por chegar a consenso primeiro com o Bloco de Esquerda, depois por ter a aquiescência dos outros partidos, para que este Parlamento ficasse justamente e ao nível das suas competências neste processo como também achamos que merece.

Mais fácil, Sr. Deputado Paulo Estevão, de acordo com a sua teoria vagamente delirante era fazer o contrário do que fazer isso, porque também não seria nada difícil. Esta foi a nossa opção. Pensamos que foi a opção correta, estamos orgulhosos dela, estamos orgulhosos deste Parlamento e sinceramente gostaríamos, mas não depende apenas de nós, é que a imagem que resulta e que devia resultar hoje do início efetivo da resolução deste problema é da satisfação unânime, de contributo unânime deste Parlamento, do Governo dos Açores e da Câmara Municipal e que este Parlamento, independentemente dos partidos e de se estar no poder ou na oposição fica satisfeito quando vê aquilo que também é a sua vontade ser respeitada e ser cumprida e sobretudo quando aquilo que são os direitos dos açorianos postos em causa são reintegrados e são acautelados. Ninguém quer acreditar, nós muito menos, que o Parlamento ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... fica satisfeito quando não cumprem as suas recomendações, porque isso pode ser usado contra o Governo.

Tenho a certeza que a realidade é outra, tenho a certeza que é essa a imagem que deve ficar, essa é a imagem que ficará. O Partido Socialista deu o seu contributo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o Partido Socialista esgotou o seu tempo para este debate e passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, compreendo a sua frustração, muitas vezes partilho dessa frustração consigo. Muitas vezes estarmos aqui a servir de instrumentos para encenações para promoção quer do Partido Socialista, quer do Governo Regional que muitas vezes, ou na maior parte das vezes, se confundem. Por acaso não foi neste episódio, digamos assim, em que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista teve uma postura totalmente diferente do Governo Regional. Isso no nosso entendimento.

Agora, se de hoje para amanhã eu tiver a garantia de que nenhum morador do bairro de Santa Rita será despejado e que tudo se irá resolver, então, e apesar de ter demonstrado a minha indignação, eu apesar de tudo ficarei não só satisfeito, como se pudesse voltar atrás no tempo faria exatamente tudo o que fiz desde o início. Portanto, não me arrependeria de nada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

O Orador: Não me arrependeria inclusive de ter subscrito o projeto de resolução que foi apresentado de forma aberta para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e que depois considerámos que deveria ser subscrito por todos os grupos e representações parlamentares desta Casa que assim o entendessem.

Agora, de facto, partilho de alguma da sua frustração, porque sei que quem ficará com a projeção mediática de todo o mérito será de facto o Governo Regional e o Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória ...

Deputado André Bradford (PS): A gente dá um bocadinho ao senhor!

O Orador: ... e que esta Casa será não só secundarizada, como também a própria comissão de moradores e os moradores do bairro de Santa Rita serão facilmente esquecidos como uma força coletiva que se organizou para reclamar do direito à habitação.

Obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caro Colega:

Apenas para transmitir aqui algumas informações aos Srs. Deputados e no fundo correspondendo a algumas das dúvidas que aqui foram colocadas do procedimento e sobretudo daquilo que se segue.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória teve hipótese de transmitir hoje na conferência de imprensa que ainda ontem depois de assinar o acordo com os proprietários dos terrenos as primeiras pessoas a quem comunicou esse acordo foi exatamente à comissão de moradores. Ainda ontem isso foi transmitido em primeira mão pelo Sr. Presidente da Câmara à comissão dos moradores o desfecho deste processo de acordo e também teve hipótese de transmitir que ainda hoje, penso que pelas cinco e meia da tarde, terá oportunidade de reunir com a comissão de moradores para explicar melhor os termos do acordo a que chegou e sobretudo os passos que se seguem e que depois disso, pelas seis e meia da tarde, haverá uma reunião com todos os moradores daquele bairro no sentido de viva voz possa transmitir os termos e as condições do acordo e naturalmente informá-los dos passos que se seguem.

Para mais, respeitando todos os órgãos quer regionais, quer locais, naturalmente que amanhã, como o Sr. Deputado tem informação, haverá assembleia municipal e todos os Srs. Deputados municipais terão naturalmente conhecimento do acordo a que foi possível chegar e na segunda-feira haverá reunião de câmara, porque o que é fundamental e que aqui deve ser dito novamente é que isto de facto não é um fim.

Há um conjunto de atos administrativos que se seguem e que são fundamentais à concretização deste processo e que nos envolvem a todos, a todos Governo Regional, Srs. Deputados Regionais, naturalmente, vereadores dos partidos que têm assento na Câmara Municipal e também na Assembleia Municipal. Acho que é fundamental garantir este envolvimento e o consenso que foi possível chegar aqui, nesta Assembleia, que seja exemplo para os passos seguintes que têm de ser dados por cada um destes órgãos.

Importa ainda também dizer que naturalmente que isto é um acordo que foi estabelecido entre a Câmara Municipal da Praia da Vitória e os proprietários para aquisição de três artigos matriciais e que obviamente envolve a aquisição por parte da Câmara Municipal da Praia da Vitória sobre um conjunto de circunstâncias e com um conjunto de condições. Esse acordo permite duas coisas que são essenciais e que inclusivamente os Srs. Deputados pelo que transmitem neste projeto de resolução concordam integralmente: que seja não só garantida a aquisição dos terrenos por parte dos moradores, como também aqueles que foram despejados no primeiro semestre deste ano possam de imediato e se assim o entenderem regressar às suas habitações.

Penso que são duas coisas essenciais e que este acordo garante.

Estes é que são os aspetos que penso que temos que estar todos nós satisfeitos com este desfecho, porque garante este fecho do acordo, o acordo inicial.

Há uma questão que foi aqui colocada e que o Sr. Presidente (e ouvi ainda da voz dele esta manhã) e que tem a ver com ... Eu confesso que é assim: se é um bom negócio ou um mau negócio ... eu aqui acho falamos de um acordo, de um acordo que a Câmara Municipal promoveu e o que visa, o que garante e que é essencial é que aqueles moradores vejam garantidos o direito à habitação.

Portanto, é isto que nos interessa e é nisto que estamos todos focados.

Quanto aos três milhões e meio de euros versus quatro milhões de euros. Naturalmente que eu desconheço a questão. Naturalmente que não ouvi, li o

relatório da comissão, não ouvi do advogado dos proprietários os valores e penso que também foi transmitido aos senhores que houve uma proposta inicial dos proprietários superior a seis milhões de euros e que agora há este desfecho de quatro milhões de euros. Pelo meio com certeza que terá havido muitas outras circunstâncias e estamos a falar de um acordo que não é um pagamento a pronto, é de um pagamento faseado e isso é importante que se diga aqui também, ou seja, o acordo é quatro milhões de euros por quatro anos conforme já aqui foi verbalizado e, portanto, naturalmente que o que eu posso dizer e que acho que também importa que se diga (e algures por aqui terei essa nota) é que o município fica investido, nos termos que aqui está, de todos os direitos emergentes, dos contratos de arrendamento das parcelas dos referidos prédios e penso que isto é que é importante, salvaguardando aquilo que são os interesses dos moradores.

No entendimento da Câmara Municipal este é um acordo que de facto salvaguarda o interesse dos moradores.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um dia criticaram Churchill ...

Foi citado no vosso congresso também, foi amplamente citado no vosso congresso.

Deputada Zuraida Soares (BE): Uma vez só!

O Orador: Um dia confrontaram Churchill com a aliança com a União Soviética, com um regime que ele tinha considerado totalitário.

O que ele respondeu foi uma frase que ficou para a história. O que ele disse foi: “Se Hitler invadissem o inferno eu faria uma referência favorável ao diabo na Câmara dos Comuns.”

Deputado José San-Bento (PS): Não foi isso que ele disse!

O Orador: Eu devo dizer que esta frase para mim é inspiradora. Se é para resolver o problema do bairro de Santa Rita eu deixo-me enganar por Vs. Exas., eu deixo que Vs. Exas. façam a encenação que Vs. Exas. nos prepararam, porque eu sei que agora, à noite, quando terminar esta sessão nas vossas jantaradas dirão: ...

Deputado André Bradford (PS): Vamos jantar consigo!

O Orador: “Enganámos aqueles provincianos, aquela gente da oposição é tão ingénua.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade! E enganaram!

O Orador: Nós é que conseguimos enganar aqueles Srs. Deputados.”

Meus senhores, não se engana quem já sabe para o caminho que vai. Eu já sabia que Vs. Exas. nos estavam a preparar essa encenação, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): De propósito!

O Orador: ... por isso não fui enganado, fui apenas, como todos os outros partidos da oposição, generoso, porque o que a mim me interessa não são as encenações que Vs. Exas. preparam, a mim o que me interessa é a resolução da questão concreta das pessoas.

Eu tenho a certeza que a leitura não é dos políticos da oposição que foram enganados pelos políticos experientes do Partido Socialista.

Eu tenho a certeza que o que as pessoas dirão nas suas casas é que não foi a oposição bota abaixo, que não foi a oposição que se recusou a encontrar uma

solução de conjunto, que não foi uma oposição que se recusou a juntar-se ao Governo e ao Partido Socialista para resolver o problema. Nós fizemos isso e fizemos isso com a consciência de que estávamos a dar um contributo importante para a resolução da questão.

Por isso, sabendo tudo o que sei hoje, sabendo que o Sr. Presidente da Câmara, Tibério Dinis, aterrava nesta Casa para fazer aquela encenação juntamente com o Governo Regional eu devo-lhes dizer, mesmo sabendo isso, voltaria a rubricar um documento que garante a resolução desta questão às pessoas e é por isso que eu considero que é assim que se deve fazer a política, com generosidade e acreditando nos ideais e o ideal não é outro do que resolver o problema das pessoas e ser justo na sua resolução. Por isso, nesse sentido considero que o objetivo foi atingido e estava (termino e repito) pronto para assinar outra vez este documento sabendo que Vs. Exas. tinham essa encenação preparada.

Deputado Francisco Coelho (PS): E em nome dos Açorianos voltamos a convidá-lo!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado César Toste.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, agradeço as suas explicações relativamente ao processo.

Isto não tira, na minha opinião, na opinião do PSD, que apesar de ter sido comunicado aos moradores ontem esta situação ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... que esta conferência devia ter sido feita hoje na Praia da Vitória com os proprietários numa banda e com os moradores doutra, porque sim, e para quem acompanhou o processo e viu-se nas comissões ...

(Diálogo entre os Deputados)

O Orador: Quem assistiu às comissões viu a dificuldade deste processo e os principais intervenientes são os proprietários e são os moradores.

Se não havia forma de protagonismo o Dr. Tibério Dinis não tinha que ter viajado da Terceira para o Faial para estar consigo.

Deputado Francisco César (PS): Era o que faltava!

O Orador: Devia ter ficado lá, porque realmente este processo é deles.

Sra. Secretária, o acordo é feito entre os proprietários, é feito com a Câmara e feito com os moradores, porque embora a Câmara ... Já é a segunda pergunta que lhe vou fazer. Os moradores sempre disseram (e os colegas deputados são testemunhas) que eles nunca disseram que queriam as casas de graça, queriam pagar o seu real valor pelas casas, tal e qual como os donos dos terrenos queriam o seu valor pago tanto a nível do terreno (não queriam o pagamento das casas), era o valor do terreno e das rendas em atraso.

Deputado Paulo Parece (PSD): Muito bem!

O Orador: Sra. Secretária, para finalizar, quem financia os quatro milhões de euros?

É a Câmara Municipal que vai financiar durante estes quatro anos estes quatro milhões de euros?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eles nem têm dinheiro para comprar sapatos!

O Orador: Na sua opinião e na opinião do Governo e perante este projeto de resolução e começando a ser pago no próximo ano, quem é que vai pagar?

Perante as dificuldades económicas da Câmara Municipal da Praia da Vitória o Governo Regional vai exigir ao Governo da República, ao estado português, os seus devidos deveres relativamente a este processo? Pergunta.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A Sra. Secretária tem perguntas para responder!

Presidente: Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Queria fazer consideração em jeito de balanço final dizendo que obviamente o CDS fica satisfeito, independentemente do método não ter sido aquele que nós consideramos o mais correto, se isto chegar a bom porto e resolvermos a vida dos moradores do bairro de Santa Rita.

Também acho e repito, três ou quatro vezes e quantas aquelas que forem precisas, que isto devia ter sido feito de outra forma e esta conferência de imprensa podia ter sido dada amanhã e não tirava o prestígio a este Parlamento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não humilhava este Parlamento, que foi o que a senhora fez!

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Não se trata de humilhação!

O Orador: Eu gostaria que isto ficasse bem claro.

Depois, em relação ao protagonismo eu julgo que isto foi feito desta forma por uma razão muito clara, para limpar e branquear a imagem de alguém que está com a imagem muito denegrida na Praia da Vitória, com uma imagem de ditador, com uma imagem de alguém que persegue quem tem liberdade de expressão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Portanto, é uma forma de limpar a imagem e nós já percebemos qual é que seria a estratégia aqui, correndo também a favor do Governo por algum protagonismo.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! A imagem de ditadores!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vejo aqui na fotografia que a Sra. Secretária está muito próxima do Sr. Presidente da Câmara.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é uma encenação!

O Orador: Ele deve-lhe ter dito ...

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Vamos com calma!

O Orador: Ouça, Sra. Secretária, sem nenhuma ...

Estar próxima do Sr. Presidente da Câmara não pode ser de forma nenhuma uma expressão ofensiva. Não vejo como é que V. Exa. se pode sentir ofendida por eu dizer que está muito próxima na fotografia do Sr. Presidente da Câmara.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Amiga, amiga!...

O Orador: Se existe uma segunda interpretação qualquer em relação a esta matéria desconheço em absoluto e posso-lhe dizer, Sra. Secretária, que de forma alguma faria qualquer trocadilho nesse sentido.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Acho muito bem!

O Orador: Sra. Secretária, garanto-lhe que nunca faria nenhum trocadilho nesse sentido.

O que estou a dizer é que a vejo próxima só por causa do seguinte, vejo próxima na fotografia. Mais nada! Isto não tem nenhuma segunda intenção e espero que V. Exa. não tire outro significado do que lhe estou a dizer.

A pergunta que lhe quero fazer em relação a esta proximidade é a seguinte: os quatro milhões de euros quem é que os paga?

Como ele está próximo de si deve-lhe ter dito e deve ter percebido melhor, porque eu olhando aqui para a nota quem é que paga os quatro milhões?

Deputado André Bradford (PS): Isto é uma coisa inacreditável!

O Orador: É uma coisa inacreditável, diz o líder parlamentar do Partido Socialista.

Eu pergunto quem é que paga os quatro milhões, que é aqui a peça fundamental e é uma coisa inacreditável perguntar-se quem é que paga os quatro milhões, é um enredo.

A resposta é tão simples, é uma frase apenas, diz-se quem é que paga. Já não se pode perguntar também. Eu já não sei o que é que se pode fazer no nosso Parlamento.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Não se pode fazer uma pergunta?

Há citações que não se podem fazer e perguntas podem-se fazer ou não podem? Quem paga os quatro milhões?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): As que não forem estúpidas!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, as que não forem estúpidas! O senhor já decide as que são estúpidas!

Presidente: O PPM esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caro Colega:

Respondendo às últimas duas questões que são coincidentes ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: ... e àquilo que verdadeiramente interessa ...

Presidente: Vamos permitir que a Sra. Secretária Regional preste os esclarecimentos à câmara que lhe foram solicitados.

Tem a palavra, Sra. Secretária Regional.

A Oradora: Eu de facto julgava desnecessária a resposta, porque no projeto de resolução que é apresentado por todos os partidos incluindo pelo PSD e pelo PPM está aqui dito, no fundo, quem se responsabiliza e quem é instado a responsabilizar-se por tudo isto e no fundo quem é instado, conforme diz aqui, são as entidades públicas de âmbito local, regional e central e eu acrescentaria naturalmente, lendo o resto da resolução, os moradores.

Portanto, digamos que há quatro partes aqui envolvidas naturalmente em todo o processo que são: os moradores, o Governo Regional, o Governo da República e a Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Deputado Paulo Parece (PSD): Está subentendido!

A Oradora: Naturalmente que a resposta está dada na própria resolução.

Muito obrigada.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma intervenção.

Presidente: Não tem tempo, Sr. Deputado. Já tinha dito há pouco.

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Não me vai acusar também de não lhe poder dar a palavra por não ter tempo, não é?

Claro que não, Sr. Deputado, claro que não!

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado César Toste tem a palavra.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, peço que seja mais explícita relativamente a esta sua resposta.

Portanto, o Governo vai entrar com dinheiro nestes quatro milhões e tem garantias que neste momento o Estado Português vai entrar dentro deste dinheiro ou será simplesmente a Câmara Municipal que vai assumir estes quatro milhões?

Pergunta.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): A Secretária já respondeu a isso várias vezes!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados!

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Sras. e Srs. Deputados, não havendo inscrições ...

Sras. e Srs. Deputados, vamos votar este projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O projeto de resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Mendes pede a palavra para?

Deputado Paulo Mendes (BE): Para uma declaração de voto.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Mendes** (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda não só claro votou a favor deste projeto de resolução, como também o subscreveu, e fizemo-lo porque entendemos que esta resolução não é, ou não deve ser entendida como um cheque em branco passado por esta Assembleia quer ao Governo Regional, quer à Câmara Municipal da Praia da Vitória, ou até mesmo ao Governo da República, porque entendemos que é nossa obrigação zelar pelo cumprimento desta resolução. Não é só uma obrigação do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Graças a este entendimento é uma obrigação de toda esta Assembleia, de todos os Srs. e Sras. Deputadas. Porquê?

Porque no futuro se considerarmos pertinente devido a algum problema que venha a surgir e aquilo que nos preocupa não é tanto se foi um bom ou mau negócio nesta etapa, porque o mau negócio seria certamente assistirmos a um despejo coletivo e termos mais de 90 famílias na rua sem haver qualquer tipo de possibilidade de as alojar. Esse é que seria um mau negócio.

Agora, há questões que nos preocupam que ainda desconhecemos. **Secretária Regional da Solidariedade Social** (Andreia Costa): Mas preocupam a todos!

O Orador: Por isso é que estaremos atentos, como por exemplo como é que se fará a transmissão dos solos, dos terrenos para os moradores, porque receamos e eu penso que qualquer grupo parlamentar e representação parlamentar deverá reçar que de hoje para amanhã em vez de terem sido os proprietários dos terrenos a impor ações de despejo aos moradores que no futuro (espero que isso não aconteça) seja a Câmara Municipal da Praia da Vitória a impor ações de despejo aos moradores por não chegarem a acordo quanto à transmissão dos solos para com os moradores e por isso estaremos atentos quanto ao desenrolar do processo a partir de agora.

Mas por agora saudamos o trabalho de cooperação desenvolvido por esta Assembleia para responder a um problema muito imediato e concreto e que teve o condão de credibilizar a atividade política junto das pessoas e particularmente junto dos moradores do bairro de Santa Rita, ...

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Com certeza!

O Orador: ... porque, resumindo e concluindo e quanto à minha parte diz respeito, é graças a este trabalho de cooperação, a este entendimento e a pôr o interesse das pessoas em primeiro lugar que vale a pena, realmente vale a pena ser deputado.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

O Partido Socialista subscreveu e votou esta proposta, porque tem a convicção profunda de que ela consagra um conjunto de soluções equilibradas, equitativas, que promovem a justiça social, que acautelam de forma harmoniosa os vários interesses em presença.

O Partido Socialista subscreveu e votou esta proposta na convicção de que as autoridades executivas, designadamente o Governo Regional, e mesmo aquelas que não dependem politicamente deste Parlamento, como a Câmara Municipal da Praia da Vitória, serão sensíveis a estas propostas, sobretudo atenta a legitimidade e a unanimidade que elas configuram.

O Partido Socialista continuará naturalmente atento (e começando por saudar o passo decisivo que tivemos conhecimento e que foi dado pela Câmara Municipal da Praia da Vitória e também com o apoio do Governo Regional) sempre atento ao integral cumprimento deste conjunto de propostas, à sua efetiva concretização, designadamente naquilo que diz respeito ao

acautelamento e à garantia da resolução completa do problema da habitação dos seus moradores.

O Partido Socialista subscreveu e votou esta proposta na esperança e na certeza que mantém que o trabalho que este Parlamento fez e a unanimidade que se conseguiu dignificaram este Parlamento, fizeram este Parlamento exercer bem as suas competências e ter por mérito próprio um papel importante naquilo que constitucionalmente e competencialmente lhe cabe na resolução deste problema.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Votei favoravelmente esta iniciativa naturalmente porque sou um dos seus proponentes e também votei favoravelmente esta iniciativa mesmo existindo o problema da conta.

Deixem que diga a Vs. Exas. que aprendi na universidade, organizei alguns jantares, eramos muitos a pagar e depois no final tive que pagar às vezes muito mais que os outros e alguns que eram para pagar não pagaram. Portanto, a partir daí fiz sempre uma lista quem é que paga o quê. Nunca mais cometi os erros de quando era caloiro e, portanto, é evidente que tendo votado favoravelmente esta iniciativa me preocupa o problema da conta, porque eu pergunto quem é que paga e respondem-me que é uma multidão. É este, é aquele, é o outro, é outro. Não se sabe é quem é que paga café, quem é que paga o vinho, quem é que paga o jantar. Portanto, não há nenhuma informação sobre isso.

Eu tenho algumas dúvidas que isto vá dar certo.

Em primeiro lugar, porque eu não sei se alguém disse ao Mário Centeno que tem uma conta para pagar. Eu acho que pode ser que a informação não lhe tenha chegado ...

Presidente: Tem que se cingir à declaração de voto, Sr. Deputado.

O Orador: Estou só explicando o problema da conta. Votei favoravelmente apesar do problema da conta e também tenho algumas dúvidas, conhecendo como o conheço, o Sr. Secretário Sérgio Ávila, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Vice-Presidente!

O Orador: ... o Sr. Vice-Presidente, que também se tenha apercebido da conta, que lhe tenha chegado a conta para pagar.

Por isso, tenho algumas dúvidas e a questão é pertinente, mas mesmo assim, Sra. Presidente, votei a favor apesar destas dúvidas em relação à conta e termino, Sra. Presidente, termino já esta intervenção, porque de forma nenhuma esta questão ficou esclarecida, porque eu tenho a certeza que o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória não irá pagar a conta sozinho, apesar de ter anunciado a conta em nome de todos os outros.

Muito obrigado.

Presidente: Julgo não haver mais inscrições para declaração de voto.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Se este negócio resolver o problema dos moradores do bairro de Santa Rita garantindo que estes ficam na sua casa e garantindo que as famílias que foram despejadas regressam à sua casa, independentemente do CDS considerar que o *timing* da apresentação deste negócio é desprestigiante para este Parlamento, ficaremos sempre satisfeitos com o desfecho do processo, com a nossa decisão de subscrever este projeto e de o votar favoravelmente e especialmente ficamos

satisfeitos pelos moradores do bairro de Santa Rita que já mereciam notícias positivas ao fim de tantos anos de lutas agonizantes.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

E por fim o Sr. Deputado César Toste para uma declaração de voto.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD subscreveu este projeto de resolução conjunto com a convicção de que o esforço realizado pelos diversos partidos na resolução desta temática elevou a urgência social que o assunto merece, tanto a nível da Câmara Municipal, do Governo Regional e do Governo da República é unânime a sua responsabilidade perante esta problemática.

A união faz a força. Que seja uma força que muito em breve tenha frutos e que termine este pesadelo que assolou o bairro americano de Santa Rita.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Passamos agora ao ponto nove da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 79/XI – “Estudo sobre a violência doméstica e de género na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Seis (6) meses depois, chega a debate neste Parlamento, o projeto de resolução da autoria do Grupo Parlamentar do PSD, para que o Governo promova a realização de um estudo que permita conhecer, nas suas múltiplas dimensões, o quadro real da violência doméstica e de género na Região Autónoma dos

Açores, decorrida uma década sobre o último grande estudo realizado e cumpridos que estão praticamente dois planos regionais de prevenção e combate ao fenómeno.

Não é um fenómeno em que as vítimas sejam exclusivamente mulheres, mas é ainda hoje uma área em que as vítimas são, na sua esmagadora maioria, mulheres.

E perguntamos:

Quantas mulheres foram mortas na última década em contexto de violência doméstica nos Açores?

- 11... Sras. e Srs. Deputados,

E para além destas 11 mortes, houve mais 7 tentativas de homicídio no mesmo contexto.

Quantas situações de Violência Doméstica e de Género foram PARTICIPADAS às Autoridades entre 2008 e 2017?

- Foram 11.436 (onze mil, quatrocentas e trinta e seis)

- 1.052 só no ano passado;

Mas quantas situações ocorreram efetivamente? E quantas crianças assistiram ou foram mesmo vítimas diretas?

- Não sabemos...

Mas queremos saber!

Aliás, queremos todos saber!!!

Para tornar possível - com um diagnóstico assente em informação recolhida no terreno através de instrumentos validados técnica e cientificamente - tomar as opções políticas que se impõem para atuar no sentido de retirar, de uma vez por todas, os Açores do 1.º lugar na taxa de prevalência de violência doméstica a nível nacional.

É verdade, Sras. e Srs. Deputados, a Violência Doméstica e de Género continua a afirmar-se como um tremendo flagelo social em Portugal, como temos visto

nos últimos tempos, pois estamos em setembro e já temos mais vítimas mortais em 2018 do que as que foram registadas em todo o ano de 2017.

Entre nós, trata-se igualmente de um fenómeno grave e extremamente preocupante, porque a Região Autónoma dos Açores apresenta historicamente os mais elevados índices de prevalência de violência doméstica do nosso país, de acordo com as estatísticas oficiais.

Em 2017, a taxa de prevalência no continente português foi de 2,5.

E nos Açores foi de 4.9!!! Portanto, praticamente o dobro...

A complexidade do assunto não permite, porém, resumir a interpretação dos dados à mera avaliação das estatísticas criminais.

Estamos perante um fenómeno que, apesar de todo o esforço desenvolvido ao longo da última década e da evolução de mentalidades já operada, continua envolto numa tradição social de não interferência na vida conjugal, motivo pelo qual a taxa de crimes não participados (as chamadas “cifras negras”), tem ainda um peso muito relevante no valor global das situações de vitimação.

Também por isso, é necessário complementar a análise das estatísticas criminais com outros instrumentos de recolha de dados, para traçar um quadro mais abrangente, e realista, do fenómeno na Região.

Esta necessidade foi salientada no *Estudo Sócio criminal sobre a Violência Doméstica na Região Autónoma dos Açores*, desenvolvido entre janeiro de 2009 e fevereiro de 2010 pelo então designado *Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores*, que reconheceu a pertinência em alargar o âmbito de estudo para APROFUNDAR o conhecimento sobre a realidade da Região, e destacou a importância do *Inquérito Regional à Violência de Género*, promovido pelo Governo dos Açores e desenvolvido pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, ao longo do ano de 2008.

O relatório deste inquérito não deixou margem para dúvidas quanto à gravidade do fenómeno no conjunto das nove ilhas.

Nos últimos 10 anos, assistimos à implementação de dois Planos Regionais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, mas os Açores continuam a apresentar os valores oficiais mais elevados de prevalência em Portugal.

Assim, decorrida uma década, é urgente realizar um estudo aprofundado, que permita conhecer a realidade, muito para além dos dados oficiais, e identificar as medidas que se mostram necessárias.

Com este objetivo, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, apresentou neste Parlamento a 13 de março, o presente projeto de resolução, no sentido de recomendar ao Governo Regional que:

- Promova a realização de um estudo sobre a violência doméstica e de género na Região Autónoma dos Açores, que inclua a aplicação de um inquérito de vitimação, no sentido de conhecer os valores reais, compreender o fenómeno em toda a sua complexidade e identificar as medidas a adotar nas políticas públicas para uma abordagem atualizada e eficaz;
- E que o estudo acima indicado, seja concluído no prazo máximo de um ano.

Dois meses depois da iniciativa do PSD, no dia 15 de maio, o Governo anunciou que vai realizar o estudo indicado, intenção que a Sra. Secretária Regional viria a confirmar no âmbito da audição na Comissão de Assuntos Sociais.

À margem da abertura do V Encontro Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, a Sra. Secretária Regional declarou, e cito:

“Foi realizado um estudo há 10 anos ao fenómeno da violência doméstica na Região e pensamos que é essencial repetir essa avaliação e estamos em fase final de negociação da replicação deste trabalho”.

Afirmou a Sra. Secretária Regional, omitindo, no entanto, a iniciativa que já decorria neste Parlamento.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Este é uma daquelas matérias em que podemos - ou devemos - todos, querer conhecer para agirmos de forma informada e adequada, de modo a que as políticas públicas a implementar ou atualizar correspondam às reais necessidades da população açoriana e de quem trabalha diariamente na prevenção e combate à violência doméstica e de género na nossa Região.

Esperemos, pois, que assim seja!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Rute Gregório.

(*) **Deputada Rute Gregório (CDS-PP):** Muito obrigada, Sra. Presidente:

Aproveito e tomo a liberdade de endereçar em primeiro lugar, na minha primeira intervenção nesta Assembleia, os meus cumprimentos a todos, agradecer a forma como me deram as boas vindas e principalmente registar a honra que é fazer parte desta câmara, esta câmara que é a câmara da autonomia, trabalhar em prol dos açorianos e de todas as açorianas.

No âmbito deste Projeto de Resolução n.º 79/XI, cumpre-nos referir a esta bancada, insistir e reiterar a importância e a gravidade da matéria subjacente à proposta.

A violência doméstica e a violência de género são hoje flagelos não compagináveis, absolutamente inaceitáveis, numa sociedade justa,

democrática e moderna. Todos nós, sem exceção, partilhamos dos princípios deste enunciado e todos nós partilhamos desta convicção e desta certeza.

Não obstante, os dados que ainda agora foram referenciados não nos deixam numa posição muito favorável. Os **Açores apresentam a maior taxa de incidência de violência doméstica**, como já foi aqui referido. Não é só esta taxa que nos deve preocupar. O que nos deve preocupar são as circunstâncias traumáticas de vida e da realidade destas mulheres, sim senhor, particularmente mulheres, mas também homens, mas também jovens, mas também idosos.

De qualquer modo, é verificável que enquanto matéria de denúncia e sinalização, assim como enquanto objeto de estudo e intervenção, este assunto tem um caráter público há relativamente pouco tempo, vinte anos, vinte e poucos anos.

Neste contexto, não podemos considerar tudo saber sobre o fenómeno, nem sequer que é fácil conhecê-lo em profundidade ou que uma construção do conhecimento de ontem é suficiente para o hoje, ou aplicável amanhã.

Acresce que o conhecimento nesta matéria se reveste de tais complexidades que determinam quase a intervenção de uma academia inteira ou, pelo menos, de várias áreas disciplinares, ou multidisciplinares, no terreno.

E isto, não só, mas também, porque os enfoques são múltiplos. **Há que realizar estudos sob o enfoque da vítima, mas também sobre o enfoque do agressor muitas vezes desconhecido e muitas vezes menosprezado, há que realizar estudos sobre o enfoque do agressor e também há que realizar estudos sobre o enfoque dos sistemas de resposta, de prevenção e de alteração dos comportamentos.**

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Sobre os Açores existem alguns estudos parcelares, muitos bastante datados e, por isso, com informação desatualizada e até insuficiente. Existem também, como todos sabemos, Planos de Intervenção, já estamos no segundo,

que estão a ser concretizados, que importa sempre reavaliar, entre outros, em termos de eficácia e ajustamento às necessidades concretas.

Esta proposta do Grupo Parlamentar do PSD, de 13 de março de 2018, com uma amplitude de objeto bastante considerável – porque trata da violência doméstica e da violência de género, que não são exatamente a mesma coisa -, associada ao estudo que a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social antecipou em sede de Comissão Permanente dos Assuntos Sociais, – o tal Inquérito à Violência de Género: Região Autónoma dos Açores –, parece demonstrar que estamos todos cientes, primeiro, da necessidade geral de atualização de dados; segundo, da necessidade do alargamento do conspecto da informação; e terceiro, da necessidade de confirmação dos resultados alcançados pelos atuais planos de intervenção.

Neste sentido, entende o Grupo Parlamentar do CDS que ter instrumentos acreditados, e dados e reflexões em permanente atualização, sobre as matérias em apreço, constituem condição essencial do sucesso das estratégias, das políticas e das práticas públicas na prevenção e no combate destes flagelos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada! Excelente intervenção!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária:

Obviamente que o Bloco de Esquerda se associa a este Projeto de Resolução do PSD pelas razões que tão bem quer o Sr. Deputado do PSD, quer a Sra. Deputada Rute Gregório acabaram de explicar e que me inibiu de repetir, mas relativamente a esta matéria e a todas as considerações de preocupação e de vergonha enquanto sociedade e elemento de uma sociedade que se quer

moderna e democrática que todos nós sentimos, eu queria deixar uma espécie de desafio aos legisladores e às legisladoras que estão nesta câmara e nas quais também me inclui até hoje e também em termos nacionais aos deputados e às deputadas da Assembleia da República.

Há um passo de gigante que esta problemática tem que ter em termos legislativos. Não é possível continuar a atirar as mulheres agredidas e os seus filhos e filhas para fora de casa, para fugir de casa, enquanto que dentro do lar, daquilo que foi em tempos um lar, ou se calhar nunca foi, mas é pelo menos uma casa, fica com pompa e circunstância e com toda a serenidade o agressor, o criminoso. Isto tem absolutamente que mudar e só pode mudar em termos legislativos, porque pôr uma mulher fora da sua casa com os filhos atrás é um castigo tão grande como agredi-la física ou psicologicamente. Portanto, estas mulheres são duplamente agredidas e isso é inadmissível.

Portanto, o desafio é a legislação tem de mudar. O agressor é que tem de sair.

Tem de ir para uma casa de reabilitação, tem de ir para uma casa escondido? Escondido da sociedade que deveria estigmatizá-lo como agressor?

Pois, que vá! Mas não são as mulheres e as mães que o têm de fazer quando são vítimas e não são carrascos.

Muito obrigada.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Andreia Costa*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caro Colega:

Sra. Deputada Zuraida Soares, se calhar começando pelo fim e dizer que de facto é um gosto ouvi-la nesta Assembleia quando de forma tão determinada e empenhada defende questões que são fundamentais e com as quais eu concordo integralmente.

Depois, dirigir uma palavra naturalmente ao partido proponente e ao Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Naturalmente e é com muita satisfação que vejo este assunto ser debatido por esta Assembleia, um assunto que nos toca um pouco a todos, porque como aqui foi dito e muito bem estas questões da violência doméstica e de género tocam de facto a todos e tocam a todos, ao Sr. Deputado Carlos Ferreira nas antigas funções que desempenhava, a mim nas atuais, a nós enquanto pais, professores, porque a violência assume de facto diversas formas e em diversas faixas etárias, sexo, não escolhe de facto o sexo, nem a orientação sexual, portanto, há aqui um conjunto de abordagens que a este propósito têm naturalmente que ser feitas.

Mas de alguma forma para enquadrar a minha intervenção, e a minha primeira intervenção neste debate, transmitir ou retransmitir um pouco daquilo que no fundo tem conduzido o Governo Regional em matéria de combate à violência doméstica e neste domínio penso que é importante que se transmita aqui que de facto a história dos Açores, da Região Autónoma dos Açores, em matéria de combate e prevenção à violência doméstica não começa hoje e nem começou ontem. Felizmente já tem quase, diria, duas décadas e tem quase duas décadas quando é a Região a primeira no país, antes disso com também alguma importância em 1997, quando cria a Comissão Consultiva Regional para os Direitos da Mulher, mas talvez de uma forma mais consubstanciada quando em 1999 cria a primeira casa abrigo do país no concelho de Ponta Delgada.

Demos, de facto, passos importantes no fim da década de 90, mas eu diria que o início do século XXI foi de facto muito importante na estruturação de uma rede de apoio às mulheres vítimas de violência doméstica por toda a Região.

Essa rede é uma rede que, é verdade, também tem muito de acolhimento, naturalmente que sim, mas também tem muito mais do que acolhimento hoje em dia felizmente. Tem apoio psicológico, tem apoio jurídico, tem uma rede

que se foi espalhando e densificando em toda a Região e que chega neste momento a todas as ilhas e este é um aspeto essencial, porque nós todos que conhecemos um pouco este problema sabemos com certeza que as mulheres têm de facto muita dificuldade (porque de facto o fenómeno ainda assenta muito de facto nas mulheres) em dar o primeiro passo e é preciso de facto saber que há o conforto de alguém que as acolhe, ampara, encaminha e acompanha. Mas muitas vezes nós sabemos que de facto há o regresso ao lar. É um caminho de muitos avanços, mas também de muitos recuos e o Governo Regional com as entidades parceiras (e é fundamental que se diga isto aqui) tem de facto feito um caminho, um caminho que é importante na consolidação desta rede, desta rede que suporta as mulheres vítimas de violência, aproveitando aqui naturalmente para fazer uma referência a todas as instituições que conosco colaboram, designadamente nos polos de violência doméstica em todas as ilhas e naquelas que são as redes que estão estabelecidas na ilha Terceira, São Miguel e aqui, no Faial.

Portanto, ao longo do tempo foi sendo criado um conjunto de estruturas, foi desenvolvido o primeiro plano, está em fim de implementação o segundo plano e este segundo plano (e é talvez aqui que me queria centrar um pouco) coloca ênfase não só nos ditos parceiros tradicionais da primeira década do século, mas envolve também um conjunto de outros parceiros, designadamente (e aqui é importante que se diga) escolas, centros de saúde, hospitais, associações culturais, desportivas, autarquias locais. Há de facto este plano que potencia este alargamento da rede e o envolvimento de outras entidades, mas também tem aqui um outro pendor que é um pendor essencial e que tem exatamente a ver com a avaliação e a monitorização deste fenómeno e este aspeto é de facto essencial, é crucial e ainda bem que o PSD teve esta iniciativa, porque nos permite exatamente debater um pouco esta questão naquela que é, como aqui foi dito pela Sra. Deputada do CDS-PP, a casa da autonomia.

Portanto, neste momento importa também aqui referir em termos de monitorização e de avaliação do fenómeno o que é que fizemos, o que é que vamos fazer, sem naturalmente os melindres que eu explicarei, mas que não me parece que seja de facto o essencial.

Em termos de monitorização o que é que nós fizemos e o que é que vamos fazer?

Para nós era essencial, em primeiro lugar, porque para avaliar é preciso ter dados concretos, sistematizados, uniformes entre todas as entidades começamos por implementar um sistema de informação e monitorização do fenómeno de violência doméstica na Região, onde neste momento já participam todas as instituições parceiras da Região, com a exceção da APAV. Há de facto aqui ainda alguma dificuldade na APAV aceitar o sistema de monitorização. Penso que havemos de chegar a um consenso. Esta questão era essencial.

Com esta base de informação e com um outro aspeto que também me parece crucial: a aposta de facto na implementação do sistema e a aposta na formação e qualificação dos profissionais aos mais diversos níveis.

Eu queria dizer em termos de monitorização o que é que foi de facto decidido: realizar o estudo de discriminações e violências que é um resultado do inquérito às jovens e aos jovens estudantes do ensino secundário e profissional da Região Autónoma dos Açores, que é o reflexo de todo o trabalho de prevenção efetuado junto da população juvenil da Região e que contamos apresentar ainda até ao final deste ano, senão no início do próximo ano.

Um outro elemento também de estudo e de avaliação, que é o estudo sobre o sistema de informação e monitorização que assenta no sistema que eu referi ainda há pouco e que permitirá caracterizar as situações de violência doméstica acompanhadas pelas várias estruturas de apoio à vítima na Região e que tem naturalmente a tutela da Secretaria Regional da Solidariedade Social, através da Direção Regional.

E um terceiro elemento de avaliação que é a replicação de estudo, que já aqui foi mencionado pelo Sr. Deputado Carlos Ferreira, Inquérito à Violência de Género – Região Autónoma dos Açores, uma vez que o original foi de facto publicado em 2009 e nós entendemos, este departamento entende, que é relevante a sua replicação volvida uma década sobre a realização do mesmo.

Portanto, este foi um trabalho efetuado pelo Prof. Dr. Manuel Lisboa, ou coordenado por ele, e estes contatos começaram a ser encetados com o Sr. Professor no início do corrente ano, ou seja, os primeiros contatos foram realizados em fevereiro deste ano, foi obtida de facto a disponibilidade dele para a realização. Entendemos que era importante que fosse a mesma entidade a fazê-lo exatamente para seguir os mesmos critérios do primeiro e permitir uma comparabilidade dos dados que para nós nos parecia essenciais.

Portanto, todos esses passos foram de facto dados. Estamos em condições de vos transmitir que esse estudo se irá iniciar em dezembro conforme a disponibilidade do próprio.

Penso que o essencial sobre esta matéria já foi dito.

Sem ansiar, nem ultrapassar ninguém, esta é a verdade dos factos e, portanto, parece-me que é essencial. Acho que há um consenso também felizmente em torno desta matéria, é essencial que se faça.

O Governo Regional tomou as providências nesse sentido no início do corrente ano, em fevereiro, no sentido que ele pudesse iniciar-se exatamente no fim deste ano, em dezembro, conforme a disponibilidade do próprio.

Muito obrigada.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Esta é uma questão que afeta o conjunto do país e também afeta a Região Autónoma dos Açores com particular intensidade e o que nós verificamos quando analisamos os estudos sobre esta matéria e principalmente em relação às queixas realizadas por parte de domésticas é que ... Esta atividade económica surge aqui representada, por exemplo, em alguns estudos, é que quem tem essa atividade em 2016 as queixas significaram apenas 0,1%, o que significa que esta questão da violência doméstica tem um impacto especial nas mulheres, mas o que significa é que as mulheres que estão dependentes do ponto de vista económico não fazem queixa ou não o fazem em grande número.

Portanto, este fenómeno é porventura maior do que alguns dados oficiais indicam.

Nós temos na nossa sociedade um problema grave que temos que resolver. É evidente que esta questão é uma questão estrutural que demora décadas. São comportamentos, há uma base cultural que explica isto, há um conjunto de comportamentos seculares que têm de ser alterados, há uma sensibilização que tem de ser feita durante décadas para se conseguirem alcançar resultados e há também que ter a coragem política de assumir que existe aqui um problema e que é necessário construir redes de apoio para quem sofre este tipo de violência, é preciso insistir, aumentar a intensidade com que se realizam ações de sensibilização e nós temos de fazer isto em especial nas escolas.

Eu, como professor, tenho sempre esta imagem. Acho que nas escolas, logo no 1.º ciclo, eu diria até logo no pré-escolar, é necessário sensibilizar as novas gerações.

Eu penso que se fizermos este trabalho como muitos outros já fizeram na Europa e em muitos outros países é possível superar estas questões, é possível diminuir este índice de violência doméstica.

Devo dizer também que sei que não tenho muitas mais oportunidades provavelmente para dizer aquilo que vou dizer, sei que esta é uma matéria que

afeta sobretudo as mulheres, quero também dirigir aqui uma palavra à Sra. Deputada Zuraída Soares.

Sei que tem sido ao longo destes anos todos uma das suas muitas preocupações de âmbito social em que se tem empenhado, em que o seu papel tem sido muito relevante.

Eu quero dizer-lhe que para mim foi uma honra, durante estes dez anos, partilhar muitas lutas, muita atividade parlamentar, umas vezes em acordo, outras vezes em desacordo, nestas matérias sempre de acordo com V. Exa.. Foi uma honra ter esta oportunidade durante esta década de fazer isso e de participar com V. Exa. em muitos debates parlamentares e em muitas questões relevantes.

V. Exa. foi uma deputada de exceção, uma deputada que deixa um trabalho imenso nestas áreas sociais em especial, que tem uma grande capacidade de oratória e que deixa aqui um grande registo de qualidade e de humanismo.

Devo dizer que vou sentir saudades suas. Tenho a certeza que V. Exa. continuará empenhada noutras causas, com a vitalidade que sempre demonstrou, com a preocupação, o humanismo que sempre demonstrou em todas as causas em que V. Exa. se empenhou.

Esta foi uma delas. V. Exa. nesta, como em muitas outras áreas, desempenhou um papel muito importante e tenho a certeza, noutro âmbito, fora da atividade parlamentar que irá fazer, irá continuar a fazer.

Da minha parte quero desejar-lhe as maiores felicidades e dizer-lhe isso: foi uma honra partilhar esta atividade parlamentar ao longo destes dez anos com V. Exa.

Muito obrigado.

(Aplausos da câmara)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silva tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Infelizmente a violência doméstica ainda se faz presente em grande parte do mundo e também na nossa Região, sendo realmente um tremendo flagelo, diria mesmo, sendo mesmo um crime que deve envergonhar qualquer sociedade tem que ter a mobilização de todos nós no sentido de combater esse mesmo flagelo.

O Governo Regional tem-no feito quer com bastante veemência, tem travado esta luta em todas as frentes na nossa Região, quer através da implementação dos Planos Regionais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica na Região, quer através dos diversos estudos que têm sido feitos e que foram aqui referidos pela Sra. Secretária e também referidos no projeto de resolução apresentado pelo PSD, portanto, tem-no feito através dos diversos estudos, das diversas avaliações à implementação dos planos no sentido de se melhorar sempre as políticas que são implementadas na Região, quer agora também através dos estudos anunciados pela Sra. Secretária para no sentido da avaliação do segundo plano ainda em vigor para que também o terceiro plano possa ser implementado de uma forma a ir mais ao encontro da implementação de políticas que combatam efetivamente este flagelo de que estamos aqui a falar, mas também não podemos esquecer o facto da Região ter sido pioneira em diversas medidas que tomou, nomeadamente com o facto da primeira casa abrigo do país ter sido implementada em Ponta Delgada em 1999.

Para além disso, também em termos de pioneirismo temos o facto de se ter implementado o “Programa Contigo” que vem exatamente ao encontro do acompanhamento ao agressor no sentido da não reincidência do agressor.

Portanto, julgo que esses dois exemplos são bastante exemplificativos daquilo que tem sido também a luta travada pelo Governo Regional no sentido de

mobilizar todos, também no sentido de mobilizar todos nós, mas também no sentido de dar tolerância zero à violência doméstica, mas também à violência de género como refere o projeto do PSD.

Sobre a iniciativa do PSD gostaria de dizer que da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista todas as iniciativas que se juntarem às iniciativas quer do Governo, quer de outros grupos parlamentares são bem vindas, todas elas que vêm contribuir para a luta contra este flagelo, contra este crime que realmente nos envergonha a todos e que se quer efetivamente erradicar.

Dizer que a iniciativa vem ao encontro daquilo que em nosso entender tem sido feito na Região pelas políticas implementadas pelo Governo Regional do Partido Socialista e que para nós o importante não é que a iniciativa seja do grupo parlamentar *a* ou *b*, mas sim que venha também trazer soluções e o importante é que realmente se encontrem soluções e que haja contribuições para que se consiga trabalhar no sentido de evidentemente acabar com esse flagelo.

No nosso entender este projeto de resolução vem exatamente ao encontro daquilo que acabei de dizer, mas também no fundo reconhecer o trabalho que tem sido feito e também reconhecer que o caminho que tem sido feito pelo Governo Regional tem sido um caminho bem feito e que de facto devemos mobilizar todos nesta nossa, que deve ser de todos, de todos os grupos parlamentares aqui, mas também de todos os açorianos, luta de combate à violência doméstica e de género.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e da Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem agora a palavra.

Deputado João Corvelo (*PCP*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como é possível observar a violência sobre a mulher aumenta, por vezes com total impunidade, quantas vezes com consequências letais, seja por via da violência doméstica, do assédio e das agressões sexuais, do tráfico de seres humanos, da exploração sexual e prostituição, exigem-se dos Estados medidas, urgentes e inequívocas, direcionadas à proteção das vítimas.

A violência sobre as mulheres é uma incontestável violação dos direitos humanos.

Esta violência exprime-se na esfera pública e privada, liga-se à relação homem/mulher na família, estende-se à esfera económica e produtiva e à violação de direitos fundamentais.

Do total de processos assinalados pelo Gabinete de Apoio à Vítima de Ponta Delgada, em 92% das situações sinalizadas verificava-se a existência de crime. Ainda são impostas culturalmente tarefas domésticas às mulheres. E, ao nível do trabalho, há mulheres que são discriminadas pelo simples facto de serem mulheres.

Para o PCP, é fundamental assegurar medidas de prevenção das causas da violência doméstica, que conjuga fatores culturais e de ordem económica e social.

Para o PCP, é incontestável a necessidade de intervir ao nível dos valores éticos e culturais que continuam a marcar comportamentos e atitudes, e não é menos verdade que esse combate não terá sucesso se não for acompanhado por uma ação governativa que combata as causas e fatores que persistem em colocar as mulheres numa situação vulnerável economicamente e socialmente: a pobreza, o desemprego, a precariedade, a exclusão do acesso a direitos básicos, os fatores psicossociais, são estes fatores que aprofundam as desigualdades e atacam as pessoas nos seus mais elementares direitos.

Para o PCP, o combate a todas as formas de violência sobre as mulheres é um combate do regime democrático, porque o reconhecimento dos direitos das

mulheres é uma conquista e um dos princípios básicos e fundamentais do regime democrático.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A luta contra a violência sobre as mulheres seja na família, seja na sociedade ou no emprego e contra as desigualdades sociais entre homens e mulheres, bem como contra a cultura que lhe é subjacente terá sempre o total empenho do PCP. Entendemos que estudos como este devem desde logo motivar uma atitude governativa de mobilização de recursos financeiros e humanos adequados para prevenir e combater a violência contra as mulheres.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Andreia Costa*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para trazer aqui mais uns elementos a este debate e que me parecem que são relevantes, porque de alguma forma aqui já falámos das questões das vítimas e também afloradas as questões associadas aos agressores e o trabalho que também a esse nível deve e está de facto a ser feito.

Importa relembrar a aplicação do “Programa Contigo” que é um programa que desde a sua implementação, que desde o início da sua implementação em 2009 já abrangeu 705 pessoas e que pese embora tenhamos apenas dados de reincidência, de taxa de reincidência relativa a 2014, esta taxa de reincidência de facto não ultrapassava os 15% e quando comparada com programas europeus de natureza idêntica que atingia cerca de 40%.

Portanto, pensámos que é um programa importante, um programa a manter e foi por isso que ainda no decurso deste ano reforçámos a formação dos técnicos que trabalham neste domínio de forma a que possa ser feito um trabalho

conjunto, abordando as questões associadas aos agressores, reduzindo as taxas de reincidência e sobretudo também o trabalho associado às vítimas.

Importa ainda a este propósito referir que temos também dado passos importantes de articulação entre os vários domínios que intervêm nesta matéria, designadamente ao nível da saúde, o projeto “Mais saúde, menos violência” que criará os núcleos hospitalares de apoio à vítima, como o que já aconteceu no Hospital de Angra do Heroísmo e que está em implementação aqui no Hospital da Horta e que se prevê de facto o alargamento a toda a Região, já no próximo ano à ilha de São Miguel.

Ainda a este propósito e porque o Sr. Deputado Paulo Estêvão também abordou aqui a questão associada ao trabalho que tem de ser feito junto dos jovens, é importante lembrar que foi exatamente uma faixa etária que mereceu de facto a nossa preocupação no domínio da prevenção e por isso a violência no namoro foi uma das questões abordadas e com especial enfoque no corrente ano nas medidas de prevenção.

Importa também dizer exatamente a esse propósito que estamos a implementar o violentometro, que é um projeto que permite não só fazer uma avaliação e monitorização do fenómeno, como também retribuir informação às escolas que permita depois o desenvolvimento de iniciativas intramuros, no sentido da promoção e da prevenção, sobretudo naturalmente da prevenção da promoção de estilos de vida saudáveis e da prevenção da violência.

Ainda porque aqui já se aflorou os dois primeiros planos, mas se calhar é importante também que se faça uma abordagem ao terceiro plano e à preparação que está em curso do terceiro Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género.

Encontra-se de facto a decorrer um processo de avaliação da execução das áreas e medidas do segundo plano e naturalmente encontramos-nos a preparar o terceiro instrumento de políticas públicas nesta matéria.

Decorreu uma fase de auscultação das entidades parceiras do segundo plano, exatamente para que possam ser introduzidas as correções necessárias e também é verdade que serão fundamentais os resultados dos trabalhos de avaliação que entretanto decorrem.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação deste projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O projeto de resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Ferreira, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores congratula-se com a aprovação por unanimidade nesta Assembleia da sua iniciativa na expectativa de que o estudo a realizar constitua um instrumento relevante no futuro para a prevenção e combate à violência doméstica e de género na Região.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições para declaração de voto.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Sra. Deputada Zuraida Soares, pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Para dirigir-me à câmara.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

A Oradora: Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

Permitam-me que me dirija a todos e a todas vós começando por dizer que neste momento na minha cabeça toca um sambinha gostoso de Carmen Miranda, cantado por Caetano Veloso, naquele álbum magnífico que ele tem que se chama “Fina estampa” e o samba começa a dizer assim: “Chegou a hora, chegou, chegou.”

A música é muito bonita e espero que ela me acompanhe até ao final desta minha pequena intervenção.

Eu queria dizer que foi um privilégio imenso, que foi um orgulho e que foi sobretudo um prazer ter integrado esta Casa durante 10 anos.

Foi um privilégio, porque representei aqui os açorianos e açorianas; foi um orgulho, porque o fiz em nome do Bloco de Esquerda e foi um prazer porque não há nada que dê mais colorido à vida e força à vida do que lutar por uma sociedade mais digna, mais democrática, mais humana, mais tolerante, mais decente e sobretudo no fim por uma sociedade e por uma terra que sonhamos. Fazê-lo faz bem à pele. É isso que eu costumo dizer aos meus amigos e amigas, sobretudo faz com que as rugas demorem mais tempo a aparecer.

Indo-me embora, obviamente que desejo a todos e a todas, à Sra. Presidente e aos outros membros da Mesa, ao colega Bruno, à colega Bárbara, a todas as Sras. e Srs. Deputados, a todos os Membros do Governo, incluindo o Presidente do Governo Regional, a todos os funcionários desta Casa nos diferentes departamentos onde trabalham, aos senhores jornalistas que nos deram dias melhores e dias piores, quando saímos daqui às vezes não sabíamos muito bem o que é que íamos encontrar antes do jantar, mas desejo a todos, desejo-vos um ótimo trabalho, absolutamente porque os órgãos de comunicação social são um elemento fundamental numa democracia madura e numa democracia de alta intensidade e não vou dizer como o outro que vou andar por aí. Agora, queria

dizer-vos que estou sempre disponível, a Zuraida está sempre disponível para aquilo em que puder contribuir e puder participar e puder ajudar para que os Açores sejam cada vez melhores.

Muito obrigada.

(Aplausos da câmara de pé)

Presidente: Sr. Deputado André Bradford, pede a palavra para?

Deputado André Bradford (PS): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) Deputado André Bradford (PS): Obrigado.

Julgo que vai compreender este abuso regimental e que vai tolerá-lo com alguma condescendência.

Eu pedi a palavra sem saber muito bem que figura usar para em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista me despedir da Sra. Deputada Zuraida Soares com quem tive a honra de partilhar estas bancadas durante cerca de 10 anos e que agora no uso de uma opção própria decidiu terminar a sua atividade parlamentar.

A Sra. Deputada é uma oradora de excelência, é uma mulher de grande convicção, é uma parlamentar muito astuta e nós mantivemos durante este tempo vários diferendos e até debates bastante acesos e em que teremos eventualmente dado a ideia de que não nos considerávamos.

Pois, Sra. Deputada queira-me sempre, sempre, devedor de respeito e admiração pelo percurso que teve enquanto representante eleita do povo açoriano.

Somos de universos políticos diferentes, distintos, temos inspirações ideológicas também elas diferentes, pensamos o mundo com umas lentes diferentes quando olhamos até para as mesmas coisas, mas, Sra. Deputada, sei

que estamos a percorrer e que estivemos a percorrer caminhos separados para chegarmos ao mesmo fim: o melhor para os Açores, a melhoria das condições de vida dos nossos concidadãos, aqueles que representamos e o sucesso da nossa terra.

Em muitas circunstâncias fiquei irritado consigo, porque percebi que tinha razão; em muitas circunstâncias aplaudi-a por dentro, porque não o podia fazer por fora; noutras ainda tive-me que me vergar à força com que se agarra às suas paixões, às suas ideias, mesmo que elas às vezes não pareçam deste mundo e às vezes elas não parecem deste mundo.

É por isso que nesta hora gostava de, em nome desta bancada, Sra. Deputada Zuraida Soares, amiga e camarada, dizer-lhe que vai fazer muita falta a esta causa da luta pelo progresso dos Açores e também vai fazer muita falta ao Bloco de Esquerda, mas isso já não é comigo.

Foi um enorme gosto ser seu colega parlamentar e particularmente nestes últimos dois anos partilhar consigo as reuniões e as incumbências da Conferência de Líderes.

A cadeira ao meu lado na Conferência de Líderes não vai ficar vazia, mas não vai ser a mesma coisa.

Muito obrigado.

(Aplausos da câmara)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em nome do Grupo Parlamentar do PSD, mas também em meu nome pessoal, eu gostaria de aqui fazer um cumprimento especial à nossa querida amiga Zuraida Soares.

É evidente que os campos políticos distintos que aqui várias vezes se pronunciaram não impediram nunca a consideração institucional e pessoal pela Zuraida Soares.

Pessoalmente também ela sabe que se calhar temos muitas mais afinidades do que aquilo que muitas pessoas imaginam e foi um enorme gosto aqui privar com a Zuraida e estar ao seu lado em muitas lutas, estar do outro lado em outras tantas, mas sempre com um espírito de grande elevação, de consideração pelas suas posições e hoje que chega ao fim este trajeto em que desta forma serviu os açorianos eu quero em meu nome e do PSD/Açores desejar-lhe a si muita saúde, muito tempo para estar connosco nos Açores a defender os açorianos, mas também agora de forma particular muita saúde e muito tempo para estar junto daqueles que às vezes gostaria de estar e não podia estar pelos seus trabalhos e agora vai poder certamente acompanhar melhor.

Muito obrigado.

(Aplausos da câmara)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É na mesma figura que os colegas usaram antes, eu queria usar da palavra.

Eu queria usar da palavra com alegria e queria dizer: quem havia de dizer que ao fim de 10 anos eu iria ter como amiga uma bloquista deste calibre. Mas a vida prega-nos destas partidas, agradáveis partidas, e sobretudo o que eu quero dizer com muita satisfação, alegria e orgulho é que ganhei nestes 10 anos não

uma deputada, não uma defensora como foi dito aqui dos açorianos ímpar na nossa Assembleia, ganhei uma amiga por quem tenho e terei sempre a maior estima e que sabe que tem aqui um amigo.

Comecei a discutir com esta albanesa em 2008, discutimos sobre várias matérias e sobretudo (uma coisa que pouca gente sabe, mas que a Zuraida me permitirá também aqui dizer) causávamos perplexidade nos nossos partidos no continente como é que eu e a Zuraida nos dávamos bem, como é que ela se podia relacionar comigo e eu com ela e às vezes até nos dava um certo gozo fazer umas determinadas partidinhas para dar uma conversinha lá para os Terreiros do Paço.

Tivemos muitas discordâncias, aprendi muito com a Zuraida, mas sobretudo tivemos muita e muita cumplicidade, que só nós dois é que sabemos. A Zuraida ensinou-me muita coisa, mas ela pelo menos comigo aprendeu uma coisa: as camadas da atmosfera, até à troposfera.

Um beijo muito grande e felicidades.

Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada!

(Aplausos da câmara)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Deputada Zuraida Soares, quero, em nome da Representação Parlamentar do PCP e em meu nome pessoal, agradecer tudo o que me ensinou visto que sou um jovem nestas andanças.

Sem dúvida nenhuma aprendi consigo em plenário e aprendi consigo na Conferência de Líderes.

Quero, em nome da Representação Parlamentar do PCP e em meu nome pessoal, desejar as maiores felicidades e a maior sorte para o que vai abraçar depois de sair desta Casa.

Muito obrigado.

(Aplausos da câmara)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Vou utilizar a mesma figura regimental que todos até agora utilizaram, que é uma figura regimental de certeza inovadora nesta Casa, mas que a Deputada Zuraída Soares bem a merece.

Devo dizer que acompanho a Zuraída Soares não desde o início do Bloco de Esquerda/Açores, mas pelo menos desde que o Bloco de Esquerda tem representação nesta Assembleia e isso foi desde 2008, primeiro como assessor do grupo parlamentar e enquanto assessor do grupo parlamentar aprendi muito com a Zuraída, mas tinha há época, digamos, um certo ciúme saudável, claro, do meu antigo colega, continua a ser camarada, José Cascalho. Porquê?

Porque ele tinha ou teve o privilégio de partilhar o grupo parlamentar com a Zuraída Soares e eu tinha um receio enorme que era de nunca vir também a usufruir desse privilégio.

Felizmente tive a sorte (a sorte também porque os açorianos confiaram essa sorte em mim) de durante mais ou menos um ano e meio ter esse privilégio e de partilhar experiências que não seriam partilháveis se fosse assessor ou simples militante de base do Bloco de Esquerda e soube como é que é trabalhar em equipa com a Zuraída Soares aqui, neste Parlamento.

Há dias que são mais fáceis, há outros dias que são menos fáceis, mas resumindo é sempre mais fácil do que difícil trabalhar com a Zuraida Soares, isto enquanto deputado que partilha a mesma bancada parlamentar da Zuraida Soares. Entendo, claro, como é óbvio, que para os deputados das restantes bancadas parlamentares seja por vezes, ou se calhar na maior parte das vezes, muito mais difícil.

Difícil será mesmo substituir a Zuraida Soares, mesmo sabendo que não há insubstituíveis, mas sim alguns ou algumas que são mais fáceis de substituir do que outros e para o caso da Deputada Zuraida Soares será mesmo muito difícil substituí-la.

Obrigado.

(Aplausos da câmara)

(*) **Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pois cabe-me a mim também dizer algumas palavras.

Sra. Deputada Zuraida Soares, em nome da Mesa desta Assembleia e desta Casa, mas não serão muitas, porque efetivamente penso que o principal foi dito e por quem de direito que são aqueles que partilham consigo o dia a dia destes trabalhos e do debate político partidário e parlamentar.

Dizer, Sra. Deputada, que de facto vai marcar a história deste Parlamento também numa época, nomeadamente em 2008, em que a Assembleia Legislativa se abre a um novo figurino e a outros partidos, a outras formas de estar e de certa forma criando também aqui uma nova dinâmica na nossa Assembleia.

Da minha parte agradecer-lhe também todo o apoio e colaboração na Conferência de Líderes, o apoio nomeadamente na construção dos consensos

que são sempre necessários criar para que o caminho se faça e que os objetivos se consigam alcançar.

Reconheço-lhe como uma mulher de convicções fortes, às vezes demasiado fortes, e uma mulher de causas e permitam-me caros e caras colegas deputados que também enquanto mulher me revejo em si num exemplo, porque é de outra geração, onde tudo era muito mais difícil. É uma mãe de quatro filhos e com certeza durante a sua vida foi preciso fazer escolhas, já hoje tive oportunidade de lhe dizer e essas escolhas a maior parte das vezes são difíceis e a maior parte das vezes também antes de haver a culpa dos outros e da sociedade há a nossa própria culpa com a qual nem sempre é fácil lidar e por isso também acho que a Zuraida é um exemplo para todas as mulheres que abraçam causas, sejam elas da política ou outras quaisquer.

Por isso mesmo também acho que hoje é de facto o fim de um percurso parlamentar, de uma missão em prol dos açorianos, mas não será com certeza o fim das suas lutas e da defesa das suas causas e estou convencidíssima que onde houver um problema, onde houver necessidade de empenhar um cartaz nós vamos ver a Zuraida Soares lá e dizermos: “Cá está!” Por isso, tenha muita saúde, muita sorte e desejo-lhe as maiores felicidades.

(Aplausos da câmara)

Muito bem, apesar de estarmos todos em condições de terminar os nossos trabalhos ainda temos um ponto na nossa Agenda: **Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XI – “Décima segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional”.**

Este pedido de urgência, que não tem dispensa de exame em comissão, é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes para justificar este pedido.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

Apresentamos esta iniciativa com caráter de urgência, porque ela pretende dar resposta a 331 pensionistas açorianos que não estão neste momento a receber o complemento regional de pensão, porque a sua atribuição foi suspensa e foi suspensa porquê?

Porque aguardam a emissão de um comprovativo de pensão que recebem por terem trabalhado no estrangeiro.

Portanto, a atribuição está suspensa por uma questão meramente burocrática e por isso mesmo há que agilizar, ou entendemos que há que agilizar procedimentos burocráticos e isso só se consegue fazendo uma alteração ao regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à atribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional.

Ora, à primeira vista poderíamos ter apresentado também com dispensa em comissão e até teria sido a nossa opção, caso não fosse obrigatória a audição pública. Neste caso é obrigatória a audição pública, porque este apoio está integrado no mesmo diploma em que constam complementos que têm um caráter laboral e por isso mesmo terá de ser apreciado em comissão, apesar e é claro com caráter de urgência, mas nunca dispensando o exame em comissão.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Graça Silva tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

O Partido Socialista é de opinião que este não é um pedido de urgência que deva ser aprovado por considerar a suscetibilidade da matéria em apreço, por considerar que é necessário (até tendo em conta que podem ter entretanto chegado outros elementos) fazer recolha de toda a informação sobre o que está em causa e que a matéria em causa deve ser de uma ponderação bastante cuidada a nível da comissão respetiva. Portanto, consideramos que os trâmites que devem ser seguidos devem ser os trâmites normais para análise de um diploma, daí que achamos que o prazo não deva ser encurtado relativamente ao projeto apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Zuraida Soares para uma interpelação.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, eu peço desculpa, Sra. Deputada, mas eu não percebi com o que é que o Partido Socialista não está de acordo.

Isto é para descer a comissão e na comissão ter urgência que é para não ficar para o ano.

Com o que é que o Partido Socialista não concorda?

Eu gostava de perceber.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, eu dei-lhe a palavra para uma interpelação. Como deverá compreender a interpelação tem que ser à Mesa e também não posso dar a palavra à Sra. Deputada Graça Silva para voltar a repetir o seu argumentário, no entanto, eu própria posso só fazer um esclarecimento no sentido de que é verdade que não há dispensa de exame em comissão, mas também o que é requerido nesta urgência é que o prazo seja encurtado e segundo o que me pareceu o que o Partido Socialista diz é que acha que o prazo não deve ser encurtado, portanto, deve seguir a tramitação normal e

como tal não lhe confere urgência. Penso que com este esclarecimento estamos todos esclarecidos, passo o pleonasma.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Muito bem.

Encerrámos a nossa Agenda.

Vou passar a ler a proposta de deliberação final: **A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de setembro.**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Deliberação final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Uma boa tarde a todos e um bom regresso a casa.

(Eram 18 horas e 15 minutos)

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

Partido Social Democrata (PSD)

António Oldemiro das Neves Pedroso

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Documentos entrados

1 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Décima segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs. 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, de 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro, 14/2014/A, de 1 de agosto, de 22/2014/A, de 27 de novembro, 8/2015/A, de 30 de março, 1/2016/A, de 8 de janeiro, 3/2017/A, de 13 de abril e de 1/2018/A, de 3 de janeiro, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional – n.º 22/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2018 – 09 – 19

Com pedido de urgência.

2 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Fábrica de Santa Catarina de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 09 – 17

Referência: 54.04.05 – N.º 491/XI;

3 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício remetendo o relatório aprovado n.º 04/2018-FS/SRATC - Auditoria às remunerações dos membros das juntas de freguesia - Seguimento de recomendações

Proveniência: Subdiretor-Geral do Tribunal de Contas, Secção Regional dos Açores

Data de Entrada: 2018 – 09 – 14;

Assunto: Ofício cancelando a interpelação ao Governo Regional sobre “Educação e reivindicações dos docentes”

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado do PPM

Data de Entrada: 2018 – 09 – 17;

4 – Relatórios:

Assunto: [Ante Período Legislativo de setembro de 2018](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 09 – 18;

Assunto: [Proposta de Resolução n.º 12/XI - Aprova o Orçamento da ALRAA para o ano de 2019](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 09 – 17;

Assunto: [Verificação de poderes da candidata à ALRAA, Rute Isabel Rodrigues Dias Gregório](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 09 – 17;

Assunto: [Verificação de poderes da candidata à ALRAA, Sabrina Marília Coutinho Furtado](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 09 – 17;

Assunto: [Ante Período Legislativo de setembro de 2018](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 09 – 18;

Assunto: [Ante Período Legislativo de setembro de 2018](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 09 – 17;

Assunto: [Ante Período Legislativo de setembro de 2018](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 09 – 17;

A Redatora, Ana Machado